

EANES ASSUME COMPROMISSO COM O POVO PORTUGUÊS

PELA CONSTITUIÇÃO PARA O SOCIALISMO



Ramalho Eanes passando ontem revista à guarda de honra diante da Assembleia. No punho as seis estrelas correspondentes ao cargo de comandante-em-chefe das Forças Armadas, inerente à Presidência da República



Um pormenor da multidão junto de S. Bento



O presidente recebendo hoje de manhã as credenciais do novo Núncio Apostólico

«Um novo período na vida da nossa Pátria», segundo palavras do general Ramalho Eanes, iniciou-se efectivamente ontem com a investidura do Presidente da República num acto que, ainda segundo as suas palavras, «culmina um longo e penoso caminho da resistência do Povo português à opressão».

«Jurei defender a Constituição e cumprirei com fidelidade o meu dever» — disse o general Ramalho Eanes, que se comprometeu a assegurar e desenvolver as condições básicas de «uma sociedade socialista».

Falando à Nação, o novo Presidente sublinharia não haver lugar «para actuações que visem a restauração de um passado que o Povo português claramente rejeitou» e que «a exploração não pode voltar ou continuar onde ainda existia».

Num discurso programático, que pode ser tido como uma antecipação ao programa do futuro Governo, o Presidente da República referiu aspectos relacionados com a política social e económica, realçando a importância de «combater, na medida do possível, o aumento do custo de vida».

Face à presente situação do País — crise económica, insegurança social, permanente ofensiva da direita —, os compromissos assumidos pelo novo Presidente da República, e aos quais se vincula o próximo Governo, serão duramente postos à prova de imediato, especialmente no período que culminará com as eleições para autarquias, onde, no clima que se propõe instaurar, não pode-

rá haver lugar para a repetição de situações prevaletentes em actos eleitorais anteriores, eliminando-se o caciquismo e o terrorismo.

«Temos de banir totalmente as sequelas do fascismo e realizar integralmente o 25 de Abril», afirmou o Presidente da República.

PRIMEIROS ACTOS

O primeiro acto do general Ramalho Eanes após a sua in-

vestidura como Presidente da República traduziu-se numa reunião do Conselho da Revolução, cuja presidência passa a ocupar por inerência de funções.

O encontro decorreu às primeiras horas da noite tendo, no final, sido emitido o seguinte comunicado:

«O Conselho da Revolução reuniu em 14/7/76, congratulando-se pela tomada de posse do Presidente da República e Pre-

sidente do Conselho da Revolução, general António Ramalho Eanes, tendo-lhe apresentado as suas felicitações.

O Conselho da Revolução decidiu nomear chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas o general António Ramalho Eanes.

O Conselho da Revolução aconselhou o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a

Continua na pág. 20



O general Ramalho Eanes quando lia a fórmula de juramento como novo Presidente da República

NA PÁG. 2

**RELATO
DA CERIMÓNIA**

NA PÁG. 7

**DISCURSO
DO PRESIDENTE**

Timor integrado na Indonésia

JAKARTA, 15 — (R./D. L.) — O Parlamento aprovou hoje uma lei integrando a antiga colónia portuguesa de Timor na Indonésia.

O território tornar-se-á oficialmente a 27.ª província da Indonésia, após a lei ser assinada pelo presidente Suharto, provavelmente em 17 de Agosto, Dia Nacional do País.

Um comunicado revelava

que a Indonésia concordara em aceder aos «desejos» do povo do Timor-Leste para se juntar à República.

No princípio do ano tropas indonésias auxiliaram forças pró-Jakarta de Timor a ganharem uma guerra civil contra a Fretilin, o movimento de esquerda a favor da independência do território, que assumira o controlo da colónia

após os portugueses a abandonarem em fins de 1975.

Vários milhares de soldados indonésios encontram-se ainda no território.

Um Governo provisório pró-Jakarta criou uma dita Assembleia Popular com chefes tribais, após a guerra civil. A Assembleia aprovou imediatamente uma resolução pedindo a integração na Indonésia.

**JIMMY
CARTER
CANDIDATO**

(Pág. 13)

Se faltar o pão de quem é a culpa?

Pág. 9

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

A CONSTITUIÇÃO E A BOMBA

Quando ontem um democrata dos tempos difíceis, com folha corrida nos registos pidescos, o dr. Vasco da Gama Fernandes, no exercício da cimeira função de Presidente da Assembleia da República, disse: «A Assembleia da República e o País inteiro, acabam de tomar conhecimento de que V. Ex.ª, ao ser empossado na alta magistratura nacional jurou sobre a Constituição da República o dever de a honrar, cumprindo-a e fazendo-a cumprir»; quando ontem — diziamos — estas palavras eram proferidas pelo antifascista Vasco da Gama Fernandes, muitos portugueses ainda não tinham esquecido o acontecimento provocatório e significativo que nessa manhã ocorrera. Os sete petardos não vieram empanar o brilho da cerimónia de investidura do Presidente da República, dir-se-á. E é cómodo, dizê-lo. Mas enganar-nos-emos se não assinalarmos a coincidência, se a considerarmos ocasional ou insólita. Enganar-nos-emos, também, se a maldade inútil, se o frustrado golpe, for considerado como uma manifestação de desespero e de impotência. Os sete petardos que explodiram na manhã de 14 de Julho, vieram mostrar, uma vez mais, que há divisões que são alimentadas com razões (ou pretextos) ideológicos e que há divisões de fundo. Mais do que questionarmos as «maiorias» e que culpabilizarmos forças democráticas, forças do campo antifascista, pelos erros ou omissões do passado recente, importa ter a consciência de que do passado anterior ao «25 de Abril» existem saudosistas que suspiram pela «ordem velha», muitos dos quais abertamente conspiram para o «regresso» e para a «desforra». No mesmo dia em que o general António Ramalho Eanes jura cumprir e fazer cumprir a Constituição, há os que rompem a calma da manhã com o estrondo de petardos destruidores.

Aqui nos dividimos. Uns são pela «Constituição», outros são pela «bomba». Uns pretendem construir uma ordem democrática que garanta aos trabalhadores o exercício do «poder»; outros querem destruir a Democracia, a via Socialista, o próprio País. Existem dois grandes partidos o da «Constituição» e o da «bomba». É basta fazer um balanço da actividade terrorista para se concluir quem manipula os bombistas, quem paga as bombas, quem comanda de perto e de longe.

Esperamos que o Presidente da República tomando — como tomou — partido pela «Constituição», tome partido contra a «bomba», contra o terrorismo fascista.

SETE PETARDOS

O número sete tem a sua carga de fatalidade. Foram sete petardos. Sete, que, na manhã de 14 de Julho, destruíram três torres condutoras de cabos de alta tensão, na zona de Vialonga. Eram seis horas da manhã. Foram sete explosões. Em consequência deste acto de terrorismo três torres foram arrancadas das bases de cimento, uma quarta ficou suspensa. Os cabos de alta tensão atingidos pertenciam às linhas Zêzere-Sacavém e Sacavém-Porto Alto. As cargas plásticas colocadas junto das bases de apoio, eram potentes. A acção não foi realizada por inexperientes e visava atingir o sistema nacional de distribuição de energia. A quem interessará, neste momento político, atingir, por este meio e com as previsíveis consequências, a vida nacional?

Não é difícil responder. Os apelos à unidade dos portugueses oferecem-se a esta resposta de uma reacção que não desarma e que age impunemente. Os pretextos ideológicos, o pretensão cruzadismo, dos reacçãoários, ocultam o propósito bem vincado de restabelecer a «ordem», corporativa ou neocapitalista, apoiada em estruturas repressivas, que, eventualmente, poderão visar ao restabelecimento de um «Estado fascista». Porque, ninguém hoje poderá alimentar dúvidas, sobre o significado genérico, e generalizado, destas actividades terroristas. Estamos perante uma alongada vaga de «terrorismo de direita», de «terrorismo fascista».

OS DIFÍCEIS TEMPOS

A tarefa de cumprir, defender e impor esta «Constituição» — repetimos — é uma tarefa complexa, difícil. A oposição à «Constituição» se toma a forma provocatória e insolente da «bomba» ao serviço do «terrorismo fascista» assume outras formas de combate, mais discretas, mais coequentes, políticas ou doutrinais, em roupagem jurídica envoltas, ou travestidas da autoridade que deriva dos ocasionais conluios parlamentares. Todavia, este Povo cansado, não sabe, e não quer saber, interpretar as grandes manobras de São Bento. A Assembleia da República que imprudentemente, em tempos difíceis, em tempos de austeridade, quis oferecer ao País a imagem de 263 directores-gerais em acção, não poderá permitir-se que eles sejam só oradores palavrosos a darem o tristíssimo espectáculo de controvérsias facciosas e de manobras tendenciosas. Pagos como directores-gerais, e com ajudas de custo, senhores deputados, instalando-se na fatia superior do bolo orçamental, têm que justificar o seu salário. Mais do que palavras, contumélies, habilitades, manobristas, e um regulamento interno que bate aos pontos, pelo número dos artigos, a memória de qualquer outro análogo, pede-se-lhes uma vigilância democrática e um democrático empenho na tarefa de reconstruir a economia deste País, de reanimar a sua vida política, de desburocratizar e de descentralizar a Administração Pública, de impor austeridade. Principiando, claro, a própria Assembleia da República por impor austeridade de despesas, austeridade de vencimentos, austeridade, também, de comportamento político. Nestes difíceis tempos, a «Assembleia da República» deve dar-nos uma lição de austeridade e de poupança. Austeridade de discurso; poupança de palavras. Das palavras aos actos é tempo de passarmos. Aos actos, à acção, ao trabalho.

A INVESTIDURA DE RAMALHO EANES

Protocolo cerrado, mas sem pompa

Após 50 anos servindo como templo fascista, o Palácio de Belém foi ontem cenário da tomada de posse de um Presidente eleito livremente. A cerimónia não se caracterizou por qualquer pompa: foi um acto essencialmente político, que forneceu largos motivos de reflexão.

Seguindo o protocolo, o cortejo do Presidente da República eleito saiu de Belém às 17 e 40. Era constituído pelo carro da comitiva, pelo carro do governador militar de Lisboa e pelo carro do Presidente eleito, seguindo um itinerário com passagem pela Calçada da Ajuda, Praça Afonso de Albuquerque, Avenida da Índia, Avenida 24 de Julho, Avenida D. Carlos e Assembleia da República.

O Presidente da República chegou à Assembleia da República às 17 e 50. Em frente ao Palácio encontrava-se uma guarda de honra constituída por um batalhão representando os três ramos das Forças Armadas.

Entretanto, no hemiciclo fora feita a chamada dos deputados pelo presidente da Assembleia da República imediatamente suspensa para receber o Presidente da República.

Junto ao carro aguardavam-no o secretário-geral da Assembleia da República e o chefe do Protocolo, que o acompanharam ao cimo da escadaria. No primeiro patamar o Presidente da República recebeu a continência da guarda de honra, correspondeu à continência e subiu os restantes degraus da escadaria. Ao cimo foi recebido pelo presidente e secretários da Assembleia e por uma delegação constituída por representantes dos partidos, organizando-se então o cortejo, que abria com dois continuos, seguindo-se os secretários do Protocolo, secretário-geral da Assembleia da República e vice-chefe do Protocolo, presidente da Assembleia da República e o Presidente da República eleito, secretários da Assembleia da República, deputação da Assembleia da República, comitiva do Presidente da República eleito e continuos.

Subindo a escadaria, e passando pelos Passos Perdidos, o cortejo dirigiu-se ao Salão Nobre, onde aguardavam o Presidente eleito, o Primeiro-Ministro interino (comandante Almeida e Costa) e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto a deputação da Assembleia da República ia ocupar os seus lugares no hemiciclo.

Nesta altura ocupam já os seus lugares no hemiciclo o Presidente da República cessante, Conselho da Revolução, provedor da Justiça, ministros, deputados, procurador-geral da República, presidentes dos Tribunais de Relação, presidentes das Assembleias Regionais e o presidente da Assembleia da República.

O presidente eleito saiu às 19 e 59 do Salão Nobre para a Sala das Sessões em cortejo constituído por dois continuos, secretários do Protocolo, secretário-geral da Assembleia da República, e vice-chefe do Protocolo, chefe do Protocolo e presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro interino e presidente do Supremo Tribunal de Justiça; secretários da Assembleia da República, comitiva do Presidente da República eleito e continuos.

O cortejo entrou na Sala das Sessões pela porta dos Passos Perdidos e passou em frente

da Tribuna dos Oradores, detendo-se o tempo necessário para o Presidente da República eleito saudar, com uma vénia, o Corpo Diplomático. Em seguida, acompanhado pelo presidente da Assembleia da República, Ramalho Eanes dirigiu-se para o seu lugar na Presidência. Com todos os membros já nos seus lugares, o presidente da Assembleia da República declarou aberta a sessão, mandando ler a acta de apuramento geral da eleição por um secretário da Mesa e anunciando depois que o Presidente da República eleito ia prestar a declaração de compromisso.

O Presidente da República saiu do Salão Nobre acompanhado pelo presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro interino e presidente do Supremo Tribunal de Justiça, dos quais se despediu à saída.

O cortejo dirigiu-se então, pelos Passos Perdidos, à escadaria e ao átrio, passando Ramalho Eanes em seguida revista à guarda de honra.

SAUDAÇÕES DO ESTRANGEIRO

Ao Palácio de Belém têm

mo com simpatia e amizade».

Também a rainha Isabel II de Inglaterra enviou um telegrama de felicitações e com «desejos das maiores felicidades».

O marechal Tito, presidente da Jugoslávia, sublinha no seu telegrama, a convicção de que «a colaboração frutuosa entre os nossos dois países continuará a aumentar, contribuindo deste modo para a consolidação das nossas relações de amizade, assim como para uma maior colaboração internacional».

Também enviaram telegramas, o rei Balduino, da Bélgica, o presidente Ceausescu, da



Ramalho Eanes, Vasco da Gama Fernandes e Costa Gomes: a Assembleia da República testemunhou a sucessão

O Presidente da República eleito levantou-se e perante a assistência, de pé, prestou juramento sobre um exemplar da Constituição, enquanto no mastro de honra da Assembleia subia o pavilhão presidencial e a banda da GNR, nos Passos Perdidos, executava o Hino Nacional.

Assinado o auto de posse pelo Presidente da República e pelo Presidente da Assembleia da República, este apresentou a Ramalho Eanes as saudações e cumprimentos, findo o que o presidente eleito, usando da palavra por direito próprio, leu a sua mensagem.

A sessão encerrou com o Hino Nacional e o Presidente da República saiu da Sala das Sessões para o Salão Nobre também em cortejo. Extraprocolo, ao passar junto do Presidente da República cessante, Ramalho Eanes deteve-se para o cumprimentar.

Seguiu então para o Salão Nobre, onde recebeu os cumprimentos dos deputados, assumindo depois à varanda principal do Palácio.

Empréstimo aos CTT

O Governo autorizou a empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal (C.T.T.) a contrair um empréstimo de 350 mil contos junto da Caixa Geral de Depósitos, pelo prazo de dez anos.

O empréstimo vencerá a taxa de juro de 11.25 por cento ao ano, susceptível de actualização, e será garantido por consignação das receitas da referida empresa pública,

chegado numerosos telegramas de felicitações assinalando a tomada de posse do general Ramalho Eanes.

O primeiro veio do presidente da Alemanha Federal, Walter Scheel, que no seu telegrama refere a ascensão de Eanes «com um mandato inequívoco do Povo português» e lhe deseja que «supere as tarefas importantes e difíceis que se lhe deparem», concluindo que a R.F.A. «acompanhará o seu ru-

Roménia e o chefe do Estado soviético, Nikolai Podgorny. Este último exprime na sua mensagem a firme esperança de ver «as relações de cooperação, de respeito mútuo e de amizade — que se tinham estabelecido entre a URSS e o novo Portugal, após a Revolução do 25 de Abril — conhecerem novo desenvolvimento, no interesse dos povos dos dois países e a bem do desanuviamento e da paz».

Amizade Portugal-Cabo Verde

Preside Manuel Ferreira

Tomaram ontem posse os primeiros Corpos Gerentes da Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde criada numa ocasião em que se tornam urgentes formas concretas de cooperação e solidariedade com o povo cabo-verdiano e há que combater todas as tentativas para marginalizar os cidadãos da jovem República residentes no nosso país.

A cerimónia da posse efectuou-se na sede da Associação tendo sido na ocasião sublinhado que a AAPCV visará incentivar, como complemento das acções de cooperação entre Estado, a amizade, o conhecimento mútuo, o intercâmbio social, cultural e desportivo, entre o povo português e o povo cabo-verdiano em prol da cooperação e da paz.

O comandante Correia Jesuino, o escritor Manuel Ferreira e a dr.ª Maria de Lurdes Abrantes Carrola, presidem,

respectivamente, à Assembleia Geral, ao Conselho Directivo e ao Conselho Fiscal. Do Conselho Directivo, que vai conduzir as actividades da Associação, fazem ainda parte João Alberto Barcelo Silveira Ramos, Manuel de Melo Pinheiro e Luís Manuel Viana de Sá (vice-presidentes), Ideana Androniu Quintino e Fátima Maria Feijó Leão (Secretárias), e os vogais Orlando Amaríles, Maria João Jacinto, Carlos Monteiro e José Manuel Oliveira Covas.

Estiveram presentes e usaram da palavra para saudar a jovem Associação dirigentes da Associação Portugal-Moçambique (Pedro Borges), Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau (Rogério Paulo) e Associação de Cabo-verdianos e Guineenses.

O embaixador de Cabo Verde em Lisboa, dr. Corsino Fortes, também participou na singela cerimónia de posse.

post-scriptum

Decreto que divide os deficientes das F.A.

Sou, embora os governantes deste País o não considerem, um dos 30.000 deficientes das Forças Armadas.

Tendo ido há dias a uma unidade militar peguei, para me distrair um pouco, no n.º 196 do «Jornal do Exército» que lá se encontrava; reparei que, numa das páginas, vinha uma notícia dos deficientes das Forças Armadas e, como D.F.A., li-a: a notícia tinha apenas 10 linhas, mas deixou-me ficar completamente enraivecido, relativamente ao Decreto-Lei n.º 43/76. A notícia diz o seguinte:

«Uma declaração da secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no «Diário do Governo» da 1.ª Série de 13 de Fevereiro do ano corrente, indica ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 43/76 que reconhece o direito à reparação material e moral que assiste aos deficientes das Forças Armadas e institui medidas e meios que concorrem para a sua plena integração na sociedade».

Pretendo apenas dizer ao povo português que este decreto-lei é injusto mas tu, povo, queres saber o motivo porque falo assim, não é verdade? Ora bem; a guerra em África fez 30.000 deficientes (e não quero falar nos 11.000 mortos); este Decreto-Lei n.º 43/76 apenas beneficia cerca de 7.000 deficientes que são precisamente os que, antes da saída deste diploma já eram beneficiados; há, portanto, 23.000 deficientes que pouco ou nada recebem, se formos ver as pensões de reforma de uns e de outros; por exemplo; um oficial que se tenha incapacitado em campanha recebe «apenas» uma pensão de reforma de 15.000\$00 (mais coisa menos coisa); o Zé soldado, só porque não teve a «sorte» de ser ferido em campanha, é considerado deficiente em serviço, o que lhe dá a «choruda» reforma de 2.580\$00.

No meio disto tudo, ainda lamento a ousadia de certas pessoas (que pelo menos devem ganhar o ordenado mínimo nacional...), ao publicarem estas notícias, apenas para iludirem o Povo e este pensar que, «final os deficientes das Forças Armadas até têm uma boa vida»; mas o que neste momento eu mais desejava era que os nossos governantes dissessem ao povo o que pensam fazer dos outros 23.000 deficientes; aliás, certos camaradas meus já resolveram, por suas próprias mãos, o seu problema: andam a mendigar por esse país fora, com a mão estendida à caridade.

Acontece ainda que, com a saída deste d.l. nós, deficientes, notámos já uma certa divisão entre os abrangidos e os não abrangidos na nossa Associação; e para que tu saibas, Povo, é isso precisamente o que os nossos governantes querem; a divisão entre deficientes só nos prejudica; e o Governo, com as nossas forças divididas, fica com mais possibilidades de nos vencer, enquanto que, se a nossa força for uma só, maciça, não nos damos por vencidos com tanta facilidade.

Desafio, pois, os nossos governantes, para que, através de um órgão qualquer de informação, te diga a ti, Povo, o que pensam fazer dos outros 23.000 deficientes que, quer o Governo queira quer não, se incapacitaram em África, mas que não são considerados deficientes das Forças Armadas.

Aliás, nós deficientes, (e aqui não incluo a Direcção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, pois todos ou quase todos foram abrangidos pelo d.l.) também tivemos culpa, na medida em que, cerca de 60 dias antes do d.l. ser publicado, já sabíamos o seu conteúdo; era, pois, nessa altura que deveríamos ter interferido, não deixando que fosse publicado; agora é mais difícil a sua anulação, mas não temos intenções de desistir de algo a que temos absoluto direito.

Somos uma força justa de uma guerra injusta.

Eduardo Lourenço Pereira da Silva — Queluz

Terão de ser os explorados a lutar pela sua emancipação

Não foi impunemente que o fascismo governou este País durante meio século. A engrenagem de que se rodeou está, e estará, a produzir os seus efeitos por alguns tempos.

Um dos guardiões do regime eram os tribunais, como se sabe, de tal modo que a entrada para a magistratura judicial dependia, em grande medida, da chamada «informação política» dada pela PIDE. E, assim, muitos concorrentes viram-se afastados da carreira por questões meramente políticas. O Ministério da Justiça era bem conhecido como dos mais fiéis ao regime político que nos dirigiu. Há casos de honrosa resistência, mas a regra era aquela.

Isto vem a propósito da campanha lançada pela reacção na imprensa da direita contra as figuras mais firmes do 25 de Abril, que se puseram ao lado das classes mais desprotegidas. Isso, valeu-lhes os ódios daqueles que se viram abalados nos seus privilégios — sobretudo nas grandes fortunas acumuladas pela exploração dos trabalhadores durante décadas (ou até séculos).

Terão de ser essas classes exploradas a ver onde se encontram as resistências à sua emancipação e a lutar por elas, não se deixando enredar em divisões e desvíos que lhes lancem no caminho.

A. da Costa Ferreira
— LISBOA

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA MEDICINA EM PORTUGAL

FRANCISCO DE VASCONCELOS ESTEVES

São numerosos os estudos, experiências e pesquisas feitos no sentido de se conseguir um mais perfeito ensino da Medicina.

Como é óbvio, têm variado as opções, consoante a evolução dos nossos conhecimentos, o grau de desenvolvimento socioeconómico, as latitudes e até os regimes vigentes.

Estas hesitações e diferenças ao longo dos tempos, e na mesma época de umas regiões para outras, não são de admirar, pois não é fácil de definir no que consiste esse melhor ensino. Na verdade o que se pretende? Criar um mundo de sábios e de investigadores que, isolados nos seus laboratórios, procuram afinadamente, usando métodos ultra-sofisticados, os segredos reconditos da biopatologia? Ou, pelo contrário, formar médicos práticos, mas cientificamente bem preparados, aptos a socorrer os seus semelhantes, virados para os interesses imediatos das populações, distribuídos segundo uma planificação cuidadosamente estudada, mas também rigorosamente aplicada, de modo a obter-se uma decente cobertura sanitária do País? Ter como objectivo não só o tratamento dos doentes mas, prioritariamente, a preocupação da profilaxia das doenças naturais e profissionais, acidentes de trabalho, vacinação, ensino às populações dos cuidados e vantagens da higiene em geral, da higiene infantil em especial, sua alimentação, inspecções periódicas obrigatórias, saneamento de águas, esgotos, etc.?

Estes últimos aspectos parecem-me extremamente importantes porque, se é certo que no mundo capitalista o exercício da profissão médica continua ainda a ser um pelouro das classes privilegiadas, a noção do direito à assistência na doença generalizou-se, democratizou-se, e hoje as populações têm perfeitamente, e cada vez mais, a noção de que a assistência na doença é um direito inalienável que conquistaram.

Parece-me que estes dois objectivos não são antagónicos, mas sim complementares. E, portanto, que a prioridade do tipo de ensino varia de país para país, conforme o seu estado evolutivo. Assim, naqueles em que os problemas gerais de assistência e profilaxia às populações já estão cabalmente resolvidos, as escolas médicas deverão, sem descuidar aqueles, voltar-se de preferência para a investigação.

Nos chamados países do

Terceiro Mundo, a prioridade lógica de ensino médico parece-me que será no sentido de planificar a formação de práticos eficientes, isto é, cientificamente bem preparados e em número suficiente, racionalmente distribuídos de modo a poderem satisfazer as necessidades populacionais.

Porém, apesar de todos os condicionamentos expostos e objectivos aparentemente quase antagónicos, é talvez possível dizer, de forma um tanto esquemática, que se reduzem essencialmente a três, os sistemas adoptados: Ensino Integrado, Ensino Helicoidal e Ensino Departamentado.

1) Ensino Integrado — falando de um modo sucinto, consiste no estudo isolado de cada órgão ou sistema, desde a Anatomia à Terapêutica, estudando ao mesmo tempo a Histologia, a Fisiologia, a Patologia, etc. desse mesmo assunto. E, assim, ajudado simultaneamente pelos docentes de cada um dos ramos citados, o aluno irá aprendendo de uma forma integrada, simultânea, tudo quanto diz respeito a cada aparelho.

Este sistema, experimentado apenas em algumas faculdades do mundo ocidental, salvo erro, uma em França, duas ou três em Inglaterra a cerca de igual número nos EUA, parece que, além de se ter mostrado dispendioso, não terá dado os resultados esperados, pelo que tem vindo a ser progressivamente abandonado. E os poucos que ainda o defendem, apenas o consideram possível e útil com alunos de craveira intelectual alta e em número diminuto, considerando como máximo cursos de trinta estudantes.

2) Os outros dois métodos de ensino médico — o Helicoidal e o Departamentado — têm de comum a divisão do curso em dois escalões. Assim, ambos consideram a existência de um 1.º Ciclo Básico, a que se segue o 2.º Ciclo Clínico, precedido ou não por um ano pré-clínico.

É precisamente ao nível do «Ciclo Clínico» que são fundamentais as diferenças de metodologia entre os dois sistemas citados.

No Ensino Helicoidal, o ensino clássico, defende-se o princípio de, ao longo de três anos e através das Propedéuticas, Patologias e Clínicas, ou, como se diz em alguns países, Clínicas I, II e III, ensinar a mesma matéria repetida e su-

cessivamente, partindo das noções mais elementares, para, progressivamente, num crescendo contínuo, se atingir no último ano conhecimentos suficientemente profundos e tanto quanto possível completos de todas as matérias administradas desde o 1.º ano do Ciclo Clínico.

Este tipo de ensino clássico, repetitivo e progressivo, pareceria ter vantagens evidentes, visto oferecer ao aluno uma aprendizagem suave, contínua e prolongada, que lhe permitiria uma melhor absorção e sedimentação dos conhecimentos adquiridos. Parece, no entanto, ter alguns inconvenientes aos quais se poderá em parte atribuir a degradação do nosso ensino e o grave e progressivo declínio que já há anos se vem acentuando de forma assustadora.

Claro que, ao encararmos este aspecto, não nos poderemos permitir esquecer o clima em que se viveu no regime anterior, com a demissão compulsiva, apenas por motivos políticos, de vultos do maior prestígio na Faculdade de Medicina; com o impedimento de entrada a alguns e da ascensão de outros, por razões idênticas. A perseguição a quem se permitia divergir das opiniões oficiais nem com a morte cessava, como se verificou com a proibição da realização de funerais nacionais ao prof. Egas Moniz, único Prémio Nobel alcançado até hoje por um português. E, em oposição, desencadeava-se um proteccionismo descarado aos simpatizantes do regime então vigente.

Este clima, além dos seus efeitos directos, criou dentro do seio da Faculdade uma atmosfera de timidez, de perda de iniciativa, de desencanto e até de oportunismo, a que só poucos conseguiram resistir, mas cujos efeitos, de entrada talvez imperceptíveis, se foram progressivamente acentuando até atingirem as proporções que todos conhecemos.

Também, entre os múltiplos factores que parecem tornar o sistema clássico obsoleto e desactualizado, poderemos citar, entre outros, alguns que nos parecem da maior importância.

Primeiro, a aparente vantagem da repetição sucessiva de conceitos pode traduzir-se numa simples perda de tempo, visto que, no ensino superior, já lidamos com indivíduos com um desenvolvimento mental idêntico, tornando-a, portanto,

supérflua.

Por outro lado, como a matéria se torna muito vasta, haverá dificuldade em integrá-la num só ano. Estes inconvenientes já se atenuarão no Ensino Departamentado, em que, por definição, haverá uma melhor distribuição de tempo.

Depois, nos últimos anos, houve uma extraordinária, súbita e avassaladora vaga de conhecimentos que torna o docente incapaz de dominar todas as matérias com a profundidade necessária que lhe permita transmitir uma visão pessoal, uma vivência própria dos vários assuntos, o que o leva natural e instintivamente a refugiar-se na especialização. Mas este refúgio na especialidade, poderá condicionar por vezes uma deformação, dar-lhe uma visão unilateral, que poderá tornar o especialista menos apto a considerar o doente como um todo e a dar ao aluno a noção de complexidade do organismo humano, que não deverá ser visto apenas sob um aspecto mas sim em conjunto, pois nele todos os mecanismos orgânicos e psíquicos estão intimamente inter-relacionados.

Também por vezes uma excessiva preparação dirigida quase exclusivamente para um determinado sistema ou, até, para determinados órgãos desse sistema poderá condicionar uma perigosa tendência para a hipertrofia do ensino dessa especialidade, com o consequente desequilíbrio de um ensino harmónico e equilibrado.

Além disso, acontece por vezes que, nas várias clínicas ou serviços correspondentes aos três últimos anos do Ciclo Clínico, os diferentes professores e seus acólitos se dedicam ao mesmo assunto. Disso poderá resultar — seria fácil citar vários exemplos e todos sabemos não ser esta afirmação um paradoxo — que muitos alunos atinjam o fim do curso sem nunca terem observado a maioria das espécies mórbidas banais. É certo que lhes foram ministradas aulas teóricas versando os vários temas da Medicina. Mas elas serão em regra a anacrónica aula teórica, doutoral, em que frequentemente haverá a preocupação de exhibir conhecimentos sofisticados, bebidos sofregamente em artigos acabados de sair, lidos à última hora, na ânsia de mostrar a universalidade dos nossos conhecimentos.

Continua na pág. 4

O FIM DO IMPÉRIO PROUVOST

Há situações que justificam os clichés e, no mundo da Imprensa francesa, Jean Prouvost construiu aquilo a que pode chamar-se um império.

Para fazer um império é necessário um imperador. Jean Prouvost era-o. Marechais não lhe faltavam. Teve vitórias e derrotas. Vitórias e derrotas que tiveram nomes de jornais: *Paris-Midi*, *Paris-Soir*, *Match*, *Marie-Claire*, *Télé 7 jours*...

A última grande guerra fez-lhe contra a televisão, essa máquina colonial que transforma os leitores em espectadores. Marcou-a a queda de *Paris-Match* (que em quinze anos

perdeu oitocentos mil leitores) e a ascensão de *Télé 7 jours*, agora sólido número um da Imprensa francesa.

Para acabar a história eram necessárias as despedidas de *Non-Fin*. Que já se realizaram.

Aos 92 anos, Jean Prouvost retira-se. Mais do que a idade levam-no a isso as duras leis da economia e da finança. Há mais de um ano já teve de vender o *Figaro* a Robert Hersant. No momento em que podia finalmente reinar sozinho, tentar mostrar que os êxitos fulgurantes de *Paris-Midi* e de *Paris-Soir* podiam renovar-se trinta anos depois, teve de capitu-

lar perante a oposição dos jornalistas e perante os encargos financeiros devidos à compra demasiado rápida das partes do seu antigo sócio Ferdinand Béglin.

Hoje tudo está consumado. A Livraria Hachette, que durante longo tempo fez concorrência com outros compradores, e principalmente com François Michelin, tornou-se única proprietária de *Télé 7 jours* (de que já tinha 50 por cento das acções), de *Paris-Match* e de *Parents*. As publicações femininas serão agrupadas sob a égide das netas de Jean Prouvost que farão talvez apelo a um parceiro industrial e financei-

ro. Assim, correm as coisas na Imprensa. Imprensa-indústria e Imprensa-mercadoria, que ao ritmo das transacções actuais e das que talvez venham a realizar-se, farão com que a França não tenha em breve nada a invejar à República Federal da Alemanha, onde reina Springer, que só ele, controla 40 por cento do mercado dos quotidianos e 80 por cento da Imprensa dominical. Para tal bastaria que um dia os bancos, esses casamenteiros infatigáveis, unirem os destinos da Livraria Hachette e de Robert Hersant.

© LE MONDE

SINDICATO DOS PROFESSORES

Rua das Gaivotas, 6 — Telef. 60 66 97
Rua do Conde Redondo, 22, 1.º — Telef. 55 65 30
LISBOA

CONVOCATÓRIA

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos pelo presente Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para um plenário a realizar na 2.ª feira, dia 19 de Julho de 1976 pelas 21 horas, na Rua do Alecrim, 46-1.º em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único — Esclarecimentos sobre a proposta vertical de revisão ao CCT.

NOTA: Este plenário realizar-se-á seja qual for o quorum alcançado.

OS SINDICATOS OUTORGANTES:

SINDICATO DOS PROFESSORES
SINDICATO DOS TEXTEIS
SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS
SINDICATO DOS SERVIÇOS DE PORTARIA E VIGILÂNCIA E LIMPEZA
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE INDÚSTRIA HOTELEIRA
FEDERAÇÃO REGIONAL DO SINDICATO EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO
SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL



MARIA EUGÉNIA MATOS GARRENTO BARREIRO

AGRADECIMENTO

Valdomiro José Garrento, Vitor Garrento, Berta Matos, Olívia Matos, Cândido Graça, Basílio Pereira, Filomeno, Géninha, Teresa Matos e mais família, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que acompanharam a sua esposa, mãe, e parente à sua última morada.

DOS ESTADOS UNIDOS AGORA OU MAIS TARDE...

Chegou a ocasião de não incomodar mais os amigos ou as pessoas de família. Nós estamos nos Estados Unidos para o ajudar na compra de LIVROS — REVISTAS — DISCOS — CASSETES — SELOS — SLIDES — POSTAIS — EMBALAGENS DE FÓSFOROS — CARTAZES — GUIAS TURÍSTICOS — MEDALHÕES — FILMES — ETC. Escreva à revista «Factos e Gente» e informe sobre o seu interesse. Nós responderemos ao seu pedido.

As nossas vendas serão feitas em escudos.

FACTOS E GENTE

P.O. Box 5303 - Ironbound Station,
NEWARK, N. J. 07105 - U.S.A.

SOCIEDADE «ESTORIL»

LINHA DE CASCAIS

AVISO

CARTAZ HORÁRIO H-38

Por motivos técnicos imperiosos, a partir do dia 13 de Julho (noite de segunda para terça) e até aviso em contrário, são suprimidos os comboios n.ºs 18 e 15, com partida de Cascais às 4 horas e de Cais do Sodré, às 4.30 horas, respectivamente.

Nacional CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA MEDICINA EM PORTUGAL

Continuação da pag. 3

tos, dos quais, no entanto, não se tem a menor prática pessoal.

Este tipo de aulas está hoje mundialmente abandonado por se reconhecer a sua mais que duvidosa utilidade.

Estas aulas não poderão de modo algum substituir a aprendizagem directa, na enfermaria, das várias espécies mórbidas, a vivência das doenças, apresentada e orientada em aulas teóricas ou práticas, por pessoas que conhecem profundamente os assuntos de que tratam, porque com eles lidam diariamente há muitos anos e por isso estão nas condições desejadas para transmitir aos alunos o que é fundamental, o que não se pode desconhecer, para lhes ensinar a distinguir o útil do superfluo ensinar, portanto, a estudar, a seleccionar o que vem nos tratados, a valorizar os aspectos mais importantes, isto é, a oferecer aquele aula teórica e crítica que os alunos decerto desejam e necessitam.

É talvez por todos os factos até agora apontados que, há cerca de um decénio, em vez

de se formarem verdadeiros médicos, com conhecimentos harmónicos, homogêneos, completos, práticos e, portanto, úteis, tenhamos corrido o risco, e talvez o tenhamos mesmo praticado, de, em lugar desse tipo de médico, termos lançado, com raras excepções, um enorme grupo de «deficientes da Medicina», com os inconvenientes facilmente previsíveis para eles próprios, para o prestígio da classe, para a saúde pública e para a economia da Nação.

Perante estes factos, perante o nível cada vez mais baixo da Medicina portuguesa, para o qual, além dos aspectos apontados, têm concorrido múltiplos outros condicionamentos, entre os quais não devemos esquecer o enorme e progressivo afluxo de alunos à faculdade, tentou a FML em 1974/75, num assomo de coragem, cortar as amarras com o tradicionalismo e tentar a experiência do Ensino Departamentado. Esta opção não é original. Seria mesmo já um antigo anseio do conselho da FML, ao qual talvez tivesse faltado até então a iniciativa ou a força

de vencer a inércia.

Este tipo de Ensino Departamentado é uma experiência com a qual se pretende contornar e emendar alguns dos defeitos acima mencionados.

Assim, após um ciclo básico, no qual me pareceria ter sido oportuno incluir o ensino da Literatura e da Filosofia, disciplinas talvez úteis para uma maior cultura e, portanto, formação humanística do médico, segue-se um ano pre-clínico, que consta apenas de Medicina Sanitária, e Introdução à Clínica, matérias estas indispensáveis para a aprendizagem dos anos seguintes.

No Ciclo Clínico pretende-se emendar certos artificialismos do Ensino Helicoidal, de modo a que as várias matérias clínicas sejam ensinadas nos departamentos onde se encontram acantonados os docentes que se dedicam a esses ramos da patologia e que serão portanto, logicamente, os mais competentes.

Pretende-se assim criar uma metodologia realista, em que cada um ensina o que sabe e em cujos serviços existem as respectivas espécies pato-

lógicas. Isto é, a Gastroenterologia, a Cardiologia, a Hematologia, etc., serão ensinadas por pessoas que se dedicam a esses assuntos, permitindo, portanto, aos docentes transmitirem naturalmente a sua vivência e faceta pessoal, distinguirem, com a segurança de quem é perito no que fala, o essencial do superfluo assim como exemplificarem os respectivos casos clínicos que, repetimos, logicamente existirão nos seus serviços.

Poderá assim, com a departamentação, obter-se um duplo objectivo — um ensino científico e praticamente mais correcto, com uma assistência clínica de melhor nível.

Mas ao pretendermos fazer a análise dos principais tipos de ensino pré-graduados, não poderemos esquecer que esse ensino nada mais é do que o primeiro elo do ensino da Medicina, ao qual se seguirá, obrigatoriamente, o seu complemento, a prática clínica, realizada nos vários serviços hospitalares — o estágio ou período policlínico — em que se fará a síntese e a aplicação prática de todos os conhecimentos adquiridos ao longo do curso pré-graduado.

É talvez nesta altura que se deverá fazer a escolha do tipo de médico que é neste momento prioritário para o País. E, assim, se optarmos, como julgo ser o caso, por uma melhor cobertura sanitária do País, feita por generalistas bem preparados, em que a relação médico-doente se aproxime dos números indicados pela OMS, esse estágio deverá ser feito principalmente nos serviços de Medicina e Cirurgia Geral, Obstetrícia e Pediatria.

A frequência durante o estágio nos serviços ou institutos especializados será reservada a uma pequena percentagem de pós-graduados que tenham revelado especiais aptidões e que, de futuro, constituirão a base de especialistas dos hospitais distritais.

O autor é professor da Faculdade de Medicina de Lisboa

CONTRA O ANALFABETISMO

Movimento Alfa arranca em Agosto e Setembro

Começaram já na passada segunda-feira os segundos cursos para a formação de monitores e alfabetizadores, estudantes interessados em participarem no Movimento Alfa — Brigadas de Trabalho e Alfabetização. Os cursos estão a decorrer na Faculdade de Letras, Economia, Técnico e ISCSP. A iniciativa que decorre sob o signo «fim ao analfabetismo» visa sensibilizar a opinião pública e interessar os estudantes para um grave problema nacional.

Logo nos primeiros dias do mês as inscrições de estudantes no Movimento Alfa ascenderam a 800. Por outro lado estão já definidos os distritos e concelhos para onde se dirigirão, em Agosto e Setembro, os estudantes inscritos para a alfabetização, dinamização cultural e desportiva e educação sanitária do distrito de Lisboa. A saber: Campo Maior, Avis, Portel, Elvas e Ponte de Sor (distrito de Portalegre); Sourel, Montemor-o-Novo e Montoito (distrito de Évora); Aljustrel, Pias e Beja (distrito de Beja).

Para os estudantes que se deslocarem para estas zonas estão garantidas condições de alojamento nas herdades colectivas.

Entretanto, para assegurar os meios materiais indispensáveis à efectivação e prosseguimento das campanhas, nomeadamente transporte e material didáctico, decorreu uma campanha nacional de fundos.

Em Coimbra, membros do Movimento Alfa deram uma conferência de imprensa nas instalações da Associação Académica. Aqui o Alfa espera poder levar as suas brigadas de alfabetização e dinamização às zonas do centro do País, Covilhã e Castelo Branco. Para tanto pretendem obter o apoio do MEIC, dos organismos juvenis oficiais, comissões de trabalhadores e comissões de moradores. As unidades militares serão pedido apoio para transportes.

O Movimento Alfa que tem como objectivo o combate ao analfabetismo («manter o analfabetismo é contemporizar com o fascismo») afirmaram

elementos do Movimento durante o decorrer da conferência de imprensa) vai tentar ainda fazer o levantamento da história das cooperativas agrícolas, realizar festas e projectar filmes e slides.

Os cursos que entretanto têm decorrido para monitores e alfabetizadores têm uma temática que se pode sintetizar em: analfabetismo e Movimento Alfa; problemas económicos: colóquio sobre a Reforma Agrária; combate ao analfabetismo: alfabetização, inserção no meio; animação cultural e desportiva; a utilização do método Paulo Freire.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL CONVOCATÓRIA

DELEGADOS SINDICAIS DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Convocam-se os Delegados Sindicais do Sector da Construção Civil para uma reunião a efectuar na sede do Sindicato (Av.º Almirante Reis, 74-C-4.º andar), na próxima (Sexta-feira) dia 16 às 20 horas, com a seguinte:

ORDEM D TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Dar cumprimento ao ponto 3 da proposta aprovada na reunião geral do sector no dia 28/6 (Coliseu dos Recreios), cujo texto se transcreve: «Que semanalmente se façam reuniões de trabalho, com todos os Delegados Sindicais e a Comissão Negociadora a fim de coordenar o trabalho a nível do Sindicato e nas empresas, para uma futura luta a desenvolver quando as condições de unidade do sector sejam consideradas melhores que as actuais».

12.7.76

A COMISSÃO NEGOCIADORA

PESSOAL QUALIFICADO PRECISA

O País para vencer as suas dificuldades. Prepara-se frequentando os Cursos que se iniciam no PRÓXIMO DIA 26 de JULHO, de:

- ★ PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES nas linguagens COBOL — RPG II — ASSEMBLER
- ★ PERFURAÇÃO E VERIFICAÇÃO IBM (individual)
- ★ DESENHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- ★ MEDIDOR ORÇAMENTISTA CONST. CIVIL
- ★ DECORAÇÃO DE INTERIORES ★ DESIGN
- ★ CONTABILIDADE
- ★ CONTABILIDADE INDUSTRIAL E GESTÃO ORÇAMENTAL
- ★ GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
- ★ RELAÇÕES PÚBLICAS ★ PUBLICIDADE
- ★ MARKETING ★ TÉCNICA DE VENDAS
- ★ SECRETARIADO ★ HOSPEDEIRA DE TERRA E AR

O ÚNICO INSTITUTO QUE ASSEGURA ESTÁGIO Proporcionamos-lhe ainda:

- BOLSAS DE ESTUDO EM INGLATERRA, FRANÇA E ESPANHA
- RECONHECIMENTO OFICIAL DOS CURSOS EM PORTUGAL E EM DIVERSOS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICA
- UMA CARREIRA PARA OS QUE A NÃO POSSUEM
- UMA ACTUALIZAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA TODOS

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º — LISBOA
Tel. 32 55 77 — 37 10 32

Pela 1.ª vez em Portugal

— CURSOS DE FÉRIAS —
de Julho a Outubro, em 1, 2, ou 3 semanas
Incluindo AULAS E ALOJAMENTO

CASO DO VIDREIRO ASSASSINADO

"Pode ser que muita coisa venha ao de cima"

PORTO, 15 — «Você diz muitos disparates, mas pode ser que muita coisa venha ao de cima» — exclamaria ontem um dos juizes do 2.º Juízo Criminal do Porto, onde decorre o julgamento de Ludgero Babo de Carvalho acusado de ter assassinado um sindicalista vidreiro, na noite de 25 de Novembro, a propósito do depoimento da testemunha de acusação António Maria Portilho.

Efectivamente as suas contradições, exploradas pela defesa (dr. Leite Faria), marcarão a audiência de ontem, sendo de certa maneira sua justificação o facto de ser a primeira vez que a testemunha comparecia num tribunal.

Respondendo aos advogados, aos juizes e ao delegado do M.P., António Portilho pouco ou nada contribuiria para o apuramento da verdade sobre este caso que continua a merecer grande atenção nos meios sindicais e não só. Sobre o reconhecimento do réu, como assassino, a testemunha que também presenciou os acontecimentos de uma janela do sindicato, afirmou ter ficado

com uma luz do autor dos disparos, e acrescentou: «pela maneira de se portar não tenho dúvidas de que é ele (réu)». Foi, entretanto, salientado o facto de a testemunha não ter identificado o réu na P.J. aquando da instrução do processo.

Também na audiência de ontem, Fernando de Sousa Moreira, que havia iniciado o seu depoimento no dia anterior, continuou a depor, tendo afirmado que pela forma como o autor dos disparos se comportava tinha ideias de matar: «eu andei na guerra e uma pessoa quando dispara uma arma é para matar». A advogada de acusação, dr.ª Filomena Gomes, lembraria, a propósito, que o crime ocorrera na noite de 25 de Novembro. Esta lembrança, bem como a «intenção de matar» terão objectivo de esclarecer dúvidas levantadas numa das audiências anteriores acerca da actuação do criminoso que, conforme deu a entender um declarante, teria agido em legítima defesa: «se ele não tivesse a arma seria mais murro menos murro».

PROMOÇÃO DO G.E.E.S.

Uma série de seminários sobre problemas de gestão

Em continuação dos cursos sobre Estratégia de «Marketing» para a Exportação e Economia de Gestão da Média e Pequena Empresa, realizados sobre a orientação do prof. Hugh Murray, do London Graduate School of Business Studies no passado mês de Abril para o Gabinete de Estudos Económico-Sociais acabam de ser concluídos pelo mesmo especialista os seminários sobre «Marketing» Industrial para a Exportação, «Marketing» Internacional para Produtos Industriais e o «Marketing» Planeamento das Indústrias Florestais.

Entretanto está programada para este mês, Agosto, Setembro e Outubro nova série de seminários com a participação de vários professores de universidades inglesas, americanas e alemãs federais. Assim, ainda este mês ou em Agosto o prof. P. S. Manley, da Universidade de Durham, realizará quatro seminários em Lisboa, o primeiro dos quais versará o «Management Accounting» e «Control» para não-gestores financeiros. O segundo será sobre Contabilidade da Influxão e Contabilidade Financeira. Em Setembro o mesmo professor orientará seminários sobre «Financial Control» e «Cash Flow Analysis», «Capital Budgeting» e Avaliação de Projectos.

Em Outubro o prof. Perlitz, da Universidade de Colónia, terá a seu cargo um seminário «Como Financiar as Exportações Portuguesas nos Mercados Externos».

Em Setembro o prof. Del I. Hawkins, da Universidade de Oregon, EUA, orientará um seminário sobre Pesquisas de Mercado para Decisão de Gestores. Também em Setembro a professora Barbara Schoott e o dr. Backes da Universidade de Colónia, realizarão dois seminários, respectivamente sobre «Marketing» e Pesquisas de Mercado para Mercado Comum e o «Marketing» de Ex-

portação nos Mercados Especiais, incluindo Cortiças, Madeira, Papel, Mobiliário, Calçado, Confeccões, Metalomecânica, etc.

Prevê-se também que a professora Madalena Hoffman da Universidade de Karl Marx (Budapeste), realizará um seminário em Outubro ou Novembro sobre «Marketing» nos países socialistas.

O prof. Hugh Murray voltará a Portugal em Setembro de 1976 para realizar seminários sobre Vendas, Retalho e Distribuição, «Retailing» e Problemas Práticos de «Merchandising» e Publicidade nos jornais, na rádio e televisão. Em Outubro este professor, com o catedrático de «Marketing» do London Graduate School of Business Studies, Kenneth Simmons, e o prof. Phillip Law, realizará um seminário avançado sobre Inovações de «Marketing» para Gestores.

A partir de Setembro o prof. Stuart R. Timperley, também do London Graduate School of Business Studies, com a sua equipa de especialistas de Relações Humanas, dará uma série de seminários sobre contratos colectivos, participação na gestão e controlo operário, avaliação do trabalho e gestão de pessoal, e ainda sobre a participação na reorganização da empresa e no planeamento de mão-de-obra e sua gestão. Estes seminários completam a formação a alto nível sobre o comportamento da organização das relações industriais e serão realizados mediante aplicação de casos concretos às empresas participantes, com apresentação de relatórios gerais, após o que serão concedidos certificados de proficiência.

Destinam-se a directores, administradores, contabilistas, economistas, etc.

Dá informações o Gabinete de Estudos Económico-Sociais, à Rua Duque de Palmela, 27-4.º E (telefone 557485).

PARA A FORMAÇÃO ACELERADA DE QUADROS

Fundação Gulbenkian colabora com Bissau

No prosseguimento de conversações travadas em Portugal entre representantes do Governo da Guiné-Bissau e dirigentes da Fundação Gulbenkian, esta entidade espera receber, em breve uma série de propostas concretas de auxílio, àquele novo país africano de expressão portuguesa, no campo da educação e da formação acelerada de quadros.

Segundo informação do dr. José Blanco, administrador da Gulbenkian, a criação de uma Escola de Secretariado dedicada nomeadamente à formação acelerada de dactilógrafos, contra-se nos projectos em que a Guiné-Bissau estaria interes-

sada na colaboração portuguesa.

As conversações verificaram-se no decorrer da visita a Portugal do dr. José Araújo, comissário de Estado sem Pasta da Guiné-Bissau, e, mais recentemente, de uma representante do Comissariado de Estado da Educação e chefe do Departamento de Bolsa de Estudo Hília Barber.

Neste momento, a Fundação Gulbenkian tem já em execução um esquema de auxílio que inclui a atribuição de trinta bolsas de estudo para estudantes da Guiné-Bissau, indicados pelo respectivo Governo, dentro das especialidades por este escolhidas.

Recentemente, a Fundação entregou ao Governo guineense a segunda parte de um subsídio já anteriormente atribuído, ainda no tempo do Governo colonial, para a construção de uma grande escola em Cabo (antiga Nova Lamego). Entretanto, está a comprar material escolar que será brevemente enviado para Bissau.

Em relação aos restantes países africanos de expressão portuguesa, José Blanco informou que está em estudo um esquema da atribuição de bolsas semelhantes para S. Tomé e Cabo Verde. «Concretamente, para Cabo Verde — acrescentou — oferecemos, agora, uma escola-piloto a ser construída na ilha do Maio, e que fazia parte de um projecto muito interessante apresentado

pelo respectivo governo».

Em relação a Angola e Moçambique, o esquema de auxílio ainda não está montado, devido a dificuldades várias, mas «A Fundação ainda não perdeu as esperanças neste sentido».

A concluir o dr. José Blanco revelou que o projecto mais importante financiado pela Gulbenkian até agora e que teve grande êxito, foi a recente rea-

lização de um curso intensivo para a formação de dirigentes sociais dos novos países que referimos e em que estiveram presentes representantes da Guiné, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e de Angola. Este curso, organizado pelo Instituto Internacional de Estudos Sociais, que faz parte do Bureau Internacional du Travail de Geneve, foi o primeiro seminário feito num organismo internacional em português.

RECORDA O M.A.I.

É proibido recrutar mercenários

O Ministério da Administração Interna divulgou ontem uma nota informando que as actividades de recrutamento de mercenários em território nacional é proibida e punida pelo Código Penal. Lembramos que este comunicado do M.A.I. é tornado público depois de terem corrido rumores de que em Lisboa, mais propriamente no Rossio, um grupo de indivíduos se dedicava à tarefa de recrutar mercenários para, na Rodésia, combaterem os movimentos de libertação que actuam naquela antiga colónia britânica.

É o seguinte o texto na íntegra do comunicado do M.A.I.: «As referências vindas a público sobre a eventual actividade de indivíduos em recruta-

mento de cidadãos nacionais para realizarem serviço militar em países estrangeiros, originou no Ministério da Administração Interna uma apreciação desse problema face às disposições legais existentes.

Veio a verificar-se que tais actividades se encontram previstas e punidas pelo Código Penal, o que motivou um despacho do ministro da Administração Interna, já transmitido às forças de segurança na dependência do M.A.I., alertando-as para os procedimentos contemplados naquele código quanto à eventualidade de cometimentos dos crimes de recrutamento de mercenários remetendo a tribunal os indivíduos que se dediquem a tais práticas».

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, PRODUTOS ALIMENTARES E AFINS

Sede: AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 25-CAVE — LISBOA-1
— TELEF. 57 20 45 —

COMUNICADO
A TODO O POVO TRABALHADOR

O Patronato numa tentativa de criar a instabilidade social, que só serve os seus objectivos (melhor nos explorar e encher os seus cofres à custa do aumento de preço do pão) nega-se a encetar as negociações do nosso C.C.T.

Nós trabalhadores da Panificação, sendo uma das classes com piores condições de trabalho e mais mal remuneradas, não podemos cruzar os braços perante a eminência de continuar a não ganhar para o sustento das nossas famílias (tendo em conta a constante subida de preços dos produtos essenciais) para a educação dos nossos filhos, para a renda da casa, etc., etc..

Depois de tentarmos chegar a uma plataforma de acordo, a fim de iniciarmos as negociações, por intermédio do Ministério do Trabalho numa reunião realizada no dia 7/7/76 a entidade patronal limitou-se a reafirmar a sua arrogante posição dizendo NÃO AS NEGOCIAÇÕES.

Perante estes factos e a incapacidade declarada pelos representantes do Ministério do Trabalho, de obrigar a entidade patronal a negociar, os trabalhadores da Panificação a nível nacional irão mover uma forma de luta contra o patronato, no sentido de levar os patrões a negociar a proposta de C.C.T., visto que acabou o período de vigência do anterior.

Assim, os representantes dos trabalhadores reuniram-se a nível nacional, com o fim de analisar profundamente quais as formas de luta a pôr em prática.

Fruto dessa discussão e considerando que a luta é contra o patronato, houve a grande preocupação e firmeza, no sentido de aplicar uma forma de luta, que não prejudicasse trabalhadores e público em geral, cujo apoio nos é tão necessário.

Assim, ficou deliberado por unanimidade, que a forma de luta inicial, será a DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE TODO O PÃO FABRICADO NO DIA 27/7/76.

Apelamos a todos os trabalhadores e ao público em geral, para a compreensão da nossa luta, para sua colaboração e solidariedade.

Apelamos mais ainda para que todos no dia 27/7/76, não paguem o pão colaborando assim com a nossa luta.

SÓ COM A COLABORAÇÃO DO POVO CONSUMIDOR PODEMOS VENCER A ARROGÂNCIA PATRONAL!

O PATRONATO QUER O AUMENTO DO PÃO — NÓS SÓ QUEREMOS MELHORAR AS NOSSAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E RECEBER O LEGÍTIMO FRUTO DO MESMO. SÓ TODOS UNIDOS, HOJE E SEMPRE, PODEMOS VENCER.

O SECRETARIADO

1 SEMANA EM LONDRES

FÉRIAS OU NEGÓCIOS

PARTIDAS em avião especial TAP, TODOS OS DOMINGOS

Junho	6, 13, 20, 27
Julho	4, 11, 18, 25
Agosto	1, 8, 15, 22, 29

Preços excepcionais desde * **3.850\$**

* a vantagem dos voos especiais

Milhares de pessoas dizem com satisfação: «fui a Londres numa daquelas viagens baratas de abreu»

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 379321
COIMBRA Rua de São, 2 • Telef. 270112
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 250356

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Nacional

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

DIRECÇÃO-GERAL DE EQUIPAMENTO
ESCOLAR

Comissão de Equipamento Escolar

CONCURSO CEE-3.76/D

FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE MATERIAL DIDÁCTICO PARA ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Faz-se público que até às 17.30 horas do dia 11 de Agosto de 1976 se receberão propostas para o concurso acima designado, nesta Comissão, Av.º 5 de Outubro, 107-6.º andar, em Lisboa, procedendo-se ao acto público do concurso no dia 12 de Agosto de 1976, às 9.30 horas, na Av.º 5 de Outubro, 107, 13.º andar, em Lisboa.

O referido concurso abrange artigos diversos, designadamente de:

- AUDIOVISUAIS
- FOTOGRAFIA E CINEMA
- MATERIAL DE ÓPTICA
- MATERIAL ELÉCTRICO
- FERRAMENTAS
- REPRODUÇÃO

O processo do concurso poderá ser examinado todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Comissão de Equipamento Escolar, Av.º 5 de Outubro, 107-6.º, em Lisboa.

Comissão de Equipamento Escolar,
em 15 de Julho de 1976.

O Presidente do Cons. Administrativo
António Luís Alves Landeira

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVÍCIO DE AQUISIÇÕES

ANUNCIO

Venda de estufas, calandra e máquinas de costura da Lavandaria do Hospital de S. José; e uma caldeira a vapor e seus agregados da Central-Térmica do Hospital de S. José.

Recebem-se as propostas até às 9.30 horas do dia 26 de Julho, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições (Campo dos Mártires da Pátria, 91), todos os dias úteis das 9 às 11.30 horas e das 14 às 16 e nos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 7 de Julho de 1976.

O Chefe do Serviço
a) Alexandre Pinheiro

Duas ou três coisas sobre o fuzilamento de mercenários

LUÍS DE MIRANDA ROCHA

Tal como deve ter acontecido na generalidade dos países do mundo capitalista, praticamente toda a Imprensa de direita que existe em Portugal se mobilizou em larga campanha pública contra o julgamento dos mercenários por um Tribunal Revolucionário em Luanda. Nem por isso os juizes recusaram: sentença, pena capital. Tal como noutros lugares, também em Portugal a Imprensa proclamou ao público a sua indignação. Não houve nisto nada que nos tivesse surpreendido muito. Cada Imprensa defende os interesses que a movem. A de direita, afecta aos interesses que se sabe, não iria certamente dizer que a ra-

ção estava toda do lado do povo angolano, das autoridades de Luanda, do Tribunal e dos juizes que sentenciaram a pena. Poderia, no máximo, admitir que a condenação se justificava, no contexto onde foi e nas circunstâncias que a envolviam. Não fez isso. Aproveitou-se a oportunidade para uma vez mais pôr em questão a situação em Angola, os responsáveis pela administração dos seus destinos políticos. E pôs-se, mais uma vez, o acento tónico naqueles pontos onde se sabe a opinião pública controlada pela propaganda do capitalismo é extremamente sensível. Puxou-se por razões quase todas redutíveis a um

humanismo traste, alienado e alienatório. Cada Imprensa também vive dos sentimentos colectivos e das reacções públicas a que se dirige e é capaz (tem) de suscitar e alimentar. A Imprensa de direita não está, evidentemente, interessada em fornecer ao seu público uma interpretação dos acontecimentos que lhe dê acesso ao mais largo, fundo e extenso significado (ou sentido) que eles têm. Não devemos ficar perplexos com o alarido que fazem estas vozes inúmeras. E se queremos compreender um pouco as razões por que quatro homens são condenados à morte por fuzilamento não o conseguiremos por certo dando ouvidos a esta aparentemente espontânea indignação. Além do mais ela oculta os motivos fundamentalmente políticos que estão por trás das execuções. Depois esquecem que as execuções não foram sentenciadas de um dia para o outro em qualquer julgamento selvagem como a fácil opinião pública visceralmente adversa ao chamado poder popular tenderá a supor: o processo durou semanas, e foram oferecidos aos réus todos os recursos de defesa possíveis; um membro do comité internacional que assistiu ao processo disse na televisão portuguesa a sua admiração pelo rigor legal e pela dignidade com que tudo decorreu. Depois ainda, quase se oferece disto a imagem de qualquer coisa de parecido com um crime. Esta imagem ofuscaria a de mil e um crimes praticados por estes e mais mil e um mercenários em Angola (para não sairmos daqui) no ano passado (para não recuarmos muito no tempo).

Se não o somos, devemos sê-lo, e em princípio — contra a pena de morte. No fundo (Camus escreveu-o), nenhum homem tem o direito de julgar outro homem, quanto mais de sentenciar uma pena capital, quanto mais ainda de proceder a uma execução. Não se trata de humanismo sentimental: é uma posição ética irredutível que se reforça na generalidade dos valores mais elementares que informam e enformam a nossa vida e a nossa existência. Mas aqui não se trata de um homem que julga outro homem. As razões alegadas pelas autoridades de Luanda (que o presidente Neto sintetizaria depois ao dizer que se tratava de fazer "justiça em nome do povo angolano e dos povos da Namíbia e do Zimbábue e de todos os povos do Mundo contra os quais o imperialismo já se apresta a preparar novas agressões mercenárias") não são tiradas de retórica. De resto, as razões invocadas em Luanda para justificar o processo não se reduzem aos condenados em particular, mas a tudo aquilo que eles representam — o mercenarismo, instrumento dos desígnios agressivos do imperialismo, (...) um flagelo do continente africano e uma grave ameaça à paz, à liberdade e à independência dos povos», nas palavras de Neto. E Neto invocou ainda como o mercenarismo «reconhecido como uma actividade criminosa pelo direito internacional de acordo com inúmeras resoluções e declarações da Organização das Nações Unidas e da Organização de Unidade Africana». Socorrendo-nos dum bulevarismo, poderíamos dizer: não foram quatro homens que o tribunal condenou à morte e um pelotão

fuzilou; foi o mercenarismo. Ainda Neto: «É imperioso que a prática do mercenarismo seja definitivamente banida do nosso planeta. É urgente que todos os Estados e todas as forças progressistas e amantes da paz lhe dêem o combate mais enérgico».

Aqueles que manifestam o seu estupor — e cremos que sincero — devem lembrar-se de dois ou três «pormenores» indispensáveis para a compreensão do drama (que um julgamento foi isso, e os fuzilamentos apenas o descer do pano no final dum acto) que em Luanda se passou. Primeiro, os condenados eram culpados de crimes comprovados e confessos. Depois, eles próprios haviam assassinado, além de angolanos e angolanas, outros mercenários (por questões internas que houve no seio da sua própria organização). Finalmente, deve-se ter presente que o M. P. L. A., em momentos mais melindrosos da situação em Angola, teve de liquidar mesmo angolanos e até alguns que tinham combatido nas fileiras do Movimento — porque eles tiveram ou estavam a ter um comportamento considerado perigoso para a segurança do país. Pergunta-se apenas: poderiam as autoridades de Luanda, com que coerência, poupar à pena capital mercenários estrangeiros, quando, por talvez crimes de menor envergadura, compatriotas seus, e sem o mesmo aparato de julgamento haviam sido fuzilados?

É fácil nós sermos, desde o princípio, contra a pena de morte. É também isso o que devemos ser, que o contrário tornar-se-ia insuportável. No caso vertente, trata-se, primeiro, de protestar contra que quatro homens tenham sido fuzilados; a seguir, saber porquê; depois desviar a direcção e o sentido desse protesto: trata-se, agora, já não de Angola e da Revolução em Angola, mas dos países de onde os mercenários vieram recrutados, mais, do sistema que não só lhes permitiu que eles viessem mas ainda lhes pagou para eles virem. Até por razões estritamente morais, humanas, humanitárias (aquelas razões que nos assistem para repudiarmos com veemência uma pena de morte): — o que mais nos constrange: uma execução sumária sentenciada num tribunal popular revolucionário no desfecho dum processo onde o acusado pelas leis angolanas...

AOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CARNES C. C. T. SEMI-VERTICAL

A COMISSÃO NEGOCIADORA comunica que:

1. As negociações do C.C.T. iniciaram-se em 13.7.76.
2. Entre os pontos acordados focam-se os seguintes:
 - As negociações decorrerão em princípio durante o prazo de 1 mês, a 3 dias por semana;
 - Durante as negociações não deverá haver aumentos salariais de qualquer natureza ou promoções;
 - Tendo em conta a necessidade que há de se estabelecer a unidade entre todos os trabalhadores na luta pela consecução de melhores condições de trabalho e regalias sociais, ficou aberta a possibilidade de qualquer Sindicato aderir, ainda, às negociações agora em curso.
3. Este C.C.T. irá aplicar-se a todos os trabalhadores do sector representados pelos Sindicatos outorgantes.
4. Neste momento, não ficarão abrangidos pelo C.C.T., entre outros, os trabalhadores em carnes do distrito de Lisboa.

SÓ NA UNIDADE OS TRABALHADORES PODERÃO
ALCANÇAR A VITÓRIA FINAL

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

Sindicato dos Bancários do Centro

ASSEMBLEIA GERAL

EXTRAORDINÁRIA
CONVOCATÓRIA

De acordo com o nº 2 do Art.º 24 dos Estatutos, convocamos todos os membros deste Sindicato, no pleno uso das suas faculdades, para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no INATEL — Rua António Granjo, em Coimbra, no dia 16 de Julho de 1976, pelas 21 horas, com o seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE 23 DE JUNHO DE 1976 — POSIÇÃO FACE À PROPOSTA DAS DIRECÇÕES DOS SINDICATOS BANCÁRIOS NORTE E SUL E ILHAS NO QUE RESPEITA A QUESTÃO CONTRATUAL DO PROBLEMA DOS TRABALHADORES DA J. K. L.

NOTA: Nos termos do art.º 26 a Assembleia Geral terá início à hora marcada com qualquer número de adiamentos.

Coimbra, 12 de Julho de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Centro
Álvaro Ribeiro

NA LINHA DE RUMO DO PRESIDENTE RAMALHO EANES

"Assegurar a consolidação da democracia e abrir caminho para uma sociedade socialista"

É como segue o texto integral do discurso ontem proferido pelo Presidente da República em S. Bento, após a assinatura do acto de posse:

«Senhor Presidente
Senhores Deputados
Portugueses

«Este acto de investidura de um Presidente da República que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus concidadãos culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão e é um marco decisivo na institucionalização da democracia.

«Ao mesmo tempo, este acto de investidura de um Presidente da República que acaba de jurar a Constituição livremente elaborada pelos legítimos representantes do povo, consagra a derrota das minorias que se opuseram às transformações políticas, económicas, sociais e culturais agora traduzidas num projecto de vida colectiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.

«Foi um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de Abril em que as Forças Armadas restituíram a este povo o seu próprio País, a este País o seu lugar no Mundo e a si próprias a sua verdadeira função social.

«Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu à tentação fácil de usar o Poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andamos da prática democrática, inexperientes no campo da actividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e às metas definidas pelos homens de 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os portugueses fossem efectivamente livres.

«Mas a firmeza com que o povo português soube responder a todas as situações ditatoriais, a sua determinação de viver a liberdade e a paz, demonstraram a justeza do Programa do M. F. A. e a firme adesão do povo português à sua mensagem, que em 25 de Novembro de 1975, ficou de novo claramente expressa.»

PROJECTO DE VIDA COLECTIVA

«Ao iniciarmos um novo período de vida da nossa pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um Estado de direito, cabe aqui a evocação e a homenagem a quantos na resistência à ditadura ou no Movimento das Forças Armadas deram o melhor de si próprios, quantas vezes a vida, para que todos os portugueses pudessem decidir em liberdade a pátria que queriam ser.

«A uns e outros evoco e

saúdo na pessoa do presidente da Assembleia da República e nos camaradas de Armas presentes nesta assembleia ou nos seus postos de comando e trabalho.

«Não quero aqui antecipar-me à História no registo dos nomes. Ela o fará certamente com perspectiva, inevitavelmente com justiça. A História, pois, o que à História pertence.

«Apresentei-me aos portugueses com o compromisso solene de cumprir a Constituição, não como quadro de referência, mas como um projecto de vida colectiva, apontando para metas concretas e estabelecendo como caminho o respeito permanente pela vontade do povo português livremente expressa.

«Hoje jurei perante o País e o mundo defendê-la; e ao fazê-lo, mais uma vez me comprometo a assegurar e desenvolver as condições que não de garantir o primado do Estado de direito democrático e as bases de uma sociedade socialista.

«A eleição do Presidente da República significou, de forma inequívoca e clara, a adesão a um projecto político que lhe foi apresentado sem ambiguidades e com realismo. Esta adesão responsabiliza todos os portugueses na participação efectiva na construção de um Estado e de um regime de que a Constituição é o fundamento.

«Definindo este quadro, está delimitado o campo de actuação das forças políticas. Não há, pois, lugar para actuações que visem a restauração de um passado que o povo português claramente rejeitou, nem serão toleradas quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos, radicados em actividades de carácter insurreccional que só podem conduzir de novo à miséria e a ditadura.

«Projecto de vida colectiva, quadro de garantia da democracia e do seu desenvolvimento, directriz de todas as participações individuais ou colectivas, a Constituição representa a realidade e as conquistas revolucionárias de que o 25 de Abril desencadeou, e consagra a eliminação do golpismo e da anarquia a que o 25 de Novembro pôs termo definitivamente.»

PESADO ENCARGO

«Jurei defender a Constituição e cumprirei com fidelidade o meu dever. Mas esse é também o dever de todos os cidadãos democratas e patriotas, e de todos os outros órgãos, instituições e agentes do Estado. Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem, neste início de uma nova era na vida de uma pátria que soube sempre escrever, a seguir a cada crise, uma nova página de grandeza.

«Exercerei o cargo de Presidente da República consciente de que um Estado de direito democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos órgãos e poderes constituídos. Comprometo-me a respeitar a esfera de cada um, a exigir de todos o cumprimento

integral da sua missão e a todos garantir as condições do seu correcto exercício.

«As Forças Armadas assumiram, ao depor em 25 de Abril um regime antidemocrático, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um Estado participado. Nos dois últimos anos, o exercício do poder político assentou na legitimidade revolucionária e na fidelidade a um programa que agora se concretiza na própria legalidade constitucional.

«No prolongamento das responsabilidades que os militares assumiram em 25 de Abril de 74, a Constituição consagra o Conselho da Revolução como a expressão política das Forças Armadas, como garante do seu cumprimento e da fidelidade ao espírito do 25 de Abril, a par de lhe atribuir funções legislativas em matéria militar.

«A entrada em vigência plena da nossa lei fundamental e dos órgãos nela instituídos, representando a materialização de compromissos tomados, contribuirá eficazmente para a coesão e operacionalidade das Forças Armadas, no exercício da missão que lhe cabe na defesa da democracia e da independência nacional. Esta é também a melhor garantia de que o Conselho da Revolução cumprirá correctamente os fins que lhe são inerentes e lhe estão justamente atribuídos, e contribuirá de modo decisivo para o equilíbrio e unidade de acção que ao Presidente da República compete assegurar.»

DEMOCRACIA PLURALISTA

«Na Assembleia da República se consubstancia a própria democracia pluralista. A história do funcionamento dos Parlamentos em Portugal constitui matéria de reflexão e fonte de ensinamentos. A oposição deve ter neste País um lugar e uma voz. Mas tem que constituir uma alternativa real, e não um mero exercício lúdico de querelas partidárias, para que se não transforme de oposição a um Governo em oposição à democracia.

«A vida na Assembleia Constituinte foi um capítulo de luta e coerência nos agitados tempos da sua existência. Envidarei todos os meus esforços para dignificar a actividade desta Assembleia, mas é no ajustamento da sua prática à situação real do País e às aspirações concretas do povo que assentam as determinantes do seu prestígio.

«Os tribunais são as únicas instituições a quem compete administrar a justiça, protegendo os interesses dos cidadãos e defendendo a legalidade. Ninguém ignora a diversidade do espectro político de algumas regiões do país. Da força moral que representa o funcionamento independente dos tribunais e da sua capacidade para verter na vida as regras constitucionais e as novas leis, depende em larga medida o clima de autoridade democrática e a garantia de igualdade dos cidadãos. A cedência a quaisquer pressões, se por um lado não dignifica os tribunais, por outro ofende gravemente os princípios democráticos em que assenta a nova sociedade,

uma sociedade em que não haja mais lugar para o medo, nem para a impunidade do terrorismo e do crime.

A democracia em Portugal é possível: e, sendo possível, tem de ser viável. O País tem cada dia uma consciência mais clara das dificuldades que nos assoberbam. Generalizou-se a irresponsabilidade e a incompetência — quantas vezes usurpando o nome e os interesses dos trabalhadores — e avançou-se largamente no

aprofundamento num País que de há largos anos detém os padrões de vida mais baixos da Europa, essa Europa que constitui local de trabalho e ponto de referência para mais de um milhão de trabalhadores portugueses.

«A exploração não pode voltar ou continuar onde ainda existia, e esta recuperação não se fará em nenhum caso à custa dos legítimos direitos dos trabalhadores, das suas organizações e associações, e evi-

ca, das pequenas e médias empresas e reformados. Por outro lado, ao mesmo tempo que importa combater, na medida do possível, o aumento do custo de vida, há que desenvolver condições que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, pondo termo à situação dramática dos desempregados e de muitos dos deslocados de África.

«O País exige um ponto final no lamentável espectáculo de um sistema educativo que não funciona, e que dia-a-dia continua a hipotecar o nosso futuro, pela sua demissão na formação das gerações que não de garantir ao nosso país as condições de progresso e de independência real.

«Há que lançar programas ousados no domínio da habitação e da saúde e que encontrar soluções que melhorem a qualidade de vida das populações da cintura dos grandes centros urbanos, onde vivem desenraizados os que abandonaram os campos e as aldeias na procura de sobrevivência para si e para os seus.

«O conjunto de transformações que se torna necessário dinamizar exige uma organização administrativa qualificada e eficiente, e, em consequência, a dignificação da função pública, por forma a ultrapassar a situação de bloqueamento em que se vem arrastando perigosamente.

Nos vários sectores de actividade, temos de terminar com quaisquer formas de irresponsabilidade e corrupção, impondo o primado da seriedade e da competência.

«E para atingir todos estes objectivos precisamos ainda de órgãos de comunicação social que não sejam factores de perturbação, veículos de mentiras, difamações ou injúrias, campos de batalha fomentando a agressividade ou o ódio entre as pessoas, mas que sirvam antes, em todas as circunstâncias, para informar e esclarecer honesta e serenamente, contribuindo de modo decisivo para um consciente empenhamento do Povo Português nas ingentes tarefas da reconstrução nacional.»

UM POVO AMANTE DA PAZ

«Senhores deputados
«Portugueses
«Esta hora é de optimismo e de esperança.

«Mas julgo que trairia as expectativas do povo que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem.

«Para os resolver, assegurarei ao Governo condições de autoridade e de eficácia que lhe permitam corresponder à esperança que é legítimo nele deposite um povo cansado de viver num País provisório e sucessivamente adiado.

«É neste País, com os seus recursos e com os seus filhos, que havemos de reencontrar a nossa dignidade e a nossa identidade nacional, criando uma sociedade mais rica e mais igual que todos sintam realmente como sua.

«Somos um povo amante da paz e queremos contribuir activamente para uma solução

Continua na pag. 8



O general Ramalho Eanes proferindo o seu discurso. Ao lado vê-se o dr. Vasco da Gama Fernandes

campo da irrationalidade económica, que poderia conduzir a muitos lugares mas não por certo à democracia, e muito menos ao socialismo.»

NEM MONÓLOGO NEM DIÁLOGO DE SURDOS

«Cabe ao Governo encontrar os caminhos da viabilidade em que assentem em larga medida os avanços das conquistas das classes mais desfavorecidas, mas todas as forças políticas serão de certo modo responsáveis pela criação de condições que permitam a concretização do programa que esta assembleia vier a aprovar. Não se espera o monólogo, nem o diálogo de surdos. A consciência da gravidade da situação presidirá à procura de formas de actuação política que, sem prejuízo de uma indispensável actividade política, saibam salvaguardar o essencial para este povo, que e a defesa da paz, da liberdade e de um processo real e duradouro.

«A recuperação da situação económica, passando por uma política de austeridade não poderá porém limitar-se ao sector

dentemente só os poderá favorecer. Mas para que a economia, a democracia e o próprio País se salvem é indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam como se impõe, e com uma crescente maturidade política, e no cumprimento do dever patriótico recusem frontalmente demagogias irresponsáveis, ilusões utópicas, vantagens imediatas que se traduzem em prejuízos irreparáveis a curto prazo, reivindicações irrealistas e formas de actuação que neste momento só podem servir a falência do Portugal novo e democrático, com o consequente e inevitável regresso ao passado.

«A rentabilização do sector nacionalizado e a criação de condições de exercício aos empreendimentos privados que permitam o relançamento do investimento são objectivos que é imperativo atingir a curto prazo.

«Importa prosseguir uma política de melhoria de condições de vida das classes mais desfavorecidas, com prioridade para os trabalhadores cujos salários se situam ainda muito abaixo da média nacional, nomeadamente no sector da agricultura, da função públi-

Nacional

Discurso de Ramalho Eanes

Continuação da pag. 7

pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos. Guiar-nos-emos pelo respeito dos outros na colaboração que com ele estabelecermos. Temos consciência da nossa dimensão e da nossa integração em espaços geográficos, económicos, culturais e afectivos que nos são afins.

«Intensificaremos a nossa participação nesses espaços, na Europa em que estamos integrados no mundo de expressão portuguesa a quem nos ligam profundos laços afectivos e culturais; e colaboraremos com todos os países que conosco quiserem percorrer os caminhos da paz e comungar o pão da esperança, num mundo sem blocos e sem o desvio de poderosos recursos para a indústria de armamentos.

«Não esqueceremos que da

nossa realidade fazem parte muitas centenas de milhares de portugueses que noutros países procuram o que um regime pacífico lhes negou. Estou certo que a participação que já lhes é garantida nas eleições para a Assembleia da República, será reforçada com outras formas que deem ao País que somos a dimensão de um povo que transcende o seu próprio território e procurar-se-á com pragmatismo encontrar com os países de acolhimento, a solução para os problemas concretos que os afligem e nos afligem a nós.»

QUE PORTUGAL SE CUMPA EM PORTUGAL

«Senhor presidente
«Senhores deputados
«Portugueses

«Encerrámos o «ciclo do império» e eis-nos perante a tarefa de continuar a pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas de regresso a um passado em que só porventura mudaríamos os dominadores. Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem.

«Temos à nossa frente dificuldades que é imperioso vencer para assegurar a consolidação da democracia e abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito permanente pela vontade do Povo Português. Impõe-se que as dificuldades não nos façam esquecer os verdadeiros objectivos e antes reforcem a determinação do nosso povo, em construir a sociedade que claramente escolheu em três eleições livres nestes últimos dois anos.

Para isso impõe-se também que se viva o ambiente de estabilidade social e tranquilidade cívica, um espaço de tolerância e diálogo entre os cidadãos, um clima de concórdia e reconciliação nacional no respeito mútuo pelas divergências de opinião legítimas no quadro das instituições democráticas.

«Temos de acabar com o sectarismo e intolerância, a violência, o ódio; temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e os grupos. Temos de banir totalmente as sequelas do fascismo e realizar integralmente o 25 de Abril.

«E assim, nos caminhos da verdadeira justiça social, haveremos de construir um país em que haja liberdade igual para

todos e todos possam viver em paz, com segurança e bem-estar, a sua liberdade; haveremos de fazer deste terra, que é a nossa terra uma pátria com lugar para todos os portugueses.

«Mas, que fique bem claro, esta não é, não pode nem deve ser, tarefa de um homem, ou sequer de um Governo: tem de ser tarefa de nós todos, tem de ser uma missão do próprio Povo Português.

«Como Presidente da República, espero a colaboração e o contributo decisivo dos vários órgãos de soberania, e também dos da administração e do poder local para a consecução destes grandes objectivos nacionais. Mas, como Presidente da República, para os atingir, apelo sobretudo para o Povo Português, para uma experiência, uma consciência e uma cultura que tem atrás de si oito séculos de história, para um sonho transformado em projecto e um projecto de vida que se quer transformar em realidade, que tem à sua frente todo o futuro.

«Hoje como em muitas encruzilhadas da nossa história, o Povo Português há-de reconciliar-se em torno de um projecto verdadeiramente nacional e erguer um mundo novo nos limites velhos das suas fronteiras.

«Hoje há-de fazê-lo como sempre que esteve em causa o seu futuro.

«Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro; saibamos ser dignos do povo a que pertencemos e que Portugal, com todos, se cumpra em Portugal.»

Incidentes de Beja provocam inquérito

O Executivo da Comissão Distrital de Beja dos GDUP's tornou público um comunicado em que denuncia o facto de vários antifascistas locais terem sido chamados à PSP para prestarem declarações sobre acontecimentos verificados durante a visita de Ramalho Eanes àquela cidade, no período da campanha eleitoral.

Segundo o comunicado dos GDUP's, os interrogados não têm sido esclarecidos sobre as acusações que lhes são feitas, nem sobre quem faz essas acusações. Ao mesmo tempo o comunicado refere que nenhum inquérito foi aberto «aos tiros disparados por elementos da guarda pessoal de Ramalho Eanes, por adeptos do MRPP ou do CDS e pela GNR, sobre

elementos da população que de acordo com o direito garantido pela Constituição, manifestavam a sua opinião (pró ou contra) sobre a candidatura de Ramalho Eanes».

O comunicado a que nos temos vindo a referir afirma depois que a Polícia e os tribunais parecem dispostos a encobrir os verdadeiros responsáveis, «confundindo agredidos e agressores». O comunicado, a terminar, relembra ainda o atentado de que foi alvo o major Otelo Saraiva de Carvalho em Lamego e o trabalhador que morreu em Évora, realçando que «o povo não tem a memória curta e conhece bem aqueles que há mais de 50 anos o exploram, torturam e lhe mentem sem vergonha».

Acção de despejo contra um jornalista

A direcção do Sindicato de Jornalistas denuncia, numa carta enviada ao dr. Adriano Pereira Cardigos, juiz do 4.º Juízo Cível, «a desumanidade e anticonstitucionalidade da medida de privação de habitação do seu associado Fernando Amaral, jornalista, desempregado e sem meios de subsistência, privação que se lhe pretende impor, a partir de amanhã, de acordo com o despacho judicial de 14 de Junho». Nesse despacho é comunicado ao jornalista Fernando

Amaral que amanhã, pelas 10 horas, se efectuará o despejo por não pagamento de rendas.

A direcção do Sindicato manifesta «a sua maior repulsa por mais este atentado contra os direitos e garantias dos cidadãos consignados na Constituição Portuguesa e protesta veementemente contra o facto de, àquele seu associado, vir a ser negados os direitos e garantias fundamentais a que se referem os art.ºs 65.º (Habitação), 64.º (Saúde), 51.º (Trabalho) da Constituição».

Depois de exigir a imediata suspensão da acção de despejo contra o seu associado, a direcção do Sindicato de Jornalistas reserva-se o recurso para o Tribunal e para a Comissão dos Direitos do Homem.

Consórcio árabe visita a Setenave

Esta manhã os estaleiros da Setenave foram visitados pelos membros do Conselho de Administração do Estaleiro do Barhein, que actualmente se encontram em Portugal. Representantes dos sete países e emiratos árabes do Golfo Pérsico, constituídos no grupo Asry, os elementos do estaleiro do Barhein foram recebidos pela administração da Setenave e observaram as actividades de construção de um petroleiro de 316 000 toneladas para a Sopotana e de uma componente de outro petroleiro, este de 400 000 toneladas, para um cliente estrangeiro.

Entretanto, de acordo com informações de um administrador com a concretização do cais número 2, até o fim deste mês, e do cais 3, a partir de Outubro-Novembro, ficará concluído o projecto total do estaleiro da Setenave, na fase de reparações, cuja capacidade

de trabalho em simultâneo subirá de 8 para 10 navios até ao final do ano.

Neste momento, a Setenave está a cumprir os objectivos de trabalhos de reparação previstos para 1976: um máximo de quatro navios simultaneamente. São eles o «King Alexander the Great», grego, o «Thor Sholm», norueguês, ambos navios-tanques, e os graneleros «Nat Mateini» e «Star Day», respectivamente, italiano e norueguês. O orçamento anda pelos oito mil contos por unidade e as toneladas variam de 80 a 370 mil toneladas.

São esperados para os próximos dias os navios «Dacia» e «Muntenia», ambos romenos e de 80 000 toneladas, cujas reparações de rotina serão iniciadas ainda este mês. Outro navio romeno, o «Crisana», virá em Dezembro. Cada um pagará oito mil contos pelos trabalhos efectuados.

Professores afastados

São muitos os professores que estão em riscos de não poderem concorrer ao estágio do ensino secundário já que o prazo para entrega do certificado de habilitações literárias terminou anteontem, tendo-se mostrado muitas faculdades incapazes de conseguirem satisfazer o elevado número de pedidos de certificados que neste momento lhes acodem.

Por outro lado com uma significativa redução de Centros de Estágio do Ensino Secundário, concentrados nos grandes centros urbanos, muitos professores vêem-se impedidos de completar a sua formação.

Para analisar as consequências que daqui resultam e tomaram uma posição sobre o caso reunem-se hoje na sede do sindicato os professores directamente afectados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL — DELEGAÇÃO DE ALMADA

INFORMAÇÃO

Informamos os trabalhadores, que numa reunião de Delegados Sindicais, foi criado um Secretariado de Delegados Sindicais da Zona de Almada, com as seguintes funções prioritárias:

1. Manter abertas as instalações do Sindicato, das 20 às 23 horas, de 2.ª a 6.ª feira.
2. Coordenar os vários Grupos de Trabalho criados.

COMPARECE NO TEU SINDICATO E COLABORA COM OS GRUPOS DE TRABALHO!

O INTERESSE É TEU!

Pel' O Secretariado

FÉRIAS NA PRAIA TORREMOLINOS

1 SEMANA

PARTIDAS:
Julho 4, 11, 18 e 25
Agosto 1, 8, 15, 22 e 29
Setembro 5 e 12

Preços excepcionais desde

2.500\$

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade 160 • Telef. 371.134

PORTO Av. dos Aliados 207 • Telef. 42.000

COIMBRA Rua da Silva 2 • Telef. 27.000

FARO Rua Correio 60 • Telef. 2.000

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SECRETARIA

AVISO

Avisam-se os srs. consumidores que para efeitos de concessão de férias ao respectivo pessoal, é suspenso o serviço de leituras e cobrança de consumo de água «à porta» durante o mês de Agosto, do corrente ano.

Simultaneamente estarão encerrados, no mesmo mês, os Postos de Cobrança, excepto o da Costa de Caparica, aberto apenas para informações.

O recibo de Outubro incluirá o aluguer de contador e consumo de água dos meses de Agosto e Setembro.

Almada, 12 de Julho de 1976

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS

DE PANIFICAÇÃO E PRODUTOS ALIMENTARES

AFINS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Os trabalhadores da Indústria de Panificação reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de Julho de 1976 aprovaram por unanimidade e deliberaram apresentar à Assembleia da República, Presidente da República, Conselho da Revolução, e tornar público através de todos os meios de Comunicação Social o seu protesto contra as medidas ditas de «austeridade», sobretudo no tocante aos cortes de energia eléctrica e ao modo como estão a ser praticados, que afectam toda a produção, a qual acusa já uma acentuada quebra que ameaça afectar gravemente a Economia Nacional.

Consideram os trabalhadores presentes que as medidas ditas de «austeridade» deveriam começar por afectar as classes ociosas e detentoras dos meios de produção, afectando em primeiro lugar os consumos de luxo e artigos supérfluos e nunca serem tomadas sobre bens que directa ou indirectamente possam vir a onerar os consumos de bens essenciais, consumidos fundamentalmente pelas classes trabalhadoras, o que visa na prática fazer pagar aos trabalhadores o preço da recuperação capitalista.

Manifestam ainda os presentes a sua preocupação ante a possibilidade de a curto prazo, ficarem sem farinha para poderem trabalhar no fabrico de pão para o normal abastecimento da população, dado que as reservas de farinha existentes nas moagens, devido às paralisações provenientes dos cortes de energia eléctrica, estão quase esgotadas.

Assim, e perante as realidades apontadas, exigem os trabalhadores da panificação que sejam suspensas todas as medidas tomadas até à presente data, obrigando-se o Governo a proceder aos estudos necessários e a planejar os cortes de energia eléctrica de molde a não prejudicar a produção e a economia nacionais, nomeadamente, fazendo incidir as restrições ao consumo de energia, horas que não afectam aqueles que trabalham, e em sectores que, como hotéis, bares, «cabarets», outras casas de diversão, etc., que não contribuindo nem concorrendo para a criação de riqueza, nada contribuem para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Lisboa, 12 de Julho de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Trabalho

Se faltar o pão a culpa é dos patrões

— afirmam os trabalhadores

Se faltar o pão no dia 27, data para que foi aprazada a distribuição gratuita de pão, a culpa é do patronato, afirmaram esta manhã dirigentes da Federação de Sindicatos da Indústria de Panificação, em conferência de imprensa realizada na sua sede. Para os sindicalistas presentes, a recusa das entidades patronais em apresentar à mesa de negociações não passa de uma manobra que tem como objectivo criar a instabilidade entre a população, caso se verifiquem deficiências no abastecimento do público.

Mas, afirmou outro dirigente, num apelo à compreensão da população, os trabalhadores nesse como em todos os dias, estarão nos seus locais de trabalho e o pão só não sairá se o patronato sabotar os fornecimentos de farinha como parece estar a desenhá-lo.

Os representantes dos trabalhadores aproveitaram esta conferência de imprensa para darem a conhecer alguns pormenores dos processos que as Associações Patronais têm estado a utilizar tudo com o objectivo de não negociarem o CCT, que substituirá o caducado no dia 12 de Junho.

Em relação a datas, afirmam, começa logo a primeira manobra do patronato: a denúncia do anterior contrato deveria ter sido feita até ao dia 12 de Maio. E foi, como o prova o aviso de recepção passado pelos CTT e em poder da Federação. Mas a Associação patronal afirma que a assinatura aposta nesse documento não corresponde a quem quer que seja daquele organismo e que possui um outro documento em que é referido o dia 13. Enfim, trata-se, depois de tudo, de um caso para investigação dos CTT.

Depois surge o que os trabalhadores consideram difamação: um jornal do Porto, «Jornal de Notícias», publicou uma notícia referente à Conferência de Imprensa, recentemente organizada pela Associação dos Industriais de Panificação, em que refere uma alínea da proposta do CCT agora apresentada, como prevenindo seis dias de nojo quando morrer o companheiro de um trabalhador homossexual.

Porque o projecto de CCT prevê seis dias de nojo no caso de morte do cônjuge ou companheiro em comunhão de mesa ou habitação, os dirigentes da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação prevêem a possibilidade de procedimento judicial para o que consideram uma provocação.

O argumento económico usado pelas entidades patronais para se negarem à negociação, é vivamente contestado pelos representantes dos trabalhadores. Meterem estes que os números até agora fornecidos pelo patronato se baseiam essencialmente na falsidade. Seria o caso quando se referem encargos com a mão-de-obra, caso fosse aprovada a proposta de revisão salarial, de 14\$20 por cada quilo de pão.

Dizem os sindicalistas: a média de panificação, mesmo nas indústrias mais artesanais, é de mínimo de 50 a 60 quilos de farinha por trabalhador da empresa. Casos há em que se atinge mais de uma centena. Feitas as contas, os salários dos trabalhadores deveriam ser superiores a mais de quinhentos escudos por dia.

Perguntam os trabalhadores, porque se recusa o patronato

à negociação, se tal não representa de imediato qualquer compromisso, não representa qualquer encargo? Não será exactamente para provocar a instabilidade caso seja interrompido o fornecimento de pão?

A pergunta fica no ar, quando interesses monopolistas, referentes a todo o complexo desta indústria são referidos como estando na base desta

recusa do patronato em chegar sequer à negociação.

Quanto à possibilidade de «lock-out» por parte dos patrões, os trabalhadores nada poderão fazer. Para já, o que pedem às populações é a colaboração nesta luta. De qualquer modo, o seu desenvolvimento tem sido pensado para que não sejam prejudicados os consumidores daí que se tenha recusado a hipótese de greve.

Sector têxtil pretende anulação da lei do controlo de gestão

Os delegados sindicais dos trabalhadores do sector têxtil decidiram pedir a anulação da lei do controlo de gestão através das estruturas do movimento sindical. Na mesma reunião, os delegados repudiaram além desta legislação, os decretos-lei 471-76 e 530/76 respeitantes a saneamentos, redução de horários de trabalho e despedimentos.

Relativamente às consequências para os trabalhadores do corte diário de energia eléctrica, o Sindicato é de opinião que não devem ser compensados ou alterados os horários normais de laboração e que os períodos de paralisação sejam pagos aos trabalhadores. Acrescentou-se que seria útil que o Ministério da Indústria e Tecnologia e Minas contactasse a indústria têxtil a fim de serem tomadas medidas tendentes a evitar que o corte não prejudique os trabalhadores.

No âmbito da discussão do contrato colectivo de trabalho, foi criticada a posição de alguns trabalhadores preocupados com o futuro do sector, cujas reivindicações estão a causar atraso ao CCT. Decidiu-se formar uma equipa coordenadora para analisar os problemas das empresas em autogestão com intervenção do Estado e ainda as multinacionais.

Os delegados decidiram participar no grupo de intervenção têxtil, mas numa forma crítica, visto que os trabalhadores não têm capacidade deliberativa naquele órgão. Os delegados mostraram-se favoráveis à participação no próximo Congresso dos Sindicatos, sendo essa participação não apenas dos delegados sindicais mas também de outros trabalhadores eleitos.

SINDICATOS DE LAFINÍCIOS EXIGEM PROTECÇÃO

O Conselho Geral da Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Laminifícios, realizado em Guimarães exigiu ao Governo que tome as medidas necessárias à protecção das Organizações Sindicais de acordo com o estabelecido na Constituição e que sejam severamente castigados os reacçãoários bom-

CONSERVAS

Negociações sem resultados?

É provável que não se obtenham resultados da reunião entre os sindicatos dos trabalhadores da Indústria de Conservas e as respectivas associações patronais, marcada para esta tarde na delegação do Ministério do Trabalho, em Setúbal. A hipótese de as negociações não darem quaisquer frutos surge na sequência do conhecimento de que a associação da zona Sul não comparecerá, e até agora os trabalhadores das conservas têm pretendido realizar as negociações simultaneamente com as três associações envolvidas no processo.

No entanto, caso os sindicatos tenham resolvido aceitar a negociação em separado

com cada uma das associações, e ainda para a hipótese de a reunião marcada para hoje se realizar com resultados positivos, torna-se possível que o trabalho seja retomado em pleno já amanhã, terminando também as restrições impostas pelos trabalhadores à saída dos produtos das fábricas.

PATRÃO «FURA» EM VILA DO CONDE

Enquanto em Matosinhos os operários conserveiros, em pijamas de vigilância, continuam a passar a noite ao relento, a administração da fábrica «Selen», de Vila do Conde, conseguiu fazer sair mais de mil caixas de conservas para o porto de Leixões, onde a mercadoria embarcou.

Segundo informação sindical, o patrão Manuel Barroso conseguiu que fosse furada a decisão dos trabalhadores em não permitir a saída de uma lata sequer, depois de ter cavado a divisão entre os operários com o auxílio de familiares destes. Numa espécie de comício, Manuel Barroso teria invocado que, se não embarcasse a mercadoria, não teria dinheiro para pagar aos operários. Aproveitando o facto de ter comprado todo o peixe da lata afirmou às mulheres que se juntaram junto das instalações fabris que, se não fosse ele, os seus homens teriam de deitar o peixe fora.

Entretanto, também ontem, as fábricas «Vasco da Gama» e «António Louças», de Matosinhos, encerraram as portas tendo sido posto na rua os trabalhadores. Segundo informação sindical a entidade patronal tomou aquela atitude alegando que os operários não estavam a produzir. Os trabalhadores, porém, mantiveram-se à porta das fábricas impedindo qualquer tentativa de saída de mercadoria.

Conselho de gestão do Totta e Açores quer ordenados de 50 contos

O Conselho de Gestão do Banco Totta e Açores pretende impor de novo ordenados de 50 contos mensais, contrariando assim a portaria do nivelamento, do Ministério do Trabalho, que no Totta e Açores vigora desde Janeiro passado.

Esta pretensão do C. G. do B. T. e A. é denunciada num comunicado da Comissão de Delegados Sindicais do Banco, da Zona Sul e Ilhas, no qual

se informa também que os trabalhadores reunidos em plenário deliberaram por unanimidade e aclamação não aceitar aquela medida do C. G. e ainda fazer a denúncia pública daquela actuação ilegal.

As normas sobre nivelamento foi acordada entre os sindicatos bancários e os ministros das Finanças e do Trabalho, após a nacionalização da Banca, para pôr cobro ao grande desnível salarial que se verificava nos bancos antes da nacionalização. O ordenado máximo foi estipulado em 28 contos, uniformizando-se as retribuições dos quadros bancários.

A Comissão de Delegados interpreta esta pretensão do C. G. como medida para aliciar quadros, visando a imposição de uma gestão autocrática.

Na passada segunda-feira, os trabalhadores desafiaram em reunião, o Conselho de Gestão a vir publicamente informar os trabalhadores, se a sua decisão de não cumprir o nivelamento foi baseada em instrução do Governo, pressões dos quadros ou se foi unilateral. O prazo para a resposta termina hoje às 15 horas, hora e meia antes que os trabalhadores se reúnam na agência matriz na Rua do Ouro, 88 para analisarem a resposta do Conselho.

EMPRESAS INTERVENZIONADAS Leis contrariam Constituição

Sindicatos, trabalhadores e técnicos jurídicos lutarão para que seja reconhecida a inconstitucionalidade dos Decretos-Lei 422/76 e 530/76, que permitem, nomeadamente, o despedimento de trabalhadores, a devolução de empresas aos patrões após dezoito meses de intervenção estatal e a redução de salários — decidiram os representantes dos trabalhadores de cerca de 25 grandes empresas com intervenção do Estado no distrito do Porto durante uma reunião ontem realizada.

Do encontro resultou a necessidade de desenvolver formas de luta contra aqueles dois diplomas, que se consideram «gravemente atentatórios dos direitos e conquistas dos trabalhadores», chocando, inclusivamente, com os direitos que lhes são constitucionalmente conferidos. O processo a desenvolver situa-se, por isso, em dois campos complementares: o legal, «que contestará perante o texto constitucional a validade dos referidos decretos»; e o da luta sindical de massas, «que desenvolverá no seio dos trabalhadores o necessário esclarecimento e mobilização para atingir o fim pre-

tendido pelos trabalhadores e sindicatos: a revogação» daqueles diplomas.

Para coordenar este processo, tanto a nível regional como nacional, foi eleito um secretariado composto por dez empresas, distribuídas pelos diferentes ramos de actividade: têxtil (Cifa, Jacinto), metalúrgico (Facar, Duarte, Ferreira), vestuário (Antar, Fital), comércio (Pão de Açúcar, Nutripol), conservas («Unitas») e eléctrico (Neolux).

A reunião, que foi convocada pelos sindicatos e pela União dos Sindicatos do Porto, abrangeu comissões de trabalhadores e sindicais de empresas intervenzionadas ou com pedido de intervenção do Estado. O secretariado eleito reunirá já amanhã, pelas 21 e 30, no Sindicato do Comércio do Porto.

Pessoal da Rolisol exige solução

Trabalhadores da empresa de confecções «Rolisol» manifestaram-se ao fim da manhã de ontem junto da delegação do M. T. do Porto, exigindo uma definição clara da sua situação e uma resposta definitiva sobre a posição do Ministério face à empresa.

Suspeitam as operárias que, por detrás da forma confusa

URGE REABRIR A CORONADO

— defende o Sindicato do Vestuário

«Quando é que as portas se abrem?», é a questão que, agora, coloca o Sindicato do Vestuário do Porto sobre o conflito surgido, em Fevereiro, na fábrica de confecções Coronado, cujas portas foram seladas há quatro dias por ordem do M. T. A pergunta tem a sua razão de ser, na medida em que «tudo está a ser feito no maior segredo» e, ao Sindicato «não dizem quanto tempo poderá demorar», conforme sublinhou um dirigente.

«Consideramos que isto não poderá demorar muitos dias porque, entretanto, a população começa a manifestar-se, os trabalhadores também, e pode levar a uma situação perigosa para os próprios operários» — referir-nos-ia ainda o mes-

mo dirigente esta manhã. E acrescentou: «É necessário que a fábrica reabra o mais urgente possível, com todos os trabalhadores».

Entretanto foi adiada para hoje a reunião marcada para a delegação do M. T. no Porto com a administração da empresa.

Agentes de viagem «amadurecem» luta

Várias questões relacionadas com a saída de divisas do País foram abordadas na conferência de imprensa que representantes do Sindicato da Marinha Mercante deram sobre a «portaria dos 7 contos».

José Manuel Antunes, da Direcção do Sindicato, referia a venda de divisas no mercado negro, na sequência da aplicação da portaria, visto que a sua saída não foi limitada nos outros países e, portanto, é impossível ao Governo controlar a sua venda por processos como os do mercado negro, que funciona no Rossio. Isto é permitido pelo facto de os cidadãos nacionais terem os passaportes colectivos e individuais que queiram, e pela facturação e subfacturação viciadas das

empresas que têm relações com o estrangeiro. Acrescentou por outro lado que nos meses de Julho, Agosto e Setembro, os que registam maior afluência de estrangeiros, a não saída dos portugueses sobrecarrega o parque hoteleiro nacional e impossibilita a recepção de estrangeiros e a consequente entrada de divisas.

Foram apontados os maiores perigos resultantes da aplicação da portaria, para os trabalhadores das agências de viagem, como sejam o desemprego e a nacionalização das empresas, já repudiada pelos trabalhadores.

O Sindicato luta pela imposição ao Governo de um protocolo que garanta a manutenção dos postos de trabalho.

Estrangeiro

GUINÉ-BISSAU

Relançamento da economia passa pelo controlo de empresas estrangeiras

Importantes medidas de carácter económico vão ser tomadas na Guiné-Bissau, em paralelo com a fase de acabamento das primeiras unidades industriais (pequenas indústrias) iniciadas já depois da independência.

O presidente Luís Cabral anunciou recentemente, durante a visita que fez ao Comité 3 de Agosto (organização dos marinheiros) algumas dessas medidas. Soube-se, na ocasião, que as empresas, Ultramarina e Barbosas e Comandita, bem como a fábrica de cerveja Cicer passam para o controlo do Estado que deterá a maioria do capital sem, no entanto, as nacionalizar na sua totalidade. Entre as pequenas unidades industriais cujo início de funcionamento está para breve foram enumeradas pelo presidente da fábrica de sumos e doces de frutas, em Bolama, a de tijolos e telhas, em Bandim (Bissau), uma unidade de produção de tacos de madeira e outra de espuma para colchões.

Depois de recordar a tomada pelo Estado da maior empresa portuguesa na antiga colónia, a Casa Gouveia (do grupo

CUF) que tinha, praticamente, o monopólio do comércio e faz hoje parte da rede dos Armazéns do Povo, Luís Cabral falou detidamente do futuro de cada uma das empresas referidas.

Este mês ainda, o Estado passará a deter 80 por cento da Sociedade Comercial Ultramarina, ficando o restante na posse da parte portuguesa. Trata-se de uma empresa praticamente falida.

«Deve haver pessoas que vão perguntar porque é que não a tomamos toda», disse Luís Cabral. «Mas o caso foi bem estudado e nós achámos que não teríamos vantagens em a tomarmos toda, neste momento. Temos certos negócios com Portugal: a venda da nossa mancarra (amendoim), a venda do coconote e também há coisas que nós importamos daquele país. Reconhecemos, também, a nossa falta de experiência pelo que seria demasiado juntarmos aos pesados encargos dos Armazéns do Povo toda a Ultramarina».

A empresa Barbosas e Comandita vai deixar de existir e será integrada, pura e simplesmente, nos Armazéns do

Povo. O presidente falou da forma dessa integração e elogiou os proprietários:

«Chegámos a acordo com eles que procederam muito bem, demonstrando compreender a situação em que vivemos pois foram eles próprios que tomaram a decisão de entregar tudo ao nosso Estado, pedindo, apenas, algum dinheiro para pagarem todos os compromissos que têm na nossa terra».

SACOR: MODERNIZAÇÃO EM SOCIEDADE MISTA

Quanto à Sacor, não há intenção de a nacionalização mas sim de a aumentar e modernizar, através da formação de uma empresa mista. Vão ser aumentados os depósitos de combustível existentes em Bissau de modo a evitar quebras no fornecimento sempre que o barco transportador se atrasa.

O capital da Cicer, fábrica de cervejas e refrigerantes, outrora propriedade do Grupo Quina, vai ser dividido em duas partes. Por um lado, o Estado guineense assume 58 por cento das responsabilidades; o resto ficará a pertencer ao Estado português que já controlava, indirectamente, a empresa a partir das nacionalizações dos bancos (no caso, o Banco Borges e Irmão) e das cervejarias.

«Poderíamos negociar com Portugal em termos de ficar com tudo, se quiséssemos», informou o presidente Luís Cabral. Mas não nos traria vantagens porque não conhecemos a técnica dos refrigerantes. As pessoas que a conhecem vêm de Portugal e portanto achámos que tanto nós como a própria empresa terão vantagens na sociedade mista. Nós ficamos a ganhar, eles também».

Actualmente a Cicer, que fora construída para abastecer a tropa colonial — umas boas quatro dezenas de milhares de soldados que consumiam largas quantidades de bebidas devido ao clima do país — está a produzir apenas a um terço das suas possibilidades. Há, no entanto, fortes hipóteses de tornar a actividade lucrativa a partir da formação da sociedade mista e da exportação para Cabo Verde, Gâmbia e Guiné-Conakry, nomeadamente. O principal obstáculo actual é a falta de transportes adequados.

PESCAS E CONSERVAS

Um sector que vai sofrer um grande impulso é o da pesca e transportes marítimos. A Suécia ofereceu quatro barcos de transporte, que chegarão à Guiné muito brevemente e farão carreiras para as ilhas e a parte sul do país: Bubaque, Catió, Caciné, Bolama, Xitole.

Nas pescas, entrou-se na exportação maciça do camarão, a juntar ao peixe que a companhia mista «Estrela do Mar»

(agregando interesses guineenses e soviéticos) exporta para a Europa há bastante tempo. O camarão está a ser vendido no estrangeiro ao preço de 150 escudos o quilo. Em Outubro começará a operar nos mares da Guiné uma empresa francesa que estabeleceu contrato de exploração e vai montar um grande centro de preparação e conservação de peixe para exportação. Esta empresa francesa pretende utilizar seis barcos de fácil adaptação de modo a que, dentro de um ano, possam ser tripulados por pessoal guineense.

A fábrica de tijolos de Bandim vai produzir seis mil unidades diárias o que facilitará, extraordinariamente, a construção civil em todo o país, hoje afectada por faltas de materiais.

O responsável técnico é português, e reside há longos anos na Guiné. Os técnicos que estudaram os barros existentes no local consideram-nos dos melhores do mundo, especialmente o barro branco que será utilizado na olaria. O jazigo em Bandim tem reservas para seis anos de funcionamento em pleno.

As obras da fábrica de sumos em Bolama começaram no mês de Junho e deverão estar concluídas em Outubro. Nessa altura, a fábrica estará preparada para produzir até 1.800 toneladas de sumos de frutas, por ano. As esperanças de desenvolvimento da ilha de Bolama dependem, fundamentalmente, desta fábrica. A antiga capital, símbolo da resistência à ocupação (chamavam-lhe «ninho de terroristas») está a erguer-se das cinzas e a transformar-se num imenso pomar. Cooperativas agrícolas estão em formação e uma delas, a de Balambai, já a funcionar. Os cooperantes já desbravaram



Os teares manuais são, ainda, dominantes na produção de tecidos. Uma fábrica de camisas que basta para o mercado interno é já uma indicação das intenções futuras nos domínios do vestuário

600 hectares de terreno para a plantação de laranjeiras, cajuzeiros e mangos.

Também entrará em funcionamento, já no próximo mês, uma central de armazenamento de gás enchimento de garrafas. Os reservatórios possuem capacidade de armazenamento da ordem das 1.800 toneladas o que ultrapassa largamente o actual consumo anual em todo o país. Construiu-os uma empresa francesa.

PRIMEIRAS ABERTURAS AO TURISMO EUROPEU

Finalmente, neste apanhado da actualidade económica da Guiné-Bissau assume um certo significado a abertura de um motel prefabricado em Budaque com possibilidade de alojamento para 160 pessoas.

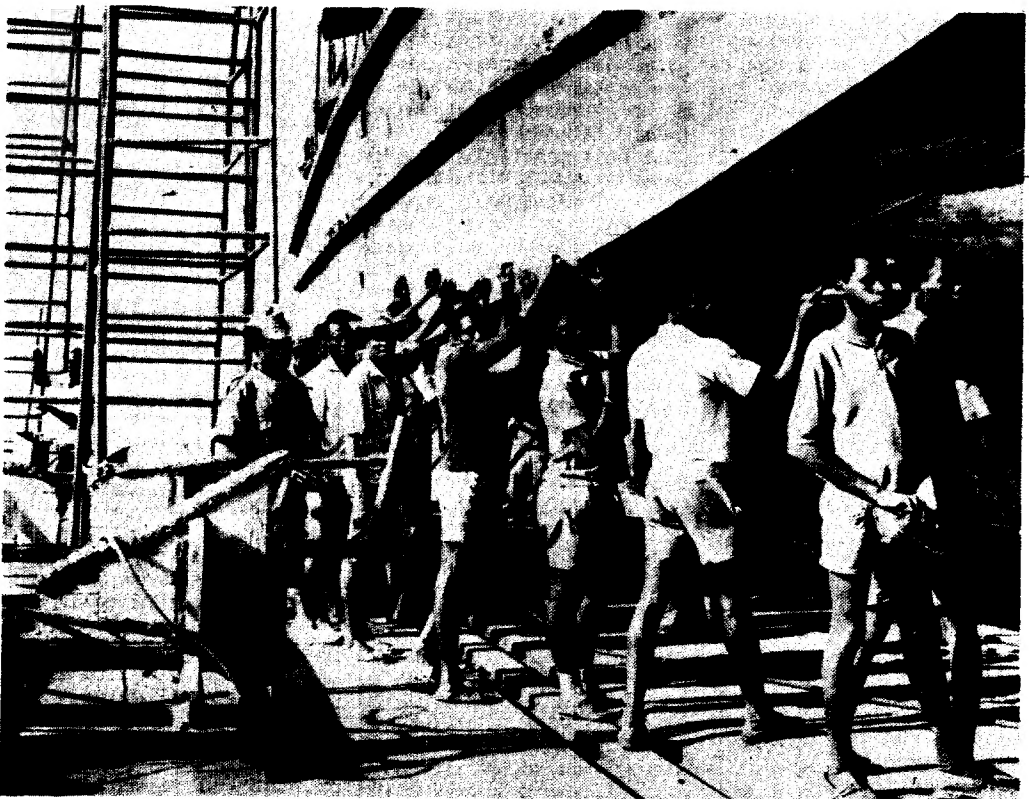
Uma centena de lugares ficará reservado para turistas europeus que vão chegar ao arquipélago dos Bijagós à

média de 100 por semana. O local é esplêndido para o turismo, quer pela rara beleza das ilhas, quer pelo clima bastante ameno em relação ao resto do país. Por este motivo já chegou a pensar-se assentar o desenvolvimento no turismo à semelhança do que outros países africanos tentaram. Mas a ideia foi abandonada pelos inconvenientes de ordem política e social que acarretaria. Por isso o afluxo turístico será condicionado e baseado, sobretudo, no turismo militante e social, em colaboração com comités de apoio e organizações sindicais europeias. Muitos destes turistas deverão chegar da Suécia, país que mantém óptimas relações com a Guiné-Bissau e onde funciona uma organização de massas (o Afrika Group) que já tem enviado muitos jovens ao país de Amílcar Cabral.

Um dos pontos assentes na política de turismo é que, pelo menos, metade dos produtos consumidos pelo turismo, deverá ser produzido na Guiné.



Como por toda a África, os mercados são, na Guiné, o principal centro de confluência humana. Grande parte do comércio passa por estas bancas de panos garridos e géneros alimentícios. No futuro (e já hoje em muitas localidades) os Armazéns do Povo irão centralizando todo o comércio interno e externo do país



As oficinas de reparação naval recorrem quase que exclusivamente à força humana: a tecnologia ainda não chegou aos estaleiros do Pidjiguiti

Estrangeiro

UMA VISÃO CAPITALISTA DA ECONOMIA DE ANGOLA

Intermediários não têm lugar

LUANDA, 15 (de Roland Dalas, da Reuter) — O Governo Popular de Angola caminha para o controlo por parte do Estado de muita da economia do país.

O objectivo, a longo prazo, parece ser um sistema baseado principalmente na colectivização da agricultura e na socialização da indústria.

Contudo, o Governo não exclui empresas privadas e está presentemente a negociar vários contratos importantes com firmas ocidentais.

«Para a nossa reconstrução nacional, não devemos deixar de concretizar a reestruturação de todo o sistema económico, da redistribuição da terra pela colectivização da produção

to de socialismo e de capitalismo, pelo menos, a curto prazo.

Um indicio recente do pensamento do Governo foi a sua decisão de enviar observadores a uma conferência do COMECON, o grupo económico da Europa Oriental.

O presidente Neto diz que o imenso campesinato de Angola deveria ter o direito de ser dono e de fazer a colheita individual «ou, de preferência, colectivamente», da sua própria terra.

Num importante discurso político que proferiu, o dr. Neto pareceu, todavia, excluir qualquer futuro para os ricos latifundiários. «A terra não pode ser mais a propriedade de poucos homens, enquanto outros

e funcionarem a níveis diferentes de pressão, disseram fontes habitualmente dignas de crédito.

As relações entre a Gulf Oil e o Governo acham-se aparentemente tensas, nenhum executivo norte-americano tem estado, já há várias semanas, nos escritórios em Luanda e uma comissão de trabalhadores recebe lá os visitantes.

Não se pode contactar também com funcionários do Ministério da Indústria e da Energia para comentarem acerca do que se passa com a Gulf Oil.

Contudo, as mesmas fontes notaram que era provável que os dois lados caminhassem para um contrato nos termos do

fidedignas. A Texaco ainda não começou a explorar a concessão.

Um terceiro grande contrato de serviços poderia ser firmado com a Diamang, a companhia com sede em Lisboa que tem ligações estreitas com Londres e a Diamond Corporation de Beers.

Quando no auge da produção, a Diamang conseguia uma receita entre 80 e 100 milhões de dólares por ano, mas as suas operações foram reduzidas drasticamente. O primeiro-ministro Lopo do Nascimento declarou que o país nada ganha agora com os seus depósitos de diamantes.

Negociações esporádicas entre o Governo e a Diamang poderão levar a um contrato de serviços em que o Governo nacionaliza as minas, paga àquela companhia para as operar e guarda uma parte substancial dos lucros, disseram as referidas fontes.

A um nível mais baixo, o Governo tem revelado indícios certos de que acolhe com agrado companhias ocidentais que lhes possam garantir a técnica que não se encontra em Angola.

Uma companhia ocidental, comprando e vendendo fotocopiadores, foi autorizada a recomendar as operações e encontrou funcionários angolanos dispostos a cooperarem.

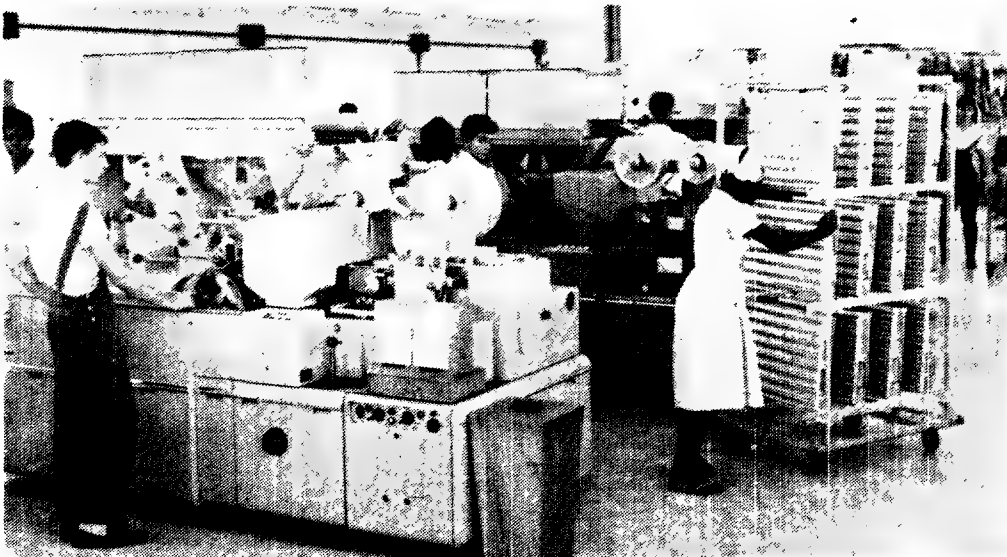
Muitas outras empresas privadas estão a desenvolver grande actividade em Luanda, embora o negócio esteja tão mau que algumas estão a caminhar rapidamente para a falência, de acordo com as mesmas fontes.

«Esperamos que a situação melhore», comentou um administrador de uma firma. «Pensamos que o Governo quer trabalhar com o Ocidente».

Um comentário típico de um homem de negócios, um farmacêutico no centro de Luanda, foi este: «Tudo o que podemos fazer é aguardar. Poderia ir para Portugal, mas lá as coisas ainda estão pior».

Para um grupo de homens de negócios, intermediários e agentes para exportações e importações, não há agora quaisquer hipóteses em Angola.

«Nunca deixaremos de combater o parasitismo que se registava e ainda existe no comércio — os intermediários, que vivem à custa do consumi-



Fábrica de Tabacos Ultramarina, outra grande empresa colonial, agora com capitais nacionalizados e produção controlada pelos trabalhadores

agrícola e da socialização de todos os meios de produção», afirmou, recentemente, o presidente Agostinho Neto.

No entanto, analistas de Luanda dizem não ter a certeza sobre até que ponto e quanto rapidamente o Governo tenciona seguir este caminho.

Pensam que o MPLA poderá exprimir-se a favor de um mis-

a trabalham para que esses agrários tenham lucros», observou.

Grandes plantações deixadas pelos portugueses, que abandonaram o país na altura da independência, em Novembro último, estão agora a ser confiscadas e entregues ao campesinato.

Os camponeses podem trabalhar nessas plantações individual ou colectivamente, se alguns o desejarem fazer, prosseguiu o chefe de Estado. Contudo, de preferência, a terra deveria ser explorada colectivamente e em cooperativas do Estado», notou.

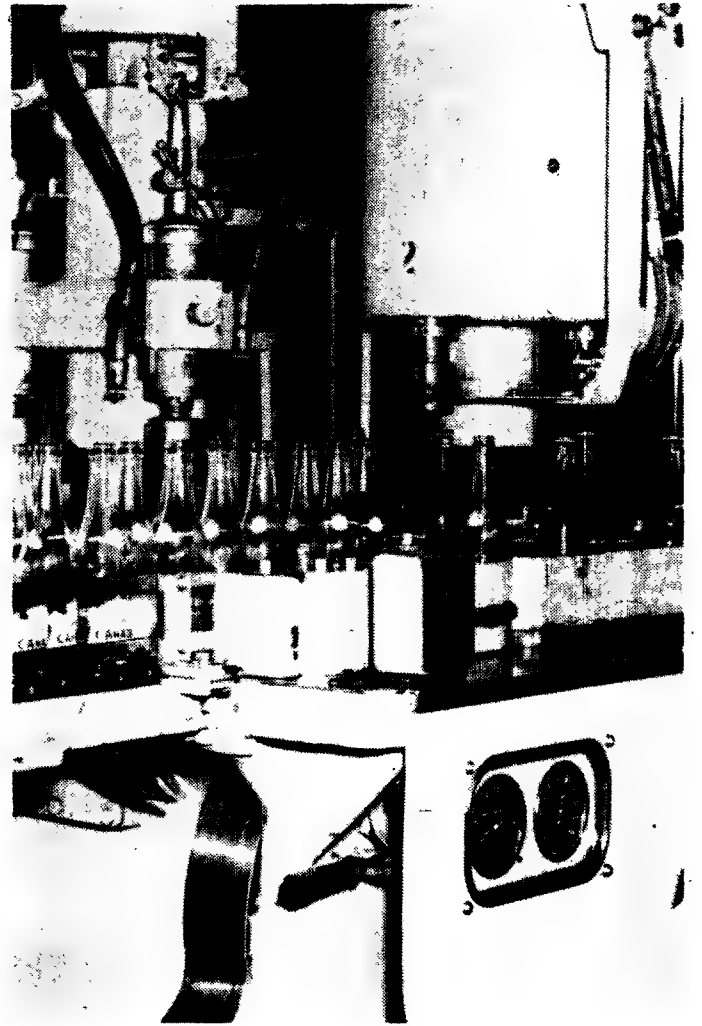
Comentando a base industrial relativamente pequena de Angola, o dr. Neto observou, categoricamente: «As fábricas, as máquinas e as ferramentas são propriedades sociais do povo».

No entanto, apesar disso, o Governo do MPLA está a efectuar negociações esporádicas para três grandes contratos com multinacionais ocidentais que poderiam ser a solução para o futuro económico do país.

Provavelmente, o maior é com a Gulf Oil Company, que está a bombear mais de 100 000 barris de petróleo por dia da sua concessão ao largo de Cabinda, o enclave angolano na costa atlântica, ao norte da foz do rio Congo.

Quando a Gulf Oil cessou temporariamente as operações a pedido do Governo dos Estados Unidos, notícias não confirmadas, que circulam em Luanda, diziam que técnicos romenos e italianos tentaram fazer com que a concessão voltasse a ser explorada.

Aparentemente não puderam, porém, garantir um regresso à produção em plena escala, parcialmente porque a Gulf Oil guarda todos os planos técnicos e também devido aos poços serem complicados



Fábrica de engarrafamento de refrigerantes: a indústria continua, sob intervenção estatal

dor e do produtor sem fazerem qualquer trabalho útil» — salientou o presidente Agostinho Neto.

Agências do Estado encarregar-se-ão, no futuro, desse trabalho.

CHEGARAM AUTOCARROS JUGOSLAVOS

LUANDA, 14 (ANOP) — Chegou ao porto de Luanda a segunda remessa de 52 autocarros da fábrica jugoslava «Ikarus».

Esta remessa completa a entrega jugoslava de 102 autocarros, destinada à Empresa de Transportes Públicos de Luanda.

Os autocarros começarão a circular já no próximo dia 2 de Agosto, resolvendo um grave problema, dado que, até agora, Luanda, para os seus 400 mil habitantes, contava apenas com 17 autocarros.

Para agravar esta situação, e devido às consequências da guerra e da descolonização — nota a agência noticiosa jugoslava «Tanjug» não têm circula-

do táxis na capital da República Popular de Angola.

ARRANCA A REFINAÇÃO DO AÇÚCAR

LUANDA, 14 (FP) — O primeiro-ministro angolano, Lopo do Nascimento, esteve em visita informal na fazenda «Mártires do Caxito», na companhia de elementos da Comissão Nacional do Açúcar, e da direcção da empresa, com quem abordou os principais problemas que afectam a produção.

Segundo indicaram nessa altura elementos da Comissão Nacional do Açúcar, a previsão de produção para a actual campanha é de 64 000 toneladas, metade do consumo do país, das quais 19 000 toneladas serão colhidas na fazenda «Mártires do Caxito», situada a cerca de 30 quilómetros ao norte de Luanda.

Três outros complexos açucareiros devem iniciar em breve a refinação de açúcar de cana, indica-se na mesma fonte.



A pesca foi seriamente afectada pela partida das traineiras que os retornados trouxeram para Portugal: mas, com esforço, o sector reorganiza-se

Estrangeiro

EUA:

Expansionismo sem precedentes

A história dos EUA, desde a proclamação da independência das 13 colónias em 1776 e a posterior constituição de uma união republicana burguesa em 1789, até aos nossos dias, é a expressão paralela de um expansionismo geopolítico, económico e militar sem precedentes na história mundial.

Muito antes de os Estados do Norte, cenário de um capitalismo de livre troca em rápido desenvolvimento, se terem imposto aos Estados escravagistas do Sul na Guerra Civil de 1861-1865, a União Republicana, fundada por George Washington, havia estendido as suas fronteiras a níveis fabulosos.

Em apenas meio século, de 1776 a 1853, o território da União foi multiplicado por dez.

Em 1803, os capitalistas ianques pagaram à França 15 milhões de dólares pela Luisiana que tinha então mais de um milhão e quinhentos mil quilómetros quadrados. Em 1819 forçaram a Espanha a ceder-lhes as suas possessões a Leste do Mississippi e compraram a Florida Ocidental (63 mil quilómetros quadrados) por 5 milhões de dólares; já em 1810 e 1813 lhe tinham tirado a força a Florida Ocidental.

Em 1846, depois de ocuparem um território de 430 mil quilómetros quadrados no antigo Oregon, igual aos actuais Estados de Oregon, Washington, Idaho e parte do Wyoming e Montana, iniciaram uma guerra criminosa contra o México, ao qual arrebataram metade do seu território, isto é, os actuais Estados da Cali-

fórnia, Texas, Arizona, Novo México, Utah, Nevada e a outra parte do Wyoming, legitimando tão incrível esbulho pelo pagamento de 26,8 milhões de dólares.

Em 1853 pelo Tratado de Gadsden ou da Mesilla anexaram outro território fronteiriço com o México. Em 1867 compraram o Alaska ao czar Alexandre II da Rússia, ficando assim com esse imenso território de 1,5 milhões de quilómetros quadrados a troco de 7,2 milhões de dólares (à razão, portanto, de 4,7 centavos de dólar por hectare).

Como se vê, antes de o capitalismo pré-monopolista norte-americano ter ascendido à sua fase superior imperialista, a partir de 1870 o expansionismo ianque atingira já a maioridade.

Esta expansão geográfica e a consequente formação de um mercado interno rico em recursos naturais de todo o tipo foi a génese do imperialismo norte-americano.

O «DESTINO PROVIDENCIAL»

Logo a partir do momento em que a União nasceu como país independente, os seus dirigentes começaram a elaborar a famosa filosofia do «destino providencial».

Um dos fundadores, Thomas Jefferson, ao assumir a presidência em 1801, esboçou abertamente um programa de conquistas territoriais e deu a conhecer a sua teoria da «espera paciente»:

«No momento crítico para o fraco possuidor, deve abando-

PRENSA LATINA

nar-se a atitude de expectativa e actuar rápida e energeticamente contra ele».

Solidamente apoiada pela doutrina do presidente James Monroe de 1823 (doutrina que na realidade foi obra do então secretário de Estado, John Quincy Adams que depois foi autor da teoria da «fruta madura») e seus corolários, como os de Polk e Roosevelt, o «destino providencial» foi evoluindo de acordo com a dinâmica do desenvolvimento imperialista dos EUA, convertidos já em 1898 na primeira potência económica mundial, deixando atrás de si a Inglaterra, Alemanha e França.

Também a linguagem foi subindo de tom, e em 1898 o senador por Indiana, Albert U. Beveridge, metia medo à humanidade em nome do Império: «Não renunciaremos à parte que nos toca na missão da nossa raça, encarregada, por designio divino, da civilização do mundo».

Ao mesmo tempo, o arquitecto-reaccionário capitão Mahan dava a conhecer a sua obra «Interesse dos EUA no poder naval», na qual dava o seu contributo para a «filosofia» naval de que os EUA necessitavam com vista a serem em marcha a terceira fase do «destino providencial», no qual se podem detectar quatro etapas históricas bem definidas.

O primeiro objectivo foi o de estender a fronteira original da União até ao rio Mississippi e conseguir uma saída para o Golfo do México, completada com a aquisição da Florida para arredondar a costa pelo Sul.

Seguiu-se o massacre dos índios assim como o esbulho do México, até levar a bandeira das listas e estrelas a toda a costa do Pacífico.

A terceira fase teve como objectivo o domínio militar, económico e político da América Central e dos Caraíbas, incluindo a construção do canal do Panamá para facilitar o saque da China, graças à política de «portas abertas» imposta pelos EUA e demais potências imperialistas a essa semicolónia asiática.

Uma quarta fase começou com a expansão a nível mundial das multinacionais americanas, e de toda a sua armadura bélica e de espionagem em constante crescimento desde a I Guerra Mundial.

dessa fase, por isso, a história desse caso é exemplar.

A vitória do povo cubano contra o colonialismo espanhol estava iminente, quando o presidente Grover Cleveland, dos EUA, até aí hostil aos revolucionários cubanos, começou de súbito a insistir com a Espanha, ameaçando fazer-lhe guerra, se não lhe vendesse Cuba.

No dia 4 de Março de 1897, um político ligado à Standard Oil e a todo o clã Rockefeller, William McKinley, assumiu a presidência dos EUA. A medida que a vitória do povo cubano se aproximava, a tradicional amizade hispano-norte-americana ia-se transformando em pragmática hostilidade. Em Setembro de 1897, McKinley concedeu um breve prazo a Espanha para que esta concedesse a autonomia a Cuba. Com enorme desgosto para os EUA, a Espanha, assustada, aceitou e outorgou autonomia a Cuba, o que fez atrasar os planos imperialistas.

A luta revolucionária cubana comovia todo o país, os 50 milhões de dólares ianques investidos e o comércio estavam em perigo. A Espanha retirava e não dava o pretexto de que os EUA necessitavam para lhe declarar a guerra.

Washington recorreu então a uma manobra criminosa, que iria dar o pretexto pretendido. No dia 25 de Janeiro de 1898 entrou no porto de Havana o couraçado «Maine», que, juntamente com outros três vasos de guerra, havia chegado à baía para intimidar o governo colonial a pretexto dos desmandos praticados por elementos reaccionários espanhóis em protesto contra a concessão de autonomia a Cuba.

Três semanas depois, a 15 de Fevereiro, o «Maine» voou em pedaços, devido a uma explosão que matou 266 tripulantes. Embora esse pretexto tivesse sido friamente fabricado pela Casa Branca para intervir na guerra, o governo ianque não se apressou, e aproveitou tão especial conjuntura para oferecer à Espanha 300 milhões de dólares pela compra de Cuba, segundo conta o historiador espanhol Gabriel Gama.

Com a rejeição desta última oferta norte-americana por parte da regente Maria Cristina de Austria, a sorte estava lançada. O governo de Washington e a imprensa norte-americana culpavam a Espanha pela explosão do «Maine». A histeria propagandística chegou a tais extremos que se publicou na imprensa norte-americana uma foto que mostrava o suposto orifício feito no casco do couraçado por um «torpedo espanhol». Posteriormente veio a comprovar-se que a citada fotografia tinha sido publicada um ano antes e que correspondia a um eclipse do Sol.

No dia 11 de Abril desse ano, McKinley pediu autorização para ao Congresso para lhe serem concedidos poderes para a «completa coesão das hostilidades entre o Governo de Espanha e o povo de Cuba». No dia 18 de Abril, o Congresso aprovava a «Resolução Conjunta», em virtude da qual os EUA iniciavam oficialmente a terceira fase do «destino providencial» e convertiam Cuba na sua primeira neocolónia.

A lógica do "apartheid"

LE MONDE

A explosão de violência que desde o dia 16 que sacode a África do Sul e que já fez algumas dezenas de mortos, foi anunciada por várias vezes. Apesar de uma certa «liberalização», o regime de Pretória nunca pôs em causa, os seus insuperáveis princípios de discriminação racial, e está na lógica do apartheid suscitar periodicamente violências.

O motim estalou em Soweto, gheeto dos arredores de Joanesburgo, onde se amontoa mais de um milhão de «negros urbanizados» — segundo a expressão oficial — em alojamentos pequenínimos, e onde o ensino é muito insuficiente.

As próprias circunstâncias da explosão re cordam o massacre de setenta negros, em Março de 1960, em Sharpeville. Nessa altura, a oposição à política de apartheid desenvolveu-se em volta do problema dos «pass», documentos de identidade que permitem à Polícia controlar as movimentações dos negros. Hoje mani-

festou-se quando os jovens recusaram aprender o afrikander, que, juntamente com o inglês, é uma das línguas oficiais da África do Sul. Ora esta recusa também tem um valor de símbolo de resistência à opressão do «poder branco». Assim, o Transkei, em vésperas da «independência» promoveu a educação em inglês, língua de horizontes infinitamente mais vastos. Idioma da minoria no Poder, o afrikander — obrigatório em certas escolas para o ensino das matemáticas, da história e da geografia — não podia, em contrapartida ser aceite pelos alunos dos liceus, que há cinco semanas se puseram em greve, como oposição a tal aprendizagem.

As autoridades sul-africanas, por várias vezes prevenidas dos riscos de agitação, recusaram-se, no entanto, a rever o texto em causa. Vorster deve hoje estar bastante arrependido dessa sua atitude, porque as violências ocorridas o colocaram numa posição bastante má.

Se o primeiro-ministro sul-africano costuma dizer que a política de «desenvolvimento separado» (apartheid) tem por objectivo evitar atritos entre brancos e pretos e promover a harmonia racial, ser-lhe-á difícil sustentar essa tese nos dias 23 e 24 de Julho na Alemanha Federal, frente a Kissinger. O secretário de Estado americano refeiu-se de resto, no dia 17 de Junho, às «aberrações internas» da África do Sul.

Já a política de *détente* com a África negra foi profundamente afectada pela intervenção — e o fracasso — das tropas de Pretória em Angola; agora é a política interna de Vorster que faz triste figura aos olhos da opinião internacional.

Na Namíbia (sudoeste africano), onde as discussões constitucionais continuam a arrastar-se, os incidentes vão sendo mais frequentes numa fronteira onde pesa a ameaça das tropas angolanas e cubanas. No interior, os debates sobre a independência próxima do

Transkei, mostraram que a política dos bantoustans, (antes de mais destinada a criar artificialmente uma maioria branca no Estado principal e dispondo comodamente nos Estados vassallos da mão-de-obra negra), é uma mistificação.

A que título podia Vorster, sob o impulso de Kissinger, impor a Smith que fosse «realista» em Salisbúria? Há um ano, o embaixador de Pretória nas Nações Unidas, Botha, tentava fazer com que a comunidade internacional fosse paciente, assegurando que o seu Governo «estava a abandonar a discriminação racial». Mas, à excepção de algumas emendas secundárias, o regime manteve no dia-a-dia — o que a segregação tem de mais odioso. Quantos motins serão necessários e também quanta repressão, para que entre os brancos da África do Sul não seja somente uma minoria a compreender que o verdadeiro interesse já não reside nesse intolerável anacronismo?

A C. P. INFORMA :

Avisam-se os Srs. Passageiros que até aviso em contrário, circulará todas as sextas-feiras o comboio Barreiro-Lagos com o horário seguinte:

Barreiro	19-05
Moita	19-15
Pinhal Novo	19-22
Setúbal	19-34
Alcácer do Sal	20-36
Grândola	20-54
Lousal	21-30
Ermidas-Sado	21-38
Funcheira	22-14
Luzianes	22-39
Tunes	23-30
Algoz	23-36
Alcantarilha	23-42
Poço Barreto	23-47
Silves	23-56
Estombar	0-05
Portimão	0-12
Mexilhoeira	0-26
Lagos	0-35

ANÚNCIO

ESCOLA NAVAL

ADMISSÃO DE CADETES DA ARMADA

Nos termos do Regulamento da Escola Naval, aprovado por decreto n.º 454/70, de 1 de Outubro de 1970, anuncia-se a abertura, de 15 de Julho, às 16.00 horas, de 13 de Agosto, do concurso para a admissão dos seguintes cadetes:

Curso de Marinha	60
Curso de Engenheiros Maquinistas Navais	15
Curso de Administração Naval	4

As condições de admissão e as provas a prestar pelos candidatos constam de editais afixados na Escola Naval (Alfaiete), Capitania e Delegações Marítimas, Liceus e outros estabelecimentos de ensino.

ESCOLA NAVAL, Alfaiete, em 7 de Julho de 1976.

O SECRETÁRIO,

Carlos Alberto Nunes Marques
Cap. ten. AN

A ERA DO NEOCOLONIALISMO

A partir de 1898, as lutas com os índios tinham-se saldado pela inevitável vitória dos brancos. A expansão na fronteira mexicana estava consumada. A expansão na fronteira com o Canadá deparava com o poderio britânico. Mas o desenvolvimento imperialista exigia uma saída lucrativa para os excedentes de capital. Decidiu-se que a expansão fosse encaminhada para a América Central e mar das Caraíbas («mare nostrum» dos EUA) como primeiro passo para posteriores aventuras. Os EUA necessitavam de colónias de novo tipo. Encetaram assim a terceira fase do «destino providencial», a fase do neocolonialismo. Cuba foi o primeiro alvo

Estrangeiro

CONVENÇÃO DEMOCRÁTICA

Carter nomeado candidato por unanimidade

NOVA IORQUE, 15 (ANOP e R.) Jimmy Carter foi escolhido ontem, à noite, por um partido democrático jubilosamente seu candidato à eleição presidencial nos Estados Unidos.

Democratas, na sua convenção nacional em Nova Iorque, abreviaram uma escolha por chamada e aprovaram por votação oral unânime a nomeação do agricultor de amendoim da Georgia, revelando, assim, entusiasticamente a unidade no seio do partido.

Sondagens à opinião pública prevêm que Carter pode vencer o presidente Gerald Ford ou o seu rival republicano Ronald Reagan, na eleição nacional de 2 de Novembro. Delegados de Estados, cheios de contentamento, abandonaram a sala da convenção entoando: «Vamos para a Casa Branca».

Carter esteve sentado no quarto do hotel de Nova Iorque, onde está hospedado, a ver sossegadamente o acontecimento pela TV.

Enquanto via a televisão, segurava na mão um grosso texto de folhas escritas à máquina — o discurso de aceitação que proferirá aos delegados, hoje à noite.

Rosalynn, a mulher de Carter que se encontrava na sala da convenção, acompanhada de familiares, quase chorou no momento do triunfo.

Tradicionalmente, o candidato não comparece na sala da convenção, ornamentada com bandeiras, até ser convidado formalmente a aceitar a nomeação.

Carter anunciará hoje a sua escolha de um candidato à vice-presidência de uma lista de seis senadores. Esse tem sido o único elemento de dúvida para os delegados que vieram à convenção sabendo já que Carter tinha no bolso a nomeação presidencial.

Os senadores mais falados para o posto número dois são Walter Mondale, do Minnesota, um liberal, com apoio dos sindicatos e dos negros, e Edmund Muskie, um católico e um ex-candidato à vice-presidência.

Antigo oficial da marinha e governador da Georgia, Carter obteve a nomeação fazendo uma campanha contra o poder do «grande governo» em Washington e prometendo ao povo um governo franco e digno de confiança.

Arrebatou a imaginação dos compatriotas desanimados com o escândalo Watergate, quando prometeu às multidões que assistiram aos seus comícios eleitorais: «nunca lhes mentirei».

Um baptista do sul que se descreve a si mesmo com um «homem vulgar», a sua mensagem simples pedindo um regresso aos valores tradicionais norte-americanos conseguiu-lhe tanto o apoio dos negros como dos brancos.

«NUNCA HOUE NADA COMO ISTO»

«Certamente que nunca houve nada como isto — um desconhecido político — um prêmio mais elevado do seu partido — desde que Wendell Willkie, em circunstâncias totalmente diferentes, ganhou a nomeação presidencial em Filadélfia (em 1940)» — esteve hoje em editorial o «New York Times», referindo-se à nomeação de Jimmy Carter como candidato à presidência dos Estados Unidos.

«Nessa altura — prossegue o editorial — foi a emoção do momento, além de uma onda extraordinária de apoio entusiástico entre as fileiras republicanas, que empurrou Willkie para o cimo.

«Mas desta vez trata-se do resultado calculado de uma série de batalhas primárias cuidadosamente planeadas e metodicamente travadas que fez passar o governador Carter de um obscuridade relativa a uma vitória orquestrada, nos últimos meses».

E a concluir, escreve o «New York Times»:

«O sucesso do governador Carter é o resultado da acuidade política e da capacidade de organização da inteligência e da vontade de ferro. Ele sabia o que tinha a fazer para conseguir a nomeação e, com coragem recursos e autodisciplina, além do apoio indispensável e um pessoal surpreendentemente eficiente e com um pouco de sorte, atingiu o seu objectivo inicial».



O candidato democrático à presidência dos EUA, Jimmy Carter, e a esposa, Rosalynn, celebrando recentemente mais um aniversário do seu casamento. (Foto UPI)

NAS CORTES ESPANHOLAS

Removido o último obstáculo à legalização de partidos

MADRID, 15 — (R.) — O novo Governo espanhol obteve ontem a aprovação pelas Cortes da lei de revisão do código penal, afastando o último obstáculo ao funcionamento legal de todos os partidos políticos, à parte os comunistas, anarquistas e separatistas.

Foi o primeiro teste parlamentar do Governo, que assumiu funções há uma semana, do primeiro-ministro Adolfo Suárez Gonzalez, que prometeu acelerar as reformas políticas.

A lei que termina a proibição, decretada há 37 anos, da maioria dos partidos foi aprovada o mês passado mas a sua aplicação foi protelada quando as Cortes rejeitaram o anterior projecto do novo código penal, afirmando que ele não era suficientemente explícito na ilegalização dos comunistas.

Alguns deputados gritaram «não aos comunistas» quando votaram o resultado foi de 245 a favor da lei 175 contra e 57 abstenções.

A escassa maioria governamental, comparada com a esmagadora aprovação da lei dos partidos políticos, reflecte os receios dos ultradireitistas de

que os comunistas possam ser legalizados no futuro.

Desde que Suárez se tornou primeiro-ministro tem-se conjecturado que ele possa atenuar a proibição dos comunistas legalizando os sindicatos, chefiados pelos comunistas, denominados «comissões operárias».

No novo código penal, os comunistas são banidos no âmbito da cláusula que proíbe os grupos que «sob a disciplina internacional procuram estabelecer um regime totalitário».

A comissão de justiça procurou, em vão, introduzir uma cláusula mais moderada banindo grupos que ofendem a dignidade humana e a liberdade e se opõem ao sistema multipartidário.

Apenas metade dos deputados aplaudiram o ministro da Justiça, Landelino Lavilla Alsina, quando afirmou que a lei reflecte o desejo do Governo de caminhar prudente mas firmemente para uma moderada democracia.

«O Governo compreende que a reforma do código penal é resposta adequada às necessidades sociais e políticas do momento, formando um correcto equilíbrio entre os valores

da liberdade e da autoridade» — disse.

Deputados ultradireitistas exigiram que os comunistas fossem banidos pelo nome, o que foi rejeitado como impraticável.

O deputado Francisco Escrivá de Romani declarou que se os comunistas fossem proibidos por nome, apareceriam sob outro nome.

Observadores políticos afirmam que o novo código penal não fecha a porta aos comunistas porque um juiz liberal do

supremo tribunal, no futuro, poderia aceitar o seu argumento de que não é totalitário nem recebe ordens do estrangeiro.

O Partido Comunista Espanhol sustenta que rejeita a violência advoga democracia parlamentar e é independente de Moscovo.

Funcionários governamentais têm dito que os comunistas não serão autorizados a participar em eleições gerais planeadas para o próximo ano mas não excluíram a hipótese da sua legalização numa fase posterior.

O Conselho de Segurança não condenou Israel

NAÇÕES UNIDAS (NOVA IORQUE), 15 — (R.) — Israel acolheu hoje com agrado o malogro do Conselho de Segurança da ONU em condenar o seu ataque de comandos contra o aeroporto de Entebbe, justificada por aquele país como destinado a salvar mais de 100 reféns de piratas do ar.

Contudo, afirmou também que a rejeição pelo Conselho de Segurança de uma resolução anglo-americana condenando a pirataria aérea revelará «uma vez mais o que as pessoas decentes e amantes da liberdade podem esperar das Nações Unidas» quando se trata de resolver um dos problemas mais graves que afectam a humanidade.

O representante israelita junto da ONU, Chaim Herzog, fez esses comentários numa comunicação à imprensa.

Uma moção africana para «condenar a violação flagrante por Israel da soberania e integridade territorial do Uganda» foi retirada ontem, à noite, quando se tornou aparente que a proposta não obterá os nove votos necessários para ser aprovada.

A resolução receberia apenas oito votos no Conselho de 15 nações. Mesmo se tivesse sido aprovada, seria eliminada por um veto dos Estados Unidos.

A proposta ocidental condenando a pirataria aérea e «todos os outros actos que ameçam as vidas de passageiros e tripulantes e a segurança da aviação civil internacional» foi posta à votação. Obteve o apoio apenas de seis membros do Conselho — Grã-Bretanha, Itália, Japão, Suécia e Estados Unidos.

O Panamá e a Romênia abstiveram-se.

Os outros sete membros do Conselho — Benin, China, Guiana, Líbia, Paquistão, URSS e Tanzânia — recusaram-se a participar na votação com o fundamento de que a questão do assalto ao avião da Air France não deveria ser incluída num debate convocado por Estados africanos para tratar unicamente da alegada agressão israelita.

O representante britânico Ivor Richard, discursando após a votação, aludiu à expulsão de dois diplomatas ingleses do Uganda e a ameaças que foram proferidas contra os restantes 500 britânicos no Uganda.

Abolida no Canadá a pena de morte

OTTAWA, 15 — (R.) — A Câmara dos Comuns canadiana aprovou a abolição da pena de morte para todos os crimes civis — pouco tempo antes da hora marcada para o enforcamento de três assassinos.

O escrutínio foi de 130 contra 124, uma das margens mais escassas da História parlamentar do país.

No entanto continuam sujeitas à pena capital várias ofensas no âmbito da lei de defesa nacional.

A nova lei entra em vigor logo que for aprovada pelo Senado e lhe for dado o sancionamento real.

Substituirá a actual lei que estipula a pena de morte para assassinos de polícias de serviço e guardas prisionais.

A votação, além de salvar os três condenados pela morte de polícias, poupa também a vida de oito outros condenados à morte.

O escrutínio deu-se ao cabo de dez anos de emotivo debate sobre o assunto. das as penas de morte eram comutadas imediatamente. A lei substitui a pena capital por penas entre 10 e 25 anos.

Um sismo em Bali matou 52 pessoas

JAKARTA, 15 — (R.) — Morreram 52 pessoas e cerca de 150 ficaram feridas em consequência de um tremor de terra que abalou a ilha de Bali, conhecida estância turística indonésia — anunciaram as autoridades locais.

O sismo, que registou o grau 5,6 da escala de Richter, atingiu as localidades densamente povoadas de Buleleng, na parte norte ilha, e Jembera, no Ocidente.

O tremor de terra teve lugar às 14 e 15, hora local, de ontem.

Várias casas e edifícios e também algumas pontes foram destruídas em ambas as localidades — acrescentaram as referidas autoridades.

Foi o segundo sismo violento a abalar a Indonésia, nas

últimas três semanas.

Calculou-se que ficaram sepultadas 5000 pessoas devido a desabamentos de terra no remoto território indonésio de Irian Jaya (Nova Guiné Ocidental), quando um forte sismo destruiu 17 vilas e aldeias na vertente de uma montanha, em fins de Junho.

O governador da província de Irian Jaya, general Sutran, afirmou que mais de 50 000 pessoas esperavam ser evacuadas da área devastada, que treme ainda devido a abalos telúricos.

O presidente Suharto declarou o sismo de Irian Jaya como desastre nacional enquanto ofertas de auxílio chegam da Grã-Bretanha, República Federal Alemã, Estados Unidos e Austrália.

Caleidoscópio

MONTEVIDEO, 15 — (FP) — Aparicio Mendez foi eleito ontem à tarde presidente do Uruguai pelos militares e os civis do Conselho da Nação.

Jurista e membro do Partido Branco (conservador), Aparicio Mendez aderiu ao regime actual desde o golpe de Estado de 1973.

NOVA DELI, 15 — (R.) — Morreram 44 pessoas em consequência das inundações da

monção no Estado de Assam, no nordeste da Índia — anunciaram funcionários.

S. SALVADOR, 15 — (R.) — Tropas de S. Salvador e das duras trocaram tiros numa série de recontros fronteiriços em que foram mortos dois soldados salvadorenhos e mais três ficaram feridos segundo anunciou ontem, à noite, em S. Salvador o Ministério da Defesa.

Espectáculos



PARA AS CRIANÇAS DE LISBOA

Fim-de-semana com a Comuna

A Casa da Criança, da responsabilidade da Comuna-Teatro de Pesquisa, continua a organizar espectáculos e actividades infantis todos os fins-de-semana. Assim, e com entrada gratuita, as crianças de Lisboa podem assistir a tar-

des infantis com palhaços, cinema, teatro, «ateliers» de modelagem, pinturas e jogos. O início das actividades é às 15 horas, e o local o «casarão cor-de-rosa» da Praça de Espanha.

Festival de Jazz na Figueira da Foz

É hoje que se inicia o I Festival Internacional de Jazz da Figueira da Foz, que decorrerá durante dois dias no casino daquela cidade, e que tem o apoio do Hot Clube de Portugal, da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, da D. G. Turismo e da D. A. Cultural, além de outras entidades. O programa de hoje prevê abertura com o Quarteto Zanarp, seguindo-se Rão Kião, e New Orleans Preservation Hall Jazz Band.

Amanhã actuarão Rão Kião, Quarteto Arapipa e o trio de Hank Jones, com Harry (sweets) Edison, ao trompete, e Bud Johnson, saxofone tenor.

MÚSICOS PARTICIPANTES

No Zanarp participam António Pinho da Silva, piano; Jo-

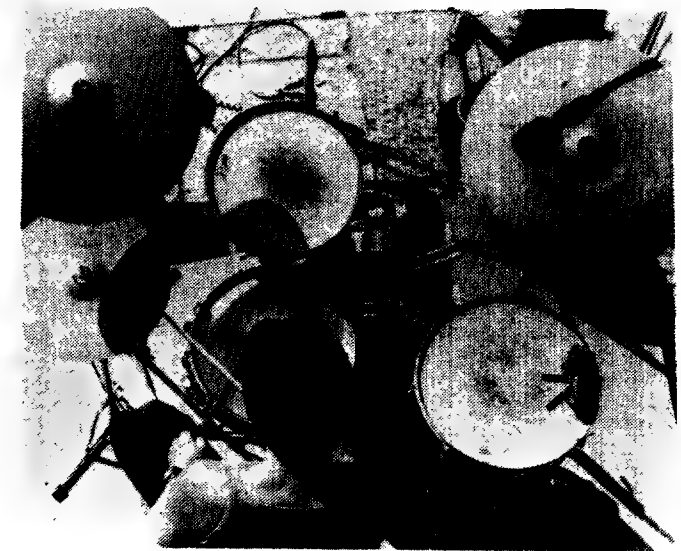
sé Nogueira, saxofones alto e soprano; Artur Guedes, contrabaixo; José Martins, bateria. No Rão Kião, (saxofone alto, tenor, soprano e flauta).

No New Orleans Preservation Hall Jazz Band, Kid Thomas Valentine, trompete; Emanuel Paul, clarinete; Albert Burbank, clarinete; Manuel Sayles, banjo; Charlie Hamilton, piano; Joseph Butler, contra-baixo;

Alonso Stewart, bateria.

No Arapipa: Emilio Robalo, piano; José Eduardo, contrabaixo; João Heitor, bateria; Paul Stocker, saxofone alto.

E no Trio de Hank Jones com Harry Edison e Bud Johnson: Hank Jones, piano; George Duvivier, contrabaixo; Alan Dawson, bateria; Harry «Sweets» Edison, trompete e Bud Johnson, saxofone tenor.



HOJE NO COLISEU

Concerto coral-sinfónico

A Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa e o Coro Gulbenkian, sob a direcção do maestro Michel Corboz, apresentam-se hoje, às 21.30 horas, no Coliseu dos Recreios, num grandioso programa coral-sinfónico que inclui a *Canção do Destino*, opus 54, de Brahms, e a *Missa de Glória*, de Puccini, em primeira audição em Portugal.

São solistas, na *Missa* de Puccini, o tenor Fernando Sa-

rafim e o barítono Álvaro Malta.

Este concerto integra-se na Temporada Popular de Verão que a Radiodifusão Portuguesa está a levar a efeito, de colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.

Os bilhetes (aos preços de 10\$00 — Geral, e 20\$00 — Placeteira) estão à venda na bilheteira do Coliseu, a partir das 13 horas.

Você precisa de colocação? Então decida-se por um meio seguro: Um bom curso!

Que V. pode tirar em sua casa. E em pouco tempo. Estudando nos momentos livres e muito economicamente.

O Centro de Instrução Técnica tem ao seu dispor os conhecidos cursos AFHA elaborados segundo os métodos mais modernos de ensino à distância. E v. não vai estudar sozinho! Beneficia da excelente assistência pedagógica que lhe oferecemos. Não hesite. Escolha um dos nossos cursos; um bom curso é o meio mais seguro para a solução do seu problema.

Escolha um dos nossos cursos: FRANCÊS, CULTURA GERAL, CONTABILIDADE, INGLÊS, ORG. ADM. EMPRESAS, CONTE E CONFECCAO

Cursos Novos: ELECTRONICA, RADIO-TV, TELEFONIA, TRANSMISSORES, DESENHO TECNICO

Ainda hoje! Preencha e envie o cupão.

Grátis e sem compromisso

Envie-me completa informação sobre o curso que indico

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

Estado _____

País _____

Código Postal _____

Telefone _____

Cidade _____

Estado _____

País _____

Código Postal _____

Telefone _____

Cidade _____

Estado _____

País _____

Código Postal _____

Telefone _____

Cidade _____

Estado _____

País _____

Código Postal _____

Telefone _____

Cidade _____

Estado _____

País _____

Código Postal _____

Telefone _____

Cidade _____

Estado _____

Estudos gregorianos

O Centro de Estudos Gregorianos promove na sua sede, cursos intensivos de formação de professores até 31 do corrente.

Serão dados os 1.º e 2.º anos do curso de educação musical segundo o Método Ward, destinado àqueles que têm ou virão a ter classes de canto infantil.

O sistema pedagógico concedido no Método Ward, que é largamente aplicado em países como a Holanda, França, Suíça e Estados Unidos, conduz as crianças com uma prática diária de 20 a 30 minutos, a ler, compreender e executar todas as obras desde o folclore à polifonia e ao canto gregoriano.

Mil espectáculos gratuitos em Montreal

Durante os jogos olímpicos de Montreal realizar-se-á um Festival de Arte e Cultura com mais de mil espectáculos gratuitos representados por duzentos e cinquenta grupos e

artistas. Na Praça das Nações, que pode conter doze mil espectadores, efectuar-se-ão seis espectáculos com os melhores cançonetistas do Quebec, e, entre 18 e 31 de Ju-

REPRESENTAÇÃO

DE "O GRANDE CIDADÃO"

O Grupo de Teatro de Campolide leva hoje à cena a peça «Grande Cidadão», de Virgílio Martinho representada com grande êxito desde há alguns meses por aquela colectividade.

A sessão terá lugar na sede do Grupo, pelas 21.30.

LAS PALMAS

AGORA VOOS ESPECIAIS DIRECTOS TAP

1 SEMANA

PARTIDAS:

Julho 22 e 29
Agosto 5, 12, 19 e 26
Setembro 2

Preços excepcionais desde *

4.440\$

* a vantagem dos voos especiais

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

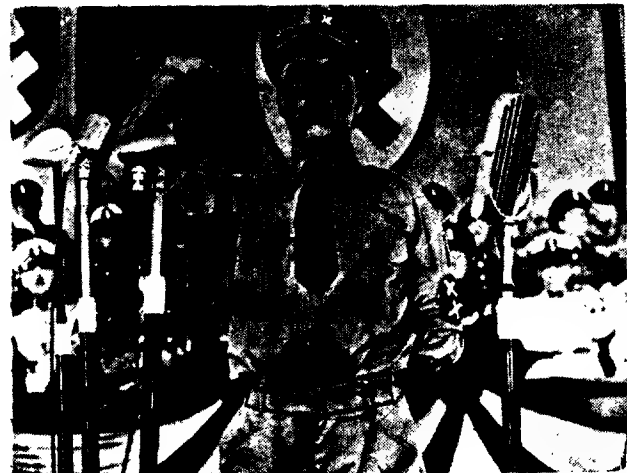
abreu

fundada em 1940

LISBOA A 15 minutos de avião para PORTO A 15 minutos de avião para COIMBRA A 15 minutos de avião para AARC 15 minutos de avião para CONSULTA SEU AGENTE DE VIAGENS

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

universal



CICLO CHARLIE CHAPLIN:

As 17 e às 22.30 horas — «O GRANDE DITADOR» (men. 10 anos)

As 20.30 horas — «AS LUZES DA RIBALTA» (men. 10 anos)

Sábado — As 0.30 horas — «LUZES DA CIDADE» (Para todos)

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS

A realizar no dia 24 de Julho próximo, nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa

ORDEM DE TRABALHOS

10H00 — Sessão de Abertura (Plenário).

11H00 — Início da discussão dos temas em debate:

- I Secção — A mulher trabalhadora na indústria, agricultura e serviços.
- II Secção — A mulher trabalhadora na saúde e assistência.
- III Secção — A mulher trabalhadora na 3.ª idade.
- IV Secção — A participação da mulher trabalhadora na vida sindical.

13H00 — Interrupção para almoço.

14H30 — Recomeço dos trabalhos.

17H00 — Fim da discussão nas secções.

18H00 — Aprovação das conclusões finais e sessão de encerramento do plenário.

Podem participar no Encontro as uniões, federações, sindicatos, comissões de delegados sindicais e comissões de trabalhadores

A representação das associações sindicais, comissões de delegados sindicais e comissões de trabalhadores será constituída por trabalhadores devidamente credenciados por estas organizações, no limite máximo de 10 delegados por cada uma. Poderão assistir ao Encontro, embora sem o direito de nele participar, outros trabalhadores

A participação no Encontro far-se-á mediante inscrição até ao dia 21 de Julho de 1976, na sede da Intersindical

O prazo de recepção das teses e conclusões das discussões travadas pelos trabalhadores foi prorrogado até ao próximo dia 15 do corrente.

Lisboa, 13 de Julho de 1976.

A DIRECÇÃO

Canal da Crítica

UM FILME CHAMADO VINGANÇA

Por MARIO CASTRIM

Ontem era para ser exibido uma fita chamada «Vingança». Em seu lugar veio «Estranha Guerra», uma produção francesa sobre a Resistência dos ocupantes fascistas nazis.

A substituição aconteceu certamente para não se fugir à regra. Um dia na Televisão em que não haja alterações já nem é dia nem é nada.

Claro que há sempre uma explicação. Ontem foi a seguinte: a cópia do filme vinha deteriorada a tal ponto que teve de ser devolvida à procedência. Assim, a «Vingança» não pôde ser transmitida.

Ainda bem, aliás. A vingança não serve para nada e não valoriza moralmente quem a utiliza. Nem aliás. A vingança não serve para nada e não valoriza moralmente quem a utiliza.

Não há nenhuma vantagem na vingança porque, se nos vingamos de alguém mais forte do que nós, é perigoso; se nos vingamos de alguém mais fraco, é cobardia.

A linguagem da vingança é sempre de lamentar, particularmente quando se diz pretender-se um clima de concórdia. Em certos momentos, falar em termos de vingança, pode não representar mau carácter, mas representa seguramente má política.

Não se deve consumir um produto deteriorado. Ninguém deve comer carne podre. Seja onde for, e nunca em público. Pelo menos, é chato.

Fez bem, portanto, a Televisão Portuguesa ao recusar um produto tão deteriorado (tão envenenado) como a «Vingança». Oxalá todos lhe seguissem o exemplo. Porque, com a vingança não se constrói nada mais do que avingança.

LIBERDADE FELICIDADE

O mais curioso é que, neste caso especial, os telespectadores, acabaram por se «vingar». A sua maneira claro. Os telespectadores vingaram-se ficando a ganhar com a substituição.

Estranha guerra baseava-se num dos mais conhecidos romances de Roger Vaillant: «Drôle de Guerre». Não vai tão longe como o livro qualquer que seja o ângulo escolhido. Esta «estranha guerra» dá-nos, contudo, o jogo da vida e da morte tão caro a Vaillant, a sua preocupação de coerência, a razão do prazer como uma razão de viver — ou de conquistar a vida. Falar da resistência, do amor da liberdade, da conquista da felicidade, da necessidade urgente de conquistar o socialismo — tudo isso, neste dia 14 de Julho em que, também em França, com a queda da Bastilha nas mãos do povo, em que, também em Portugal a defesa das conquistas do 25 de Abril (entre as quais uma Constituição que, a ser aplicada, será uma das mais progressistas do mundo ocidental) deve mobilizar todos os cidadãos responsáveis, tudo isso representa uma notável coincidência que não se deve desprezar.

E antes de descer o pano sobre este apontamento, duas notas uma delas grave, outra, apenas curiosa.

A primeira: a propósito do filme, na apresentação a cargo da RTP, nem uma única, uma sequer, a Roger Vaillant! Trata-se, sem dúvida de um desconhecido no Lumiar. Senhores,

ignorância, sim; mas não tanta. A outra: dizia a legenda, a certa altura, que **não se pode viver à espera do Dia «J»**.

Era o **Dia D**. Mas como em francês **dia é jour** logo «Dia Jota»...

Mas que importância tem isso. Todo o mal fosse esse.

PROVOCAÇÃO? AMEAÇA?

Infelizmente há outros males. Esses sim bem graves para o burgo.

No depoimento logo a seguir à reportagem da Assembleia da República, Mário Soares, perdão, o dr. Mário Soares, declarou que tencionava efectivamente auscultar a opinião dos sindicatos sobre a Constituição do próximo Governo. Acrescentou: «Neste momento, há várias linhas dentro dos sindicatos. Há a linha dos sindicatos que seguem a Intersindical e há a linha dos sindicatos democratas. Certamente, ouvirei ambos».

O dr. Mário Soares vai ser o primeiro-ministro do novo Governo. Isso representa uma grave responsabilidade pública. O dr. Mário Soares não pode ser, como chefe de Governo, o fala-barato que tantas ve-

zes foi nestes últimos dois anos. Isto desejo não apenas por ele, mas por nós todos.

As suas palavras representam um insulto à organização dos trabalhadores a quem os sindicatos poderosos da linha mais cara a Mário Soares consideraram interlocutor válido. Além de insulto uma provocação. Desejemos que, já agora, não represente igualmente uma ameaça.

O que de forma alguma auguraria bom princípio ao Governo de Mário Soares.

P. S. Há dias, em pleno serão, zâsi, deu o badagaio no televisor. Contactada a CLÍNICA DE TELEVISÃO-SOS, imediatamente esta organização diligenciou no sentido de uma reparação imediata ao verificar que se tratava não de um simples caso de tele-drogado, mas de uma questão profissional. Quero aqui referir a qualidade dos seus técnicos, a sua honestidade de processos e a ausência que se foi dado verificar, de qualquer sentido de exploração.

Isto não é publicidade. Pa-guei, como qualquer cliente — mas isto não me impede de dizer obrigado. Que é o que estou a fazer. — M.C.

Hoje



«Segredos do Mar Vermelho»

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e **Naika e Barba Papa** — rubrica apresentada pelo Dep. Programas Juvenis e Infantis.
- 19.25 «**Segredos do Mar Vermelho**» — série filmada.
- 19.55 **TV Paço**.
- 20.30 **Telejornal** — 1.ª edição.
- 21.05 **Momento Político** — com o dr. José Manuel Sampaio Pimentel secretário de Estado da Recuperação Social.
- 21.35 **História dos Jogos Olímpicos**.
- 22.40 **Telejornal** — 2.ª edição que inclui o resumo filmado da etapa do dia da Volta à França em Bicicleta.
- 23.05 **Fecho**.

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e série filmada — «**A Mulher Vestida de Branco**».
- 20.25 **E Em Toda a Parte Aprendemos...** Palácio da Bolsa. Um dos principais monumentos da cidade do Porto e a sua importância comercial. Realização de Adriano Nazareth.
- 20.50 **O Caso Rosenberg (II Parte)** «**O Julgamento**». Uma peça de Alain Decaux na tradução e adaptação de Vitor de Carvalho. Cenógrafo: António Casimiro. Realização de Oliveira e Costa. Intérpretes: Canto e Castro, Rui Mendes, Lia Gama, António Marques, Luis Lello, Santos Manuel, Carlos César, Carlos Daniel, Vitor Carvalho, Marília Gama, António Assunção e Amílcar Botica.
- 22.10 **Telejornal**.
- 22.40 **Fecho**.

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

AVISO

CONCURSO PARA CHEFE DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

Faz-se público que, de harmonia com o aviso publicado na III Série do «Diário da República», de 7 do corrente, se encontra aberto concurso, até 6 de Agosto próximo, para Chefe dos Serviços Técnicos de Obras do Município, a que corresponde o vencimento mensal de 11 000\$00 e a prover por indivíduos licenciados em Engenharia Civil.

Prestam-se todas as informações na secretaria da Câmara, dentro das horas normais de expediente.

Peniche, 12 de Julho de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa,
Carlos Norberto Freitas Mota

CASINO ESTORIL

SLOT MACHINES JAMES DE 21 ANOS

LORNE LESLEY

VEDETA INGLESA DO CINEMA E DACANÇÃO

JOE WALCOTT and Palmer ZEILA JONES

BLUEBELL GIRLS SHOW

THE BANDERA AND HIS GROUP

ORQ. CASINO ESTORIL dirigida por Ferrer Andrade

DIAMOND SISTERS

"STRIP-SHOW" SONO WONDER BAR

SALA RESTAURANTE as 23.30 (não aconselhável a M./13)

WONDER BAR a 1.00 (interdito a M./18)

Consumo mínimo, Sábados 140\$00 - Restaurantes 120\$00 (taxas e impostos incluídos)

WONDER RESTAURANTE 15/17/18/19

Chamar pelo 70500 (taxas e impostos incluídos)

ADOQUE

AGRADE CEGADA

20.30

EURO TOTAL

Cont:

ERMELINDA DUARTE

NICHOLSON

ANTÓNIO MONTEZ

HENRIQUE VIANA

MAGDA CARDOSO

MARIA TAVARES

FERN. DE OLIVEIRA

Um grande elenco faz um grande show!

19.30 - 20.30 - 21.30

(Não acons. a men. 18 a.)

4. FERRA desce da Companhia

ALAURO

de Espinosa (muito ALAURO) 77 09 09

Grupo 4

apresenta

O DUEL

20.30

JOÃO TOULIER

não acons. 18 a.

Todas as noites as 21 e 25

Sábados e Domingos as 19 e 21 e 25

Desconheça 2ª feira

DESTAQUES

I PROGRAMA

História dos Jogos Olímpicos (21.35)

II PROGRAMA

O Caso Rosenberg (20.50)

Amanhã

19.00: Abertura e «**Cavalo Terracota**» — série filmada. 19.25: **Azulejaria Portuguesa II** — um programa de Arco-Filme sobre as diversas correntes artísticas do século XVIII e a sua influência no azulejo. 19.50: **Momento Desportivo** — a desporto em debate. 20.30: **Telejornal** — 1.ª edição. 21.05: **Terra e Terra** — a descoberta da Terra. 21.35: **História dos Jogos Olímpicos**. 22.40: **Telejornal** — 2.ª edição que inclui o resumo filmado da etapa do dia da Volta à França em Bicicleta. 23.05: **Fecho**.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

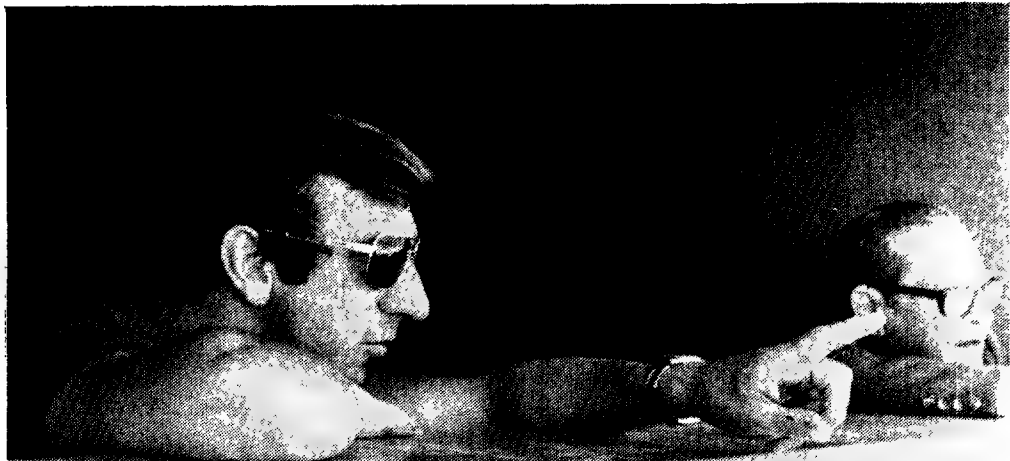
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ

PREVENÇÃO

DETETOR DE FALHAS E REPARAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE TV

Telex 701000-834271

Desporto



Mortimer já esteve, na Luz, vendo em acção muitos dos futuros pupilos: ao treino de ontem (já com bola) apenas faltaram Messias e Artur que desejam (mesmo) gozar integralmente o período de férias a que têm legalmente direito. Eis o técnico inglês ao lado do dirigente Germano Campos, num camarote do estádio benfiquista

CLUBES DE OLHO ABERTO

O Norte reforça-se em massa

AVEIRO

Abel (que já actuou no Benfica, F. C. Porto e Vitória de Guimarães) assinou novo contrato, desta feita com o Beira-Mar, que também obteve os serviços de Manuel José (Belenenses, Benfica, União de Tomar e, ultimamente, Farense).

BOAVISTA

O Boavista (de Mário Wilson) vai excursionar por Espanha, durante o mês de Agosto. Participará em torneios marcados para Pontevedra, Sevilha, Valladolid, Leon e Salamanca. Uma bela rodagem.

Amaral (Sporting de Espinho), Vitor Pereira (Cuf), Nogueira (Sporting de Braga), Albertino (Leixões), Artur (Varzim) e Celso (Salgueiros) já iniciaram os trabalhos, no Bessa, sob ordem de Mário Wilson. Entretanto, uma falta aos primeiros treinos: o brasileiro Salvador não tem aparecido na «oficina».

CAMPO

Dada a interdição do terreno do Salgueiros, a partida entre os «encarnados» do Norte e o Montijo, para a liguinha, foi marcada para o Estádio do Bessa, pelas 17 horas de domingo.

CASIGOS

A Federação (através do seu Conselho de Disciplina) advertiu Manecas (Beira-Mar) e Celestino (Salgueiros), punindo com um jogo de suspensão Inguila e Zezinho (Beira-Mar) e Moura (Odivelas); com dois jogos de paragem obrigatória Gomes (Montijo) e Ferreira (União de Leiria); com cinco jogos Ferreira (Lusitano de Évora), além de ter multado em 3 contos o Montijo, por com-

portamento incorrecto de uma parte do público, com arremesso de objectos, agravado por novas reincidências.

CONVITE

Revalidado ontem, com novo telefonema vindo de Atenas, o interesse do técnico brasileiro Aimoré Moreira (a dirigir o Panathinaikos) pelo recrutamento do luso-brasileiro Zezinho que, ultimamente, defendeu as cores do Boavista.

FUNCHAL

O brasileiro Bira foi juntar-se ao ex-colega estorilense Norberto: firmou contrato com o Marítimo que, pelo volume e valor das aquisições feitas, pensa (decididamente) atirar-se para a 1.ª Divisão nacional.

GUIMARÃES

Queirós (Sanjoanense) é novo recruta vimaranense. Entretanto, por indicação do treinador Fernando Caiado, diversos juniores de Guimarães foram promovidos: Abreu II (irmão do profissional da 1.ª categoria), Sousa Pinto, Roque, Faustino, Jorge Magalhães e Castro.

LAMAS

Artur Quaresma é o novo técnico do União de Lamas.

LEIXÕES

O veterano guarda-redes Benje (Farense) ainda pode dar muito a um «team»: assim pensa Joaquim Meirim, que o indicou ao Leixões, onde o angolano vai prosseguir uma carreira bastante meritória.

Também para o Leixões. Vitor Manuel, que foi «internacional» esperança (no Torriense) transferiu-se para o Estádio do Mar.

MOLHO

O Salgueiros não esteve com meias procuras: foi ao Alameda e, de uma assentada, contratou três jogadores para o seu «plantel»: Carlos Nunes (guarda-redes), Mosca (avançado) e Gajo (defesa).

MULTAS

Em duas reuniões (16 e 25 de Junho) a Federação de Futebol encheu os cofres com muitas: sortidos por 17 colectividades e um treinador, arrecadou 22.800 escudos o que, para os tempos que correm, não pode dizer-se que tenha sido má rede. O que espanta é não se entender como a multa pecuniária é autorizada a trabalhadores: caso do treinador visado (David Costa, do Lourosa) que tem de trabalhar para ir levar o dinheiro à Praça da Alegria.

"TOUR"

Thévenet com hepatite Ovion drogado Martins a 18 minutos

Estopada enorme: para os 88 «sobreviventes» do «Tour» foi ontem o «dia mais longo». Três provas estavam em efeito, inscritas no programa desta

18.ª etapa, num total de 279 quilómetros.

A partida para o primeiro troço foi dada às 08.37. O pelotão adoptou de princípio um andamento moderado, mas o «sprint» para o «ponto quente» de Nerac (166 km) veio dar mais animação à corrida. Gavazzi foi ali o primeiro, à frente de Osler e Mintkiwicz. Nos últimos 40 km, o andamento tornou-se mais rápido, mas o pelotão manteve-se agrupado. A primeira tentativa de fuga só se verificaria em Auros (a 12 km da meta) por iniciativa de Romero, que levou Pollentier na sua roda. Não resultou, porém, e o mesmo aconteceu a uma outra ofensiva lançada por Martinez-Herédia, Caverzasi e Smet.

A vitória no primeiro troço foi decidida ao «sprint» com vantagem para Maertens, que repetiu a proeza no troço seguinte, disputado entre Langon e Lacanau-Ocean na distância de 123 quilómetros.

O intervalo entre os dois últimos troços foi mais breve que o anterior e às 17.03, foi dada a partida aos corredores, a caminho de Bordéus. Para terminar este «dia mais longo» restava-lhes ainda percorrer mais 70,5 km. Logo de início depa-rou-se-lhes a subida de Moutchic. No cume (4 km) Bellini voltou a ser o primeiro, colocando-se assim à frente da classificação do Prémio da Montanha, com Van Impe em 2.º lugar. Seguiu-se uma nova corrida em pelotão, ligeiramente mais rápida que anterior.

O «ponto quente» disputado na encruzilhada dos Três Moínhos (52 km), foi ganho por Perurena. Acelerando de longe, o espanhol precedeu ali Mintkiwicz e Maertens. Logo a seguir Legeay, Hauvieux e Rota lançaram sucessivas ofensivas mas os companheiros de equipa de Maertens, sempre atentos, fizeram gorar esses esforços.

A 10 quilómetros da meta, Caverzasi tentou a sua sorte, mas também sem resultado. Tal como Sibille que chegou a

adiantar-se por duas vezes. Quase à entrada do circuito do Lago, Beon atacou. Ao passar no posto de cronometragem levava quatro segundos de avanço, mas acabou por ser alcançado na primeira volta do circuito. Karstens colocou-se então à frente do pelotão e resistindo ao «sprint» de Maertens ganhou este terceiro troço da jornada, Van Impe continua de posse da camisola amarela.

Classificação: 1.º Van Impe (Bélg.) 96 h 11 m 56 s; 2.º Zoetemelk (Hol.) a 4.33; 3.º Delisle, (Fr.), 11.25; 4.º Poulidor (Fr.), 11.55; 5.º Riceomi (It.), 11.57; 6.º Pollender (Bél.), 13.03; 7.º Maertens, (bél.), 13.28; 8.º Galdos (Esp.), 14.20; 9.º Bertoglio (It.), 14.34; 10.º Pesarrodona (Esp.), 15.46; 11.º Lopez Carril (Esp.), 17.41; 12.º Panizza (It.), 17.43; 13.º MARTINS, 18.01; 14.º Ocana (Esp.), 19.56; 15.º Bellini (It.), 22.23.

MONTANHA: 1.º Bellini, 154; 2.º Van Impe, 153; 3.º Zoetemelk, 97; 4.º Galdos, 71; 5.º Poulidor, 67; 6.º Torres, 65; 7.º Menendez, 59; 8.º Delisle, 55; 9.º Conati, 54; 10.º Panizza, 45; 11.º Bertoglio, 44; 12.º Martins, 44.

DOPAGEM

Regis Ovion, que venceu a 13.ª etapa (em St. Gaudens) foi desclassificado devido a «controle» médico positivo. Em consequência, é penalizado com perda de 10 minutos na classificação geral, um mês de suspensão (que não será aplicada) e 1100 francos suíços de multa.

DOENÇA

O dr. Bellocq encontrou finalmente a explicação do surpreendente enfraquecimento de Bernard Thévenet na «Volta à França»: o vencedor de 1975, sofre, efectivamente de hepatite viral. «Contudo — disse o médico — ele deve poder terminar a «Volta».

O futebol que temos

A montanha pariu um rato? Ou, tão somente, a legislação desportiva tem uma mão que tapa e outra que destapa?

Fica-se perante a grande dúvida, à porta da encruzilhada, bastando para tal compulsar os (anacrónicos) regulamentos e, observando-os bem, dar a (nossa) razão ou reservar opinião para os doutos membros dos vários conselhos técnicos das diferentes modalidades desportivas, todos eles muito letrados e competentes, habilitados no puxar de brasa para a sua sardinha ou, tão somente, na arguta aplicação real do que vem nos livrinhos adoptados.

O caso mais recente envolvia todo o «torneio de competência» (vulgo «liguinha») e dizia respeito ao imbróglio criado pelo simples facto de um jogador salgueirista (Costa Almeida) ter alinhado oficialmente sem estar da posse do indispensável documento de Centro de Medicina Desportiva.

Aconteceu tal facto a 20 de Setembro (Salgueiros-Riopele) mas o tempo foi andando e só quando as coisas estavam muito embrulhadas, já com as «competências» à vista, é que afloraram publicamente os protestos. O Lusitano de Lourosa, que poderia ser o grande beneficiado na hipótese de desqualificação salgueirista nesse jogo, levou o caso até ao Conselho de Disciplina: ontem, após uma longa reunião, esse areópago legislativo decidiu «ordenar o arquivamento do processo, pois o jogador Costa Almeida e o Salgueiros não são passíveis de sanção dis-

ciplinar». Assinam este despacho José Júlio Martins, Manuel Rodrigues Vilarinho, José Graça Oliveira, Aníbal da Silva e, com «voto de vencido», Leonel Almeida Dias. E vale aqui a pena reproduzir o que, no termo do documento, ficou rubricado por Leonel Dias: «Votei vencido visto se ter provado a existência de uma infracção disciplinar passível de punição nos termos regulamentares desportivos, em vigor. Assim, não se vê motivo para se recorrer a outra legislação que, quanto a mim, não colhe para o fim em vista».

Será ponto final na questão ou, pelo contrário, o início de uma batalha em secretarias ou tribunais? Nunca se sabe: e a razão, aqui dada por maioria, sofre tremenda beliscada quando um dos membros do Conselho de Disciplina se insurge, em termos veementes, com o facto de (para ele) ter havido infracção não punida.

Entretanto, sossega muita gente. O Totobola prossegue. A «liguinha» continua a obrigar os jogadores a trabalharem fora do período dos seus contratos. Treinadores de clubes em luta apalavraram-se já com os competidores de ocasião, para futuros serviços. Os árbitros são enxovalhados. Os jogadores assinam contratos em duplicado (e, mesmo, em triplicado). As invasões de campos, os murros e os sopapos nas bancadas ou até cá em baixo, são o pão nosso de cada domingo. Viva o Futebol que temos!

NEVES DE SOUSA

Sporting campeão hoquista

Não foi necessário atingir o termo do campeonato nacional de hóquei em patins para o Sporting (incontestavelmente a melhor turma em prova) embolsar o prémio mais apetecido: ontem, êxito frente à Juventude Salesiana (no Estoril), por margem concludente (8-3) resolveu as derradeiras dúvidas. E o Sporting, brilhantemente orientado pelo técnico Torcato Ferreira, revalida as suas credenciais de campeão português.

No pavilhão estorilense, actuaram os seguintes jogadores: Salesiana: Saraiva, Manuel Pereira (1 gol), Fernando Pereira, Piruças (2), Jorge e Picas.

Sporting: Ramallete, Ren-

deiro (1), Sobrinho (2), Chana (4), Salema (1) e Carlos Alberto.

Arbitragem muito inconsequente de Mário Nobre, a provocar largos protestos do público afecto à turma local. A expulsão temporária de Piruças (dois minutos) já desencadeando uma pequena «trovoada»...

Nos restantes jogos desta 5.ª ronda da 2.ª volta, verificaram-se os desfechos seguintes: Benfica, 3-Oeiras, 8; Infante de Sagres, 5-Valongo, 9 e F.C. Porto, 6-Oliveirense, 0.

Tabela pontual: Sporting, 35; Porto, 31; Salesiana, 25; Valongo, 24; Oeiras, 23; Infante de Sagres, 21; Benfica, 20; Oliveirense, 12.

O traço de Pargana



Luis Caldas: chefe da missão olímpica portuguesa

Geral

Ordem dos Médicos não adere ao Movimento Nacional dos Hospitais

Da Ordem dos Médicos, com pedido de publicação, recebemos o seguinte comunicado:

«Face ao convite enviado às Secções Regionais da Ordem dos Médicos pelo designado Movimento Nacional dos Hospitais, as respectivas Direcções, através dos seus Representantes à Reunião Inter-Regional efectuada no Porto em 3 e 4 de Julho de 1976, afirmam:

1) Reconhecem como evidente o direito que deve assistir a qualquer grupo de profissionais de se reunir em grupo de trabalho, com vista a contribuir para a solução de problemas existentes a nível local, regional ou nacional, nomeadamente no campo da saúde e louvam todos os esforços feitos com essa finalidade.

Consideram no entanto o Movimento Nacional dos Hospitais, no contexto actual, apenas como grupo de trabalho, sem efectiva representatividade de democrática, em relação às actuais estruturas sanitárias do País;

2) Consideram que as Instituições de saúde não pertencem apenas aos que nelas trabalham mas sim ao País, devendo funcionar segundo normas a definir pelos órgãos para tal hierarquicamente competentes e sempre no respeito de todos, utentes e trabalhadores de saúde, dentro de um esquema global de Serviço Nacional de Saúde;

3) Consideram prematuro e não oportuno o reconhecimento oficial de estruturas que podem eventualmente vir a revelar-se como estruturas de poder paralelas às que venham a ser definidas para o Serviço Nacional de Saúde.

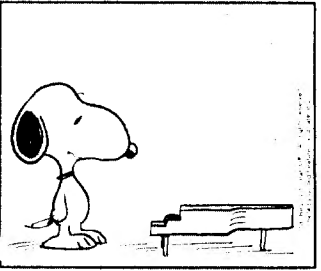
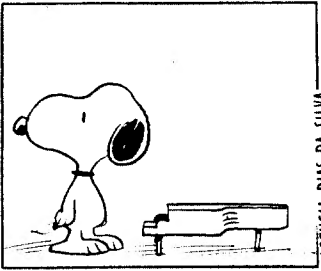
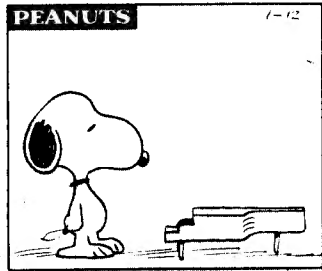
Na sequência do acima exposto decidem, nas actuais circunstâncias, não participar directamente nas actividades do Movimento Nacional dos Hospitais.»

Colóquio hoje na S.N.B.A.

Dirigentes da Associação União Soviética.

O colóquio integra-se na exposição sobre a juventude Soviética, que encerra no próximo domingo e continua uma iniciativa sobre o mesmo tema realizada no domingo passado.

Portugal-URSS e elementos soviéticos orientarão hoje, pelas 21.30, na biblioteca da S. N. B. A. um colóquio sobre a «Juventude Trabalhadora na



Festa da Cooperação

Inserida nas comemorações do Dia Mundial da Cooperação, realiza-se no sábado, pelas 15 horas, uma concentração na unidade colectiva de produção «Os Pioneiros», nos Loticos, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Esta jornada contará com a presença de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, MARN, Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e Cooperativa de Produção do Norte do Douro, e ainda de elementos de comissões de apoio ao cooperativismo.

Além da projecção de filmes e «slides» sobre cooperativismo agrícola, haverá também intervenções de pessoas ligadas às cooperativas industriais e de consumo.



1.º PROGRAMA

15.00: Noticiário — Porto 76: o homem e a arte (ERN). 16.00: Música na tarde. 18.00: Música portuguesa. 19.00: A criança, programa do Emissor Regional de Coimbra. 19.35: Música variada. 20.00: Jornal da noite. 20.30: Orquestras. 21.00: Contraponto. 23.30: Polidesporto — Programa desportivo. 00.00: Último jornal e as olimpíadas através dos tempos. 00.30: Jazz. 01.00: Noticiário.

2.º PROGRAMA

16.00: Que quer ouvir? — Oratória «a Ressurreição», de Handel. 18.00: Música de Piano: Sonata em lá menor, K. 310, de Mozart. 18.20: Poemas sinfónicos: «Lamento por um herói», de Liszt. «Uma noite do monte calvo», de Mussorgsky. 19.00: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas. 20.00: Orquestras de câmara: Concerto em ré maior, P. 203, de Vivaldi. Divertimento em ré maior, K. 334, de Mozart. 20.53: Sonatas: Sonata para dois pianos, de Poulenc. Sonata em Trio em ré menor, de Bach. 21.30: Concertos de Verão: Transmissão do Coliseu do 3.º Concerto desta série, colaboram a Orquestra Sinfónica da Rádio-difusão Portuguesa, o Coro Gulbenkian e os cantores Fernando Serafim e Alvaro Malta. Direcção de Michel Corbeiz. 1.ª Parte: Canção do Destino, de Brahms. Intervalo: Cinco Peças para cravo, de Rameau. 2.ª parte: Missa de glória, de Puccini. 23.00: Intercâmbio musical: concerto pela Orquestra Filarmónica de França, dirigida por George Sébastian — gravações cedidas pela Rádio França: «Romeu e Julieta», abertura-fantasia, de Tchaikovsky. Sinfonia em si bemol op. 20, de Chausson. «O Cavaleiro da Rosa», grande suite sinfónica, de R. Strauss. 00.10: Duas sonatas de Scarlatti: K. 215 e K. 216. 00.25: Música de câmara: Quinteto K. 407, de Mozart. «Morsima Amorsima», de Xenakis. 01.00: Fecho

3.º Programa — Nacional e Regional (294 m)

16.00: «Variante». 16.15: Casos ao acaso. 16.40: Disco... rendo. 17.10: Vamos ao médico. 18.00: «Contacto». 20.05: «Diálogo». 21.00: Música, só música. 21.30: Quando o telefone toca. 23.05: «Mensagens Bíblicas». 23.20: A música e as vozes

3.º Programa — Local (187,5 m)

18.00: «Entardecer». De vez em quando. 19.30: Romance de uma cidade (repetição). Cartas a ninguém. 21.00: Fecho

4.º Programa

16.00: Música variada. 17.00: Canções. 18.00: Apenas música. 19.00: «Em órbita». 20.00: Orquestras. 21.00: Concerto. 22.00: «Auditorio». 24.00: «Prisma». 02.00: Fecho

Rádio Renascença

16.00: Noticiário. 16.05: Sequência da tarde. 18.00: Trechos seleccionados. 18.15: Palavra do dia. 18.30: Transmissão do terço. 19.00: Programa da Liga dos Amigos da Rádio Renascença. 20.00: Objectivo. 21.05: Pentagrama. 21.30: Ao Encontro da grande música. 22.00: Quando o telefone toca. 22.30: Temas vivos. 23.05: Trifónico. 23.30: Estante Giratória. 02.00: Encerramento da Estação

tempo

Situação do Tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado com excepção no Litoral a Norte do Cabo Mondego onde se apresentava muito nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	20°
COIMBRA	17°
PORTALEGRE	26°
LISBOA	22°
FARO	32°
FUNCHAL	23°

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA

Máxima 33,6°

MONTALEGRE

Mínima 9,5°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR		
6.39	3,8 m	12.01	1,1 m
18.54	4,0 m		
Dia 16			
7.20	3,6 m	0.31	1,1 m
19.35	3,8 m	12.42	1,3 m
Dia 17			
8.02	3,5 m	1.14	1,3 m
20.18	3,6 m	13.27	1,5 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado com excepção do Litoral a Norte do Cabo Carvoeiro onde se deverá apresentar muito nublado; aumento gradual de nebulosidade a partir da noite nas regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto Estrela onde poderão ocorrer períodos de chuva ou chuva em especial no Litoral, vento geralmente fraco.



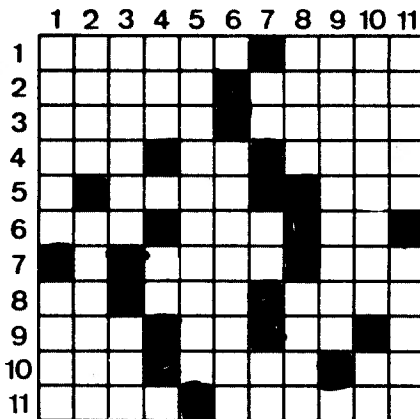
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 418

HORIZONTAIS:

- 1 Vasto. Vais para fora.
- 2 Título honorífico na Índia. Calor do Sol.
- 3 Cidade de França. Tribo indígena brasileira.
- 4 Recusa. Átomo. Cercadura.
- 5 Rio da Alemanha. Cidade do Sudão Francês na margem do Níger.
- 6 Ave pernalta. Cólera. Virão.
- 7 Três mil e quinhentos em romano. Chefe etíope.
- 8 Sua Santidade. Madre. Ramada.
- 9 Levania. Rado (s.q.). Prefixo de negação.
- 10 Cabelos brancos. Negra. Prata (s.q.).
- 11 Jarro (planta). Devasto.



VERTICAIS:

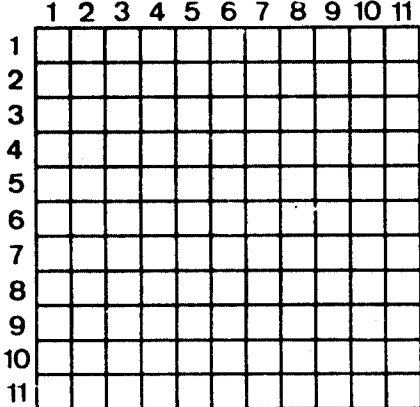
- 1 Naveável. Punhal usado pelos antigos romanos.
- 2 Invulgar. Mastigar sem engolir.
- 3 Madrugada. Pega.
- 4 Milímetro.
- 5 Desencorajara.
- 6 Temporal.
- 7 Centiare. Preposição latina que designa movimento. Reis.
- 8 Curo. Esteiros.
- 9 Aumentaram.
- 10 Sacrificaram. Alumínio.
- 11 Ilha do mar Jónio. Tempero com sal.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7578

HORIZONTAIS:

- 1 Ala ou flanco (anti.). Por baixo de. Sufixo que designa abundância.
- 2 Cruel. Inflamarem.
- 3 Elemento que entra em alguma palavras com o significado de ar. Apoio.
- 4 Invulgares. Preposição e artigo definido.
- 5 Época. Rio da Alemanha que nasce no Tirol. Bário (s.q.).
- 6 Rio da Suíça. Em as. Igual.
- 7 Prefixo de negação. Uma das ilhas de Sunda. Zombar.
- 8 Autores. Além.
- 9 Deslizam. Nome de frutos.
- 10 Arrostar. Arara.
- 11 Habitante de Samoa. Ocenano.



VERTICAIS:

- 1 Atrai com afagos. Cabelos brancos.
- 2 Alimparam com areia.
- 3 Ornear. Lavram.
- 4 O sono das crianças. Argila.
- 5 Apellido. Destino. Romancista português autor de «A Ilustre Casa de Ramires».
- 6 Freguesia do concelho de Alenquer. Graça. Ilha inglesa no mar da Irlanda.
- 7 Felicidade. Uma das partes do Mundo. Letra grega.
- 8 Mamífero desdentado espécie de tatu. Cobre (s.q.).
- 9 Cidade da Argélia. Testemunham.
- 10 Ente. Dançara.
- 11 Pairão. Aplanar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 417

HORIZONTAIS: VERTICAIS:

- | | |
|-------------------|-------------------|
| 1 TORRE. SECA. | 1 Ta. TROMBETA. |
| 2 Ara. Idosa. | 2 Oraí. Serrar. |
| 3 Grampo. | 3 Ra. Am. To. Ir. |
| 4 Tiara. Be. Id. | 4 Gr. Gatuna. |
| 5 Derrota. | 5 Eirada. Aras. |
| 6 Os. Galeão. | 6 DA. El. |
| 7 Meta. Ar. Ma. | 7 Sombressas. |
| 8 Bretais. Cor. | 8 Esperar. Ala. |
| 9 Er. Ur. Sa. Ri. | 9 Cão. Cò. Ar. |
| 10 Taina. Elate. | 10 It. MORTE. |
| 11 Arras. Sres. | 11 Urda. Aries. |

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7577

HORIZONTAIS: VERTICAIS:

- | | |
|-------------------|------------------|
| 1 Loulé. Lesma. | 1 Lasca. Coado. |
| 2 Aprel. Luar. | 2 Opiar. Erros. |
| 3 Sio. Fiá. Ara. | 3 Uro. Marte. |
| 4 Cá. Casca. Am. | 4 Le. Carro. Ac. |
| 5 Armar. Omite. | 5 Farra. Ura. |
| 6 Arredar. | 6 Lis. An. |
| 7 Cerra. Erram. | 7 Acode. Era. |
| 8 Orto. Aaro. | 8 El. Am.a. És. |
| 9 Are. Une. Dar. | 9 Sua. Irradia. |
| 10 Dó. Ar. Reima. | 10 Marat. Aram. |
| 11 Osaca. Asa. | 11 Arame. Moras. |

Provérbio: TORRE SECA TROMBETA DA MORTE.

MINISTERIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA N.º 4/76 DE «EXECUÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALMADA — MONTE DA CAPARICA — ÁREA DO RAPOSO»

1. — Preço base 26 950 781\$10
Caução provisória 673 769\$50
Prazo de execução 180 dias
2. — Alvará exigido
— I, IV e V categorias
9.ª e 10.ª subcategoria da I categoria
— Classe e subclasse correspondentes ao valor da proposta apresentada.
3. — Data, hora limite e local para entrega das propostas.
Até às 17 horas do dia 25 de Agosto de 1976, no Fundo de Fomento da Habitação/Secção de Expediente Técnico, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, 2.º andar, Lisboa.
4. — Local, dia e hora do acto público do concurso.
No mesmo edifício, 8.º andar, pelas 15 horas do dia 26 de Agosto de 1976.
5. — Local e horário para exame do processo.
No mesmo edifício, 1.º andar, às horas normais de expediente.
Fundo de Fomento da Habitação, em Julho de 1976

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE OBRAS
Serafim de Oliveira
Engenheiro

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO D-1

TODA A NOITE

AJUDA

Moura, Travessa da Memória, 55 (tel. 630944).

ALTA PENA

Ibérica, Rua Barão de Sabrosa, 235-A (à Alameda) (tel. 728277).

AMOREIRAS

Britânica, Travessa Lêgua da Póvoa, 5-B (tel. 689250).

AREIRO

Imperial, Avenida Guerra Junqueiro, 30-B (tel. 726860).

AVENIDAS NOVAS

Figueiras, Avenida Marquês de Tomar, 20-22 (tel. 44995).

BAIRRO CAS COLÓNIAS

Higiénica, Rua Hlodoro Salgado, 20-A (tel. 344361).

BAIXA

Oliveira, R. da Prata, 240 (tel. 321415).

BENFICA

Lisboa, Rua Cláudio Nunes, 73-A (tel. 703393).

LAPA

Silva, Filhos, Rua S. João da Mata, 72 (tel. 661010).

LUMIAR

Patuleia, Alameda das Linhas Torres, 262-B (tel. 790332).

OLIVAS SUL

Nova dos Olivais, Rua Manhica, lote 469 (tel. 316402).

TURNO D-2

ATÉ AS 22 HORAS

ALFAMA

Anunciada, Rua do Vigário, 74 (tel. 866360).

ALTO DE S. JOÃO

Delton, Avenida Mouzinho de Albuquerque, 7-A (à Praça Paiva Couceiro) (tel. 843571).

ALVALADE

S. João de Deus, Rua Pedro Ivo, 1-A (tel. 725140); Cartão, Avenida da Igreja, 21-C (tel. 717958).

ANJOS

Castro, Avenida Almirante Reis, 76-A (tel. 821973).

AREIRO

Miranda, Campo Pequeno, 36-B (à Avenida Sacadura Cabral) (tel. 770776).

AVENIDA DA LIBERDADE

Fernandes, Rua de S. José, 187 (tel. 326476).

AVENIDAS NOVAS

Universal, Rua Actor Taborada, 5 (tel. 44158).

BELEM

Botânica, Rua da Junqueira, 38 (tel. 638132).

BENFICA

Alegria, Estrada de Benfca, 180-A (tel. 780511).

CAMPOLIDE

Rualto, Ld. Alto do Carvalhão, 5-A (junto ao Aqueduto das Águas Livres) (tel. 651721).

CAMPO DE OURIQUE

Castro Fonseca, Rua 4 de Infantaria, 28-A (tel. 688857).

MARVILA

Grijó, Rua do Grilo 25 (tel. 385624).

MOURARIA

Bastos Andrade, Calçada de Santo André, 107 (tel. 860450).

S. BENTO

S. Bento, Rua Polais de S. Bento, 73 (tel. 679673).

LINHA DE CASCAIS

ALGES

Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Tel. 2112070).

CARCAVELOS

Central — Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) — Até às 22 horas

PAÇO DE ARCOS

Godinho da Silva, Av. Parão Lopes, 4. (Tel. 2432039) — Toda a noite

NOVA ODEIRA

Leal — Até às 22 horas

ODEIRA

Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058) — Até às 22 horas

PAREDE

Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204) — Toda a noite

S. PEDRO DO ESTORIL

D. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Tel. 263052) — Toda a noite

AMOREIRAS

Amoreira — Até às 22 horas

MONTE ESTORIL

Ostende, R. de Espinho, 1 (Tel. 260391) — Toda a noite

CASCAIS

Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280141); A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (Tel. 280214) — Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (Tel. 935518); Camelo, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303); Helenica, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613); S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5 (Tel. 938703)

DAMAIA

Lemos, R. de Goa, 21-A (Tel. 971121)

QUELUZ

Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123)

CACÉM

Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D

MEM MARTINS

Quimica, Est. Mem Martins, 285 (Tel. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (Tel. 980456)

SINTRA

Simões, Estefânia (Tel. 2930832)

COLARES

Abreja (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)

ALHOS VEDROS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)

ALMADA

Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (Tel. 2766498)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302)

BARREIRO

Moderna, R. D. Henrique Gomes de Araújo, 12 (Tel. 2073443)

COVA DA PIEDADE

Louro

MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)

MONTEJO

Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Tel. 2310370)

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)

SETÚBAL

Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (Tel. 22408); Nova, R. General Gomes Freire (Tel. 22052)

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho (Tel. 2218560)

PORTO

TURNO 2

ATÉ AS 22 HORAS

Boavista, R. da Boavista, 601 Cosme, R. de Costa Cabral, 584 S. Diniz, R. de S. Diniz, 428; Soeiro, R. de Santos Pousada, 71 Vitalia, R. da Liberdade, 34 Antunes, R. do Bonifácio, 45 Pereira, R. da Preciosa, 35

TODA A NOITE

Nacional, R. Senhora da Luz, 156 Foz; Alberto Ferreira, R. da Estação, 100 Antero de Quental, R. Antero de Quental, 520; Herculano, R. Alexandre Herculano, 384.

COIMBRA

JÚLIO DINIZ

21.15 (18 anos) «Como caçar um Marido»

RIVOLI

21.15 (18 anos) «Emanuelle Negra»

ÁGUA DE OURO

21.30 (18 anos) «Big Boss»

TRINDADE

21.15 (18 anos) «Emanuelle AntiVirgem»

ESTÚDIO

21.15 (18 anos) «A Principal Testemunha»

PASSOS MANUEL

21.30 (18 anos) «Amor entre Menores»

BATALHA

21.15 (18 anos) «Os canhões de Navarone»

CARLOS ALBERTO

21.15 (18 anos) «Os Jovens Leões»

S. JOÃO

21.15 (13 anos) «Quo Vadis»

OLÍMPIA

21.15 (18 anos) «Super Fly»

VALE FORMOSO

21.15 (18 anos) «José do Telhado»

BATALHA-BEBE

22.00 (13 anos) «Benilde ou a Virgem Mãe»

COIMBRA

TIVOLI

21.15 (18 anos) «Mete o teu diabo no meu Inferno»

S. TEOTÔNIO

21.15 (18 anos) «A noite dos mil Olhos»

GIL VICENTE

21.15 (10 anos) «A Linha Geral»

AVENIDA

21.15 (13 anos) «A Injustiça da Justiça»

cinemas

cinemas

cinemas

CASTIL

T. 530194 17.00, 19.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos Sylvia Kristel a 3.ª semana

EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM

um filme de Francis Giacobetti

Aviso ao publico: este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPERIO

T. 555134/5 17.00, 19.00 e 21.15

Último dia Não ac. m. 18 anos

SELVAGENS

Um filme de James Ivory, com Louis Stadien

Amanhã às 17 e 21.15 G. B. m. 10 a.

MY FAIR LADY

70m/m — Ecran gigante

POLITEAMA

T. 326305 Estreia, às 21.30

O vampirismo em total alucinação

CERIMÓNIA SANGRENTA

Insaciável sede de sangue virgem

(Col.) — Interdito a men. de 18 a.

VOX

Estreia às 21.15 Não ac. men. 13 a.

A VIDA POR VEZES É DURA

13.45, 17.15, 19.15 últimas

O ASSALTO DOS DOBERMANS

Não ac. men. 13 anos

CARLOS MANUEL

Tel. 2930394 21.15

Não ac. men. 18 anos

UMA TESE ESCANDALOSA

Pilar Velasquez

D. JOÃO V

Tel. 971794 21.15

Não ac. men. 18 anos

OS ESCÂNDALOS DA CIDADE

Com Jean-Pierre Mocky

S. LUIS

Maiores de 18 anos

18.30 e 21.30

LOLA MONTES

de Max Ophüls

PALACIO FOZ

15 de Julho 18.00 e 21.00

AMOR ENTRE MULHERES

Realização: Robert van Ackeren (Alemanha Federal, 1972)

Interpretes: Mascha Rabben e Gabi Lariari

História de um amor sem barreiras ambientado num clima estranho

Interdito a menores de 18 anos

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CINE-TEATRO LIDO

Lido 21.15

(Int. m. 18 anos)

EMANUELE NEGRA

CINESTUDIO

15.30, 21.30

Não ac. m. 13 anos

BOBBY

2.ª semana

BARES • BOTES

RESTAURANTES

TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. (Tel. 364859, 368197). Marta Monica Strip-teaseuse.

CASINO DO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 264621/264946.

CALEIDOSCÓPIO

18.00, 21.15

Um dos maiores filmes da história do cinema

OUO VADIS

com Robert Taylor, Deborah Kerr, Peter Ustinov, Leo Genn. Um filme de Melvin LeRoy

Não aconselhável a menores de 13 anos

7.ª semana

EDEN

T. 320768 13.45, 17.15, 19.15, 21.30

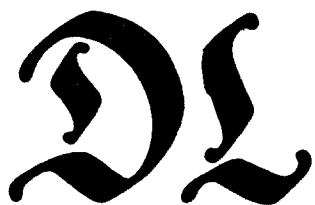
A suprema violência das Artes Marciais

O INVENCÍVEL

com Bruce Lee

Grupo C 9/4 anos

ODEON



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍGUA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Comércio Externo garante

Não faltam peças para automóveis

Face à falta de peças, indispensáveis para a reparação de veículos automóveis, que se tem verificado ultimamente, o Automóvel Club de Portugal consultou em 27 de Maio o secretário de Estado do Orçamento a fim de conhecer o assunto e esclarecer os automobilistas portugueses.

Em ofício datado de 6 do corrente, a Direcção-Geral do Comércio Externo informou o clube de que «dada a essência

lidade de que se revestem as importações mas afirma «não se ponentes destinados à reparação e assistência de veículos automóveis, têm sido as mesmas autorizadas regularmente».

A D.G.C.E. salienta ainda a necessidade de maior cuidado na apreciação dos pedidos de importação mas afirma (não se terem verificado demoras que contribuam para dificultar o abastecimento).

Custo de água

pode subir em Viseu

VISEU, 15 — O baixo preço do custo da água (3 escudos o metro cúbico que se pratica há 20 anos) leva às pessoas deste Distrito a um gasto incontrolado, o que levou os Serviços Municipalizados a submeterem à apreciação do secretário do Saneamento Básico uma proposta no sentido de se proceder a um aumento das tarifas de água por escalão a começar por 4\$50 e a acabar no mais elevado que é de 20 escudos.

O problema da falta de água neste Distrito arrasta-se há muito tempo, e, segundo a opinião dos técnicos, só a construção de uma barragem no rio Dão poderá resolver de uma vez para sempre o problema da água.

Já existe um projecto de barragem cujo orçamento importa em 50 mil contos. Será cons-

truída entre Fagilde e Nesperide. A água ficará represada do Inverno para o Verão, pois o caudal do rio mal chega para abastecer Viseu. Se o projecto for para a frente o problema de Mangualde, Viseu e Nelas será resolvido.

Neste momento, em Viseu, há muitos prédios onde não corre pinga de água na tubagem, o que faz com que as pessoas andem de um lado para o outro à procura de um fontanário. É evidente que o período de seca que atravessamos ainda agravou mais o problema. Para já, o director dos Serviços Municipalizados prevê como solução um sistema de racionamento e de poupança no consumo da água. Na opinião dos responsáveis pelo município de Viseu só assim será possível resolver o problema da falta de água que afecta a cidade de Viseu e mais 300 aldeias do distrito.

Ramalho Eanes

Continuação da pág. 1

Armadas na escolha do futuro primeiro-ministro e do novo chefe de Estado-Maior do Exército.

Entretanto, já esta manhã, o general Ramalho Eanes recebeu credenciais do novo Nuncio Apostólico em Lisboa, monsenhor Angelo Felici. Segundo informações da cidade do Vaticano, «o gesto de cortesia do general Ramalho Eanes para com a Santa Sé foi muito apreciado pela Cúria Romana».

Esta tarde, o Presidente da República receberá, pelas 18 horas, cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa.

NOVO GOVERNO

Ao abrigo do determinado pela Constituição, e depois de ter ouvido o Conselho da Revolução, o Presidente da República prepara agora contactos

com os partidos políticos, que antecederão a nomeação do futuro primeiro-ministro.

Até ao fim da manhã de hoje apenas se encontrava confirmado uma audiência amanhã, às 10 e 15, com uma delegação do Partido Comunista Português que será encabeçada por Álvaro Cunhal. Julga-se, no entanto, que contactos com o PPD e o CDS serão estabelecidos também durante o dia de amanhã.

Só após estas consultas será nomeado o primeiro-ministro que tudo indica ser o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares.

Este partido prepara, aliás, intensamente o seu Governo. Com o elenco ministerial já esboçado (embora não divulgado oficialmente), trabalha-se presentemente na ultimização do Programa do Governo. Será sobre ele que incidirá a reunião desta noite da Comissão Nacional do PS que o apreciará na sua forma definitiva.

Recorda-se que, de acordo com a Constituição, o primeiro-ministro terá um prazo máximo de dez dias para submeter o programa de Governo à apreciação da Assembleia da República. Esta, por sua vez, não poderá prolongar os debates em torno do assunto para além de cinco dias, após o que terá de se pronunciar pela aprovação ou rejeição do documento.

A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

Rocha Vieira na chefia do Estado-Maior do Exército

O brigadeiro Rocha Vieira deverá tomar posse no cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, na próxima segunda-feira, dia 19. Rocha Vieira, que sucede no cargo a Carlos Fabião e a Ramalho Eanes, deverá ser empossado às 10 e 30 no próprio edifício do Estado-Maior do Exército.

Tenente-coronel de Engenharia, graduado no posto de brigadeiro devido às funções que desempenhou como director da Arma de Engenharia, Joaquim Rocha Vieira nasceu em Lagos no dia 16 de Agosto de 1939.

Antigo aluno do Colégio Militar, assentou praça em 1956 e terminou o curso de Engenharia da Academia Militar em 1963. Frequentou mais tarde o curso de Estado-Maior que

concluiu em 1972. Prestou serviço em várias unidades e na Academia Militar (onde foi professor) e esteve destacado em Angola e Macau, de cujo comando militar era chefe do Estado-Maior em 25 de Abril de 1974.

As suas atitudes de contestação ao regime fascista remontam a 1967, quando, juntamente com outros oficiais, como o general Ramalho Eanes e os majores João Figueiredo, actual presidente da Radiodifusão Portuguesa e Campos Andradia, antigo comandante do extinto Regimento de Polícia Militar, esboçou um «Movimento de Capitães» na Academia Militar que, a par de reivindicações salariais, punha já em causa as estruturas da época.

Membro do Governo de Macau, após o 25 de Abril de 1974, Rocha Vieira abandonou aquelas funções, em Junho do ano passado, por ter sido escolhido, em Lisboa, para desempenhar as funções de director da Arma de Engenharia.

Em Agosto de 1975, aderiu «ao espírito e à letra» do chamado «Documento dos Nove», tendo feito parte, mais tarde, do chamado «grupo de operacionais» que actuou no 25 de Novembro.

Possuidor de uma memória fotográfica, Rocha Vieira — homem de formação matemática — é considerado pelos seus amigos «um verdadeiro homem de esquerda» e «um militar competente, culto e inteligente».

Controlo operário e lei dos solos não foram homologados

Os diplomas legais sobre controlo de gestão e política de solos, aprovados na última reunião do VI Governo Provisório, não teriam chegado a ser homologados pelo Presidente da República cessante, general Costa Gomes.

Da homologação dependia a publicação daqueles decretos no «Diário da República» e

consequente entrada em vigor das respectivas disposições. A confirmar-se esta informação, os projectos aprovados pelo VI teriam de ser de novo apreciados, desta feita pela Assembleia da República, órgão legislativo representativo da vontade do povo português.

Recorde-se que o decreto-lei sobre controlo operário, cuja

publicação foi durante longos meses exigida pelos organismos representativos dos trabalhadores nos moldes constantes do projecto sancionado pelo Conselho da Revolução, no ano passado, levantou uma onda de protestos nos meios operários e sindicais. Estes entendem que o projecto aprovado difere substancialmente do que fora elaborado pelo V Governo Provisório, consagrando um conjunto de disposições lesivas da prática de controlo de gestão imposta pelos trabalhadores após o 25 de Abril, e, até, contrárias à Constituição.

Sequestrados na Argentina familiares de Santucho

De acordo com informações chegadas ontem à noite a Lisboa, foram sequestrados de uma casa da Rua Warnes, 235, em Buenos Aires, Manuela Santucho, Cristina Narvajas de Santucho e uma terceira pessoa ainda não identificada. Manuela e Cristina são, respectivamente, irmã e cunhada de Mario Roberto Santucho, secretário-geral do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, direcção política e militar do E. R. P. — Exército Revolucionário do Povo.

A acção foi desenvolvida rapidamente, levada a cabo por elementos civis que, segundo se pensa, pertencem à temível «Triple A» — Aliança Anticomunista Argentina, bando paramilitar fascista que há muito tempo prende, tortura e mata

impunemente naquele país.

Tudo leva a crer que o sequestro de Manuela, Cristina e da terceira pessoa tem como objectivo final a prisão do próprio Mario Roberto Santucho, actualmente na clandestinidade.

No momento em que a escalada de violência policial chega a limites jamais alcançados na Argentina, e em que bandos paramilitares de direita não encontram dificuldades para desenvolver a sua acção, teme-se pela vida dos familiares do dirigente do P. R. T./E. R. P., tanto mais que esta organização tem sido um dos principais motores da mobilização popular e das acções guerrilheiras, na capital e no interior, que se opõem ao regime militar instalado em Março.

Andrei Amalrik deixou a U.R.S.S.

MOSCOVO, 15 (FP) — Acompanhado por sua mulher, partiu hoje de Moscovo para Amesterdão o historiador dissidente soviético Andrei Amalrik.

«Entristece-nos termos de partir» — declarou Amalrik, de

38 anos, aos amigos e jornalistas ocidentais que o acompanharam ao aeroporto. Contudo, Malrik pensa que a sua partida tem «um carácter temporário» e manifestou a esperança de que brevemente poderá regressar à União Soviética.

Morreu Charles Ritz

Foi ontem anunciada em Paris a morte de Charles Ritz, de 84 anos, presidente do Ritz Hotel de Paris e director dos hotéis com o mesmo nome de Londres, Lisboa e Boston.

Recorda-se que, logo após o 25 de Abril, os proprietários do Hotel Ritz em Lisboa se ausentaram do País, o que levou

o Governo Português a nomear uma comissão administrativa para a gestão daquele estabelecimento hoteleiro. Em Julho do ano passado foi concedido um subsídio, a título de empréstimo, no montante de 20 mil contos para ajudar à manutenção daquela unidade hoteleira.

3 tomes

ESTRANHAS COMPARAÇÕES

Enquanto o Ministério da Administração Interna considera crime previsto no Código Penal o recrutamento de mercenários, alguns partidos políticos têm, pelo visto, opinião diferente.

Assim, a propósito dos mercenários fuzilados em Luanda, o P. P. D. e o P. P. M., comparam os mercenários que cometeram crimes contra o povo angolano (e até contra companheiros seus) aos antifascistas espanhóis fuzilados em Espanha. Ser-se contra a pena de morte é uma coisa. Comparar assassinos profissionais a patriotas antifascistas é outra coisa muito diferente.

Estranhas comparações...

TOURADA

O Presidente da República, não irá à tourada que tem lugar hoje à tarde, com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa. Trata-se duma tourada que custa à Câmara Municipal e, portanto, ao povo de Lisboa, algumas centenas de contos que muitos perguntam se não poderiam ter sido utilizadas de outra forma, neste momento em que tanto se fala de austeridade. Da limpeza das ruas, a certas necessidades ainda não satisfeitas dos empregados camarários, há muito em que gastar o dinheiro que tanto custa a ganhar aos lisboetas. Se houvesse um plebiscito, gastariam eles duas ou três centenas de contos numa tourada?

Embaixada de França comemorou "Catorze de Julho"

Em comemoração da passagem de mais um Dia Nacional da França, o embaixador da França em Lisboa, Bernard Durand, ofereceu uma recepção à colónia francesa em Lisboa e a que compareceram alguns portugueses especialmente convidados.

Durante a recepção, o presidente da Câmara de Comércio Luso-Francesa, dirigiu, em nome dos presentes uma saudação especial ao embaixador francês, que dentro em pouco abandonará o nosso país, realçando a importância que a actividade do embaixador teve na manutenção das boas relações entre Portugal e a França e na defesa dos interesses da comunidade francesa em Portugal.

O embaixador agradeceu a homenagem que lhe foi feita, formulando depois um voto «nos destinos da jovem democracia portuguesa, sob o mandato do presidente Ramalho Eanes, cuja investidura», frisou, «tinha lugar justamente num dia de tão alto significado para a França».

ENTREVISTA

A propósito da passagem de mais um aniversário da tomada

da Bastilha, a ANOP entrevistou o actual embaixador francês, sobre o estado das relações entre os dois países e as possibilidades de desenvolvimento que existem.

Sobre o problema dos emigrantes Bernard Durand declarou: «A França não irá de modo nenhum rever a sua decisão quanto à suspensão da emigração, devendo as autoridades portuguesas tomar medidas muito firmes para impedir a emigração clandestina».

Sobre as relações entre os dois países, o embaixador francês afirmou que a nova orientação política e as garantias dadas aos investidores privados são de molde a encorajar os investidores estrangeiros, realçando depois o significado das visitas de Costa Gomes a França e de Jacques Sauvagnargues, ministro francês dos Estrangeiros, a Portugal.

Quanto ao futuro, o embaixador francês afirmou acreditar que «uma vez terminada a descolonização, Portugal venha a ocupar na Europa lugar a que a sua longa história lhe dá direito. A sua próxima entrada no Conselho da Europa será o reconhecimento desse facto histórico».